

Universidade de Évora - Escola de Artes

Mestrado Integrado em Arquitetura

Dissertação

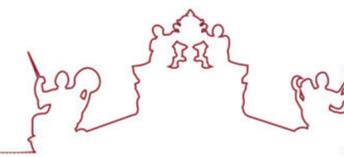
**Entre a Arriba e o Rio. Intervenção na frente ribeirinha de
Almada.**

Elisabete do Nascimento Pinho

Orientador(es) | Daniel Nicolas Ferrera

Évora 2021





A dissertação foi objeto de apreciação e discussão pública pelo seguinte júri nomeado pelo Diretor da Escola de Artes:

Presidente | João Gabriel Soares (Universidade de Évora)

Vogais | Daniel Nicolas Ferrera (Universidade de Évora) (Orientador)
Sofia Salema (Universidade de Évora) (Arguente)



ENTRE A ARRIBA E O RIO

Intervenção na frente ribeirinha de Almada

Dissertação de Mestrado Integrado 2019 . 2020



Universidade de Évora - Departamento de Arquitectura
Trabalho realizado por: ELISABETE DO NASCIMENTO PINHO . 30405

sob orientação do Professor: Daniel Jiménez Ferrera

OBSERVAÇÕES

Esta Dissertação foi elaborada segundo o antigo acordo ortográfico e em conformidade com a Norma Portuguesa NP 405.

Todos os desenhos deste documento foram elaborados sobre bases cartográficas cedidas pela Câmara Municipal de Almada, tendo sido alvo de alterações e actualizações realizadas pela autora, com base em interpretações provenientes da investigação, cartografia actual e levantamentos *in situ*.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos aqueles que contribuíram para este trabalho com uma conversa, conselho e sugestão, ou uma simples palavra de motivação.

Às instituições, Câmara Municipal de Almada, Centro de Arqueologia de Almada, Museu de Arqueologia de Almada e Biblioteca Municipal de Almada, pela informação e documentação cedidas, indispensáveis à elaboração do presente documento.

Ao Professor e Arquitecto Daniel Jiménez, orientador desta dissertação, pela disponibilidade, incentivo e conhecimento demonstrados ao longo deste percurso.

A todos os amigos, pelos bons momentos. Em especial: ao António, amigo de longa data, por todas as discussões saudáveis que me fizeram pensar mais, e por me mostrar que a resiliência e o trabalho valem a pena; ao Daniel, pela generosidade e por me provar que ainda existem pessoas boas; ao João, que sempre sorridente, mostrou que a leveza só facilita este percurso que é a vida.

Ao Paulo, amigo de todas as horas, pelo apoio, motivação e paciência. Muito deste trabalho é também seu, e com ele, este percurso foi mais feliz.

À minha família, pelo apoio incondicional e motivação constante. Em especial:

À minha mãe, pelo exemplo de força que é, pela educação, por compreender e ajudar neste processo. Aos meus avós. Ao Jorge, por tudo o que me ensinou; à Marcelina, por me mostrar o amor incondicional; ao José Pedro, por se mostrar sempre orgulhoso; e à Zélia, pela cumplicidade e por estar presente em todos os momentos. Aos quatro, pela infância feliz, que me conduziu até aqui.

"Ah, como pude eu pensar, sonhar aquelas coisas?
Que longe estou do que fui há uns momentos!
Histeria das sensações — ora estas, ora as opostas!
Na loura manhã que se ergue, como o meu ouvido só escolhe
As coisas de acordo com esta emoção — o marulho das águas,
O marulho leve das águas do rio de encontro aos cais...,
A vela passando perto do outro lado do rio,
Os montes longínquos, dum azul japonês,
As casas de Almada,
E o que há de suavidade e de infância na hora matutina!...

Uma gaivota que passa,
E a minha ternura é maior.

Mas todo este tempo não estive a reparar para nada.
Tudo isto foi uma impressão só da pele, como uma carícia
Todo este tempo não tirei os olhos do meu sonho longínquo,
Da minha casa ao pé do rio,
Da minha infância ao pé do rio,
Das janelas do meu quarto dando para o rio de noite,
E a paz do luar esparso nas águas!..."

ÍNDICE

RESUMO / ABSTRACT	IX		
00 INTRODUÇÃO			
OBJECTO	X		
OBJECTIVOS	X		
MOTIVAÇÕES	XI		
METODOLOGIA	XI		
ESTADO DE ARTE	XII		
		04 CONSIDERAÇÕES FINAIS	168
		05 REFERÊNCIAS	170
		BIBLIOGRAFIA	172
		ÍNDICE DE IMAGENS	176

01 O Território

ALMADA, O ESTUÁRIO DO TEJO E LISBOA	16
ALMADA, A CIDADE	20
ENQUADRAMENTO HISTÓRICO	22
Do passado ao presente	24
ENQUADRAMENTO TERRITORIAL	28
Sistema Urbano	30
Estrutura Urbana	30
Estrutura Viária	32
Sistema Ambiental	34
Estrutura da Paisagem Natural	34
Estrutura Geológica	36
Estrutura Verde	38
ALMADA, O NÚCLEO URBANO	40
Evolução Histórica	42
Evolução Urbana	44
Estado Actual	46
ALMADA, A FRENTE RIBEIRINHA	54

02 O Lugar

FRENTE RIBEIRINHA NORTE DE ALMADA	60
a pertinência do lugar	
Das origens ao auge	62
Da decadência ao estado actual	68
Pontal de Cacilhas	72
Cais do Ginjal	74
Boca do Vento	76
Olho de Boi	78
Arealva	80
QUINTA DA AREALVA	82
a pertinência do sítio	
Evolução Histórica	84
Evolução Morfológica	86
Descrição	88
Análise e Interpretação	90
Estado de Conservação	92
Considerações para Projecto	104

03 O Projecto

CONCEITOS E REFERÊNCIAS	108
O Redesenho da Frente de Água	110
A Reversão do Edifício	114
A Materialidade do Espaço	118
UM PROJECTO ENTRE A ARRIBA E O RIO	122
Estratégia	124
Implantação	126
Programa	128
Planta Geral do Conjunto	130
Corte Transversal do Conjunto	132
Plantas dos Edifícios	134
Cortes dos Edifícios	140
Axonometrias dos Edifícios	146
Planta da Praça	150
Corte da Praça	152
Fotomontagens	154

Entre a Arriba e o Rio.
Intervenção na frente ribeirinha de Almada.

RESUMO

A frente ribeirinha norte de Almada, encontra-se enclausurada entre a arriba e o rio. Este lugar foi um ponto estratégico de forte actividade industrial. Hoje resta a paisagem privilegiada, algumas memórias e as ruínas.

A localização privilegiada, frente à capital e junto ao Tejo, foi importante numa altura em que o rio era o principal meio de comunicação. Com a construção da Ponte 25 de Abril, o transporte rodoviário destronou o fluvial e este espaço tornou-se obsoleto.

A margem almadense, apresenta-se como um lugar degradado, com uma imagem consideravelmente dispar em relação à margem norte, cuja valorização patrimonial e territorial se tem notado. A reconversão de espaços industriais degradados é fundamental para a identidade e desenvolvimento das cidades.

Pretende-se com esta investigação compreender a lógica de crescimento do lugar, para reactivar a frente ribeirinha, incidindo no desenvolvimento projectual da regeneração social, económica e cultural da Quinta da Arealva.

Palavras-chave: Almada, Frente Ribeirinha, Reversão, Projecto, Espaço Público.

Between the Cliff and the River.
Intervention on the waterfront of Almada.

ABSTRACT

The north Riverside front of Almada is enclosed between the cliff and the river. This place was a strategic point of strong industrial activity. Today, the privileged landscape, the memories and the ruins are the only things that remains.

With the construction of the bridge 25 de Abril, the road transport replaced the river transport and this place became obsolete.

This entire riverfront is characterized by a degraded place, with a considerably different image in relation to the north bank of the river, whose patrimonial and territorial appreciation has been noted. The reconversion of degraded industrial spaces is fundamental to the identity and development of cities.

The goal of this investigation is to understand the logic of growth of the place, to reactivate the riverfront, focusing on the projectual development of the social, economic and cultural regeneration of Quinta da Arealva.

Key-Words: Almada, Riverfront, Reconversion, Project, Public Space.

ESTADO DE ARTE

A leitura e revisão de obras sobre os temas e lugares, transversais ao objecto de estudo e aos objectivos, são fundamentais para o desenvolvimento do presente trabalho de investigação e elaboração de projecto. Este entendimento permite adquirir novo conhecimento, consolidar o saber dos conceitos analisados e formalizar ideias e estratégias de intervenção.

No caso do tema *O Território*, em que o estudo incide na cidade de Almada, a várias escalas e ao longo do tempo, as obras tratam principalmente da contextualização histórico-morfológica para um enquadramento fundamental que permita o entendimento do lugar.

Para o enquadramento histórico é imprescindível apresentar a obra *Almada: das origens à elevação a cidade* de Alexandre Flores, que descreve a evolução histórica, desde os vestígios da primeira fixação humana até ao ano 1973, quando Almada passa de vila a cidade; e de Raul Pereira de Sousa, a obra *Almada. Toponímia e história das freguesias urbanas*, onde é descrito o território, o povoamento e as divisões administrativas ao longo dos séculos. Para uma escala mais aproximada, o livro *Almada Nascente = Eastern Almada* de Atkins, Richard Rogers e Santa-Rita arquitectos, que resulta do Plano de Urbanização de Almada Nascente, apresenta a evolução histórica do núcleo urbano, o estado actual e as ideias para o futuro.

Ao nível do enquadramento territorial, importa enunciar a Revisão do Plano Director Municipal de Almada, que através de *Estudos de Caracterização do Território Municipal* desenvolvidos por equipas multidisciplinares da Câmara Municipal de Almada, caracteriza diferentes sistemas que permitem entender a cidade de Almada do ponto de vista territorial, ambiental, energético, socioeconómico e urbano.

No capítulo *O Lugar*, que consiste no estudo do objecto, as obras consultadas abordam a frente ribeirinha norte de Almada, e em particular a Arealva, de forma a contextualizar o lugar e o sítio, para uma estratégia de intervenção adequada.

Para o tema da frente ribeirinha norte, importa assinalar o artigo de Jorge Custódio, *Almada Mineira, Manufactureira e Industrial*, onde descreve detalhadamente as várias fases e actividades laborais, que contribuíram para o crescimento da cidade ao longo dos séculos. A obra *Memórias do Ginjal* de Elisabete Gonçalves, que apresenta a evolução histórica, os espaços, as indústrias e as memórias do lugar do Ginjal. O artigo *Cais do Ginjal: uma renovação urbana com futuro* de Fernando Nunes Silva, defende a necessidade de intervenção urgente para um espaço com imensas potencialidades. De novo, a obra *Almada. Toponímia e história das freguesias urbanas* de Raul Pereira de Sousa, que para além do estudo geral do território, contribuiu neste capítulo com a análise a cada uma das freguesias e locais, do ponto de vista da toponímia e da evolução histórica.

Em relação ao sítio da Arealva, a informação revelou-se escassa e confusa, tendo sido possível, ainda assim, através dos poucos e dispersos textos, e de alguns elementos cartográficos, reunir a informação necessária para o entendimento deste sítio e da sua história. A obra *Fortalezas de Almada e seu termo*

de Raul Pereira de Sousa, apresenta as estruturas militares, incluindo o Forte da Arealva. De João Soeiro, *Arealva: memórias dispersas no tempo*, com texto de Luís Alves Milheiro, resulta uma recolha fotográfica e apresenta uma sumária evolução do sítio, de forma a preservar as memórias colectivas de um espaço rico em património industrial. O *Estudo de Enquadramento Estratégico do Santuário Nacional do Cristo Rei* da Câmara Municipal de Almada, caracteriza os espaços abrangidos pelo plano, e apresenta as potencialidades do sítio.

No capítulo *O Projecto*, que expõe os temas e referências que servem de base à proposta apresentada, as obras debruçam-se sobre os conceitos de frentes de água, reconversão e materialidade.

No tema o *redesenho da frente de água* importa referir a obra *Cidades e Frentes de Água*, de Nuno Portas, que apresenta a compilação de casos de estudo de cidades portuárias que realizaram projectos inovadores de recuperação das suas frentes de água. Maria da Graça Saraiva coordenou a publicação *Cidades e Rios, Perspectivas para uma relação sustentável*, que reflecte sobre os conteúdos de uma conferência internacional decorrida em Lisboa, conta com a participação de Manuel Costa Lobo, Peter Bosselmann e Álvaro Domingues, que apesar de abordarem o mesmo tema, mostram perspectivas diferentes; e a revista *Mediterrâneo*, dedicada ao tema *Cidades, Portos e Frentes de Água*, com a coordenação de João Figueira de Sousa, onde se encontram compilados artigos de diversos técnicos, professores e investigadores sobre a riqueza e diversidade de intervenções em frentes ribeirinhas.

Para a temática *a reconversão do edifício* as obras consideradas contemplam as *Cartas e Convecções Internacionais sobre Património*, em particular sobre o património industrial, que apresentam conceitos, princípios básicos e as diferentes formas de intervir no património; de José Amado Mendes, a obra *Industrialização e património industrial: desenvolvimento e cultura*, que aborda questões relacionadas com o património moderno; e as Actas do II Congresso Internacional sobre Património Industrial, subordinado ao tema *Património, Museus e Turismo Industrial: uma oportunidade para o século XXI*, sob a coordenação de Eduarda Vieira e José Manuel Lopes Cordeiro, que pretende contribuir para a consolidação do tema.

Em relação ao tema a *materialidade do espaço público* interessa apresentar a obra *Espaços Públicos*, de Manuel Salgado, que conta com citações e desenhos do autor sobre espaços urbano; de Francisco Keil do Amaral e José Santa-bárbara a obra *Mobiliário dos Espaços Urbanos*, que trata de enumerar os diferentes elementos que fazem parte do espaço urbano, incluindo os pavimentos; e a obra *Manual da Calçada Portuguesa*, de António Henriques, António Moura e Francisco Santos, que permite entender a história, a evolução e a importância da calçada, como pavimento com valor estético e simbólico.

As obras supracitadas são consideradas essenciais ao longo do desenvolvimento da investigação, a par de outras obras e documentos que se encontram referenciados na bibliografia. Para a elaboração do presente trabalho, foram utilizados os arquivos da Biblioteca Municipal de Almada, da Biblioteca da Universidade de Évora e da Biblioteca Nacional de Portugal.



01 A margem almadense e o estuário do Tejo

01 O TERRITÓRIO



02 Vista panorâmica do rio Tejo e da margem almadense



03 Vista panorâmica do rio Tejo e da margem almadense

ALMADA, O ESTUÁRIO DO TEJO E LISBOA

"Na margem esquerda do estuário do Tejo, na convergência de rotas entre o Norte e o Sul, o Atlântico e o interior, Almada regista uma ocupação humana contínua e orgulha-se do seu protagonismo associado à história nacional."¹

Firmino da Silva, republicano e revolucionário civil, 1919.

Entre Almada e Lisboa desagua o maior rio da Península Ibérica - o rio Tejo, e através do seu estuário, estas duas cidades desenham uma das principais portas do território português. Apesar de características morfológicas bastante diferentes, foram construídas sob o jugo de um diálogo permanente. A localização privilegiada e a proximidade do rio constituíram, desde sempre, factores determinantes para a fixação de pessoas, assim como a possibilidade da povoação se desenvolver no âmbito das actividades portuárias e agrícolas.²

O desenvolvimento destas actividades, permitiu que Lisboa ascendesse a uma posição de destaque ao nível do comércio internacional, consolidando-se como local de ligação e transição de mercadorias entre a Europa e o mundo. De forma complementar, Almada assume o papel de cidade-charneira na ligação da Margem Norte e o sul do país, tendo sido sempre uma fronteira permeável e elemento fulcral na relação entre o interior sul e a capital do país.³ A proximidade a Lisboa potenciou o desenvolvimento de relações económicas com esta "Outra Banda", que tendo terrenos férteis, serviu como entreposto abastecedor para as necessidades alimentares da capital.⁴

Almada era uma das comunidades ribeirinhas mais significativas da margem sul⁵ e servia de refúgio na altura de pestes que afectavam ciclicamente a cidade de Lisboa, e as suas praias ribeirinhas constituíam um foco de atracção para o veraneio das famílias abastadas. O desenho da linha de costa, abrigada dos ventos e favorável à acostagem de embarcações, foi decisivo para a exploração dos recursos piscatórios, e mais tarde para o estabelecimento de unidades industriais que ali se implantaram, com cais próprios, alterando as suas margens.

No passado recente, a acessibilidade a Lisboa, conquistada pela introdução de transportes fluviais frequentes e pela construção da Ponte 25 de Abril, impôs em Almada, uma lógica de suporte residencial a populações que diariamente se deslocam à capital para trabalhar, tendo precipitado a cidade numa dinâmica de desenvolvimento urbano em ruptura com lógicas existentes, passando a predominar critérios de especulação imobiliária que negam as estruturas fundacionais.⁶

Torna-se evidente a necessidade de investimento em edifícios com funções de nível superior nas áreas da saúde, educação, conhecimento e inovação, bem como da afirmação cultural da cidade, que de forma gradual se vão consolidando, o que comprova as dinâmicas de esbatimento de Lisboa e a urgente necessidade de novas centralidades no contexto da área metropolitana. Almada conta com uma frente ribeirinha abandonada e obsoleta, passível de reconversão para novos usos. Esta constitui uma oportunidade única para uma reconfiguração planeada da cidade, devolvendo o rio à cidade e às pessoas, e contribuindo para a concretização de uma capital de duas margens.

¹ Ver *Almada Crescer* [Exposição].

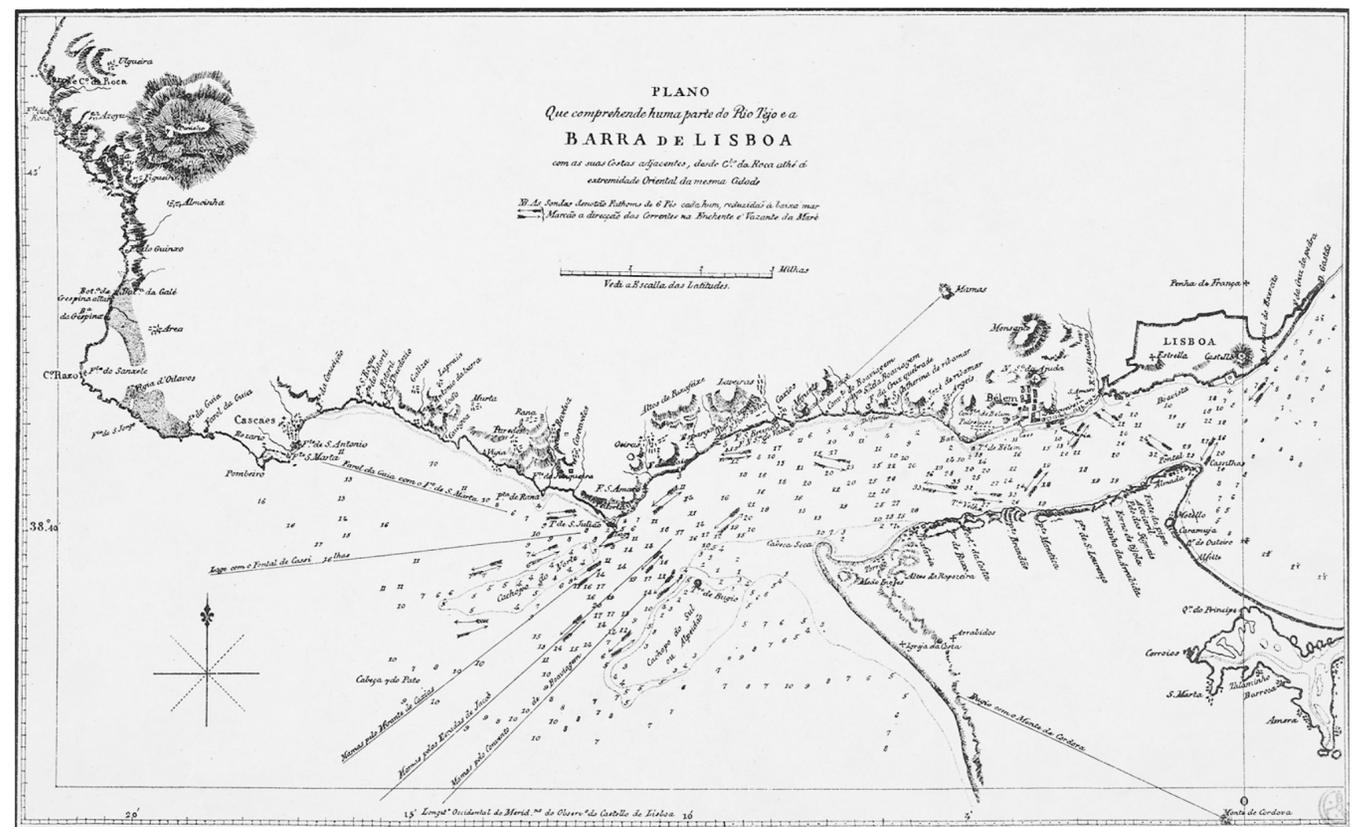
² Alexandre Flores, *Almada: das origens à elevação a cidade*, p. 4.

³ Atkins, Richard Rogers Partnership, Santa-Rita arquitectos, *Almada nascente = Eastern Almada*, p. 37.

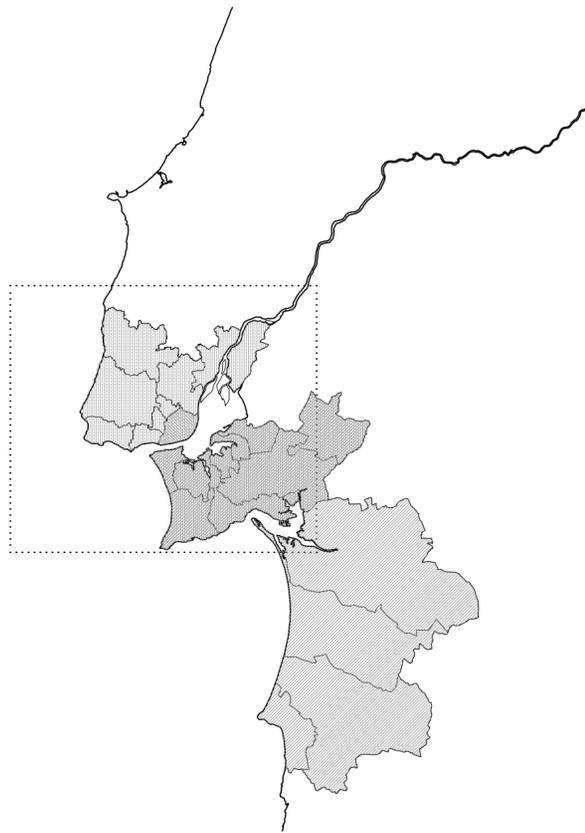
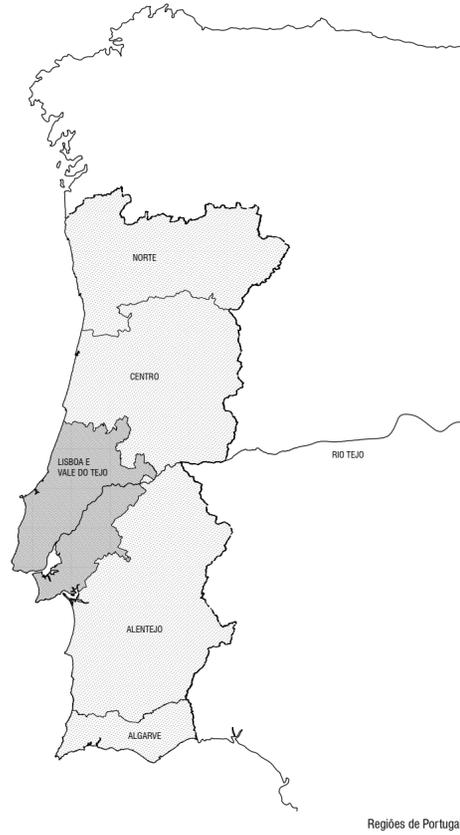
⁴ Alexandre Flores, *op. cit.*, p. 6.: "O Tejo era um espectáculo. Aqui se organizava o interposto dos produtos que resultavam como excedentes da pequena produção agrícola e da actividade piscatória. Depois, eram encaminhados para a capital do reino, abastecendo o seu grandioso mercado."

⁵ *ibidem*.

⁶ Atkins, Richard Rogers Partnership, Santa-Rita arquitectos, *Plano de Urbanização de Almada Nascente*, p. 8.



04 "Plano que comprehende huma parte do Rio Tejo e a barra de Lisboa..."



Enquadramento do Distrito de Setúbal

ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA
 LISBOA
 PENINSULA DE SETÚBAL
 DISTRITO DE SETÚBAL



LIMITE DOS CONCELHOS
 CURVAS ALTIMÉTRICAS DE 10 M
 > 50 M DE ALTITUDE
 ÁREAS BATIMÉTRICAS
 2,00 - 5,00 metros
 5,00 - 10,00 metros
 10,00 - 15,00 metros
 superior a 20,00 metros
 superior a 250 metros

O Estuário do Tejo e os concelhos envolventes
 (desenho elaborado pela autora, com base na cartografia apresentada na bibliografia)



ALMADA, A CIDADE

Construir a imagem de uma cidade é cerzir entre si todo um conjunto de elementos, aparentemente dispersos, desde documentação registada sobre a sua génese a registos da sua história, imagens orais, representadas e construídas da sua evolução urbana e do seu estado actual.

Almada tem uma história milenar, tendo sido palco de diversos acontecimentos, contém em si as memórias das suas gentes, dos modos de vida, das opções e causas que a foram moldando, transformando e dotando de sentido. Interessa construir uma imagem da cidade de Almada, através de todos estes dados que percorrem o espaço temporal, incorporando uma ocupação fundadora ainda pouco documentada cientificamente, atravessando períodos cuja documentação científica necessita ainda de ser aprofundada, até culminar no século XX cuja documentação para a sua leitura é mais abundante e completa, suportada por um conjunto de textos interdisciplinares que analisam e quantificam sobre a imagem construída do tecido urbano.⁷

A localização privilegiada, de proximidade à capital, foi o principal factor de crescimento para Almada. A íntima interdependência com o rio Tejo, elemento articulador na paisagem da separação das duas margens, constituiu desde sempre uma união efectiva de várias realidades humanas, económicas e culturais que se fixaram ao longo das suas margens no decorrer dos tempos. Os terrenos férteis contribuíram para um primeiro estágio de desenvolvimento, que se prolonga no tempo histórico até finais do século XIX, altura em que a imagem de Almada se caracterizava por pequenos núcleos de concentração populacional. Na viragem para o século XX, a vila de Almada é o centro administrativo e político de um concelho rural, maioritariamente de floresta e charneca, com quintas agrícolas, povoações piscatórias e com o porto de mar de Cacilhas.⁸ O recorte da linha de costa abrigada em termos de ventos e favorável à acostagem de embarcações, potenciou o estabelecimento de todo um conjunto de indústrias, que se desenvolveram e concentraram nas faixas ribeirinhas, ligadas a actividades de reparação e construção naval, moagem, tanoaria e cortiça. A implantação de indústrias e armazéns foram elementos dinamizadores e complementares às actividades agrícolas, que em conjunto contribuíram para uma fixação no actual concelho de Almada.⁹

A imagem de Almada é o resultado de uma sobreposição de diferenciados períodos nomeáveis em termos históricos. Partindo de registos fundacionais, passando pela edificação do castelo, realização da rua direita e do seu pequeno núcleo adstrito que se ligava por uma rede de caminhos a outros núcleos próximos até ao século XX, quando um forte desenvolvimento demográfico, industrial e urbano reconfigurou profundamente a imagem dando-lhe o estatuto de cidade.¹⁰

Para uma leitura clara e sucinta, elaborou-se um enquadramento histórico e um outro territorial, que pretendem construir a imagem de Almada, para que se possa entender a cidade. Assim, os elementos que se apresentam de seguida procuram evidenciar os principais acontecimentos que marcaram a história do concelho, esclarecer acerca da evolução urbana e socioeconómica, desde os núcleos pré-históricos à cidade actual, e apresentar os vários elementos caracterizadores do espaço em estudo através das características urbanas e ambientais.

⁷ Atkins, Richard Rogers Partnership, Santa-Rita arquitectos, *Plano de Urbanização de Almada Nascente*, p. 3.

⁸ *Ver Almada Crescer* [Exposição].

⁹ Atkins, Richard Rogers Partnership, Santa-Rita arquitectos, *op. cit.*, p. 3.

¹⁰ *ibidem*.

¹¹ A imagem capta elementos icónicos como o Pórtico da Lisnave, o monumento ao Cristo Rei e a Ponte 25 de Abril. Estes são referências-chave não só de Almada, do Tejo e de Lisboa, como do próprio País.



05 A Lisnave, o Cristo Rei e a Ponte ¹¹

01 O Território

Almada, a Cidade

DO PASSADO AO PRESENTE

Almada tem a sua génese no promontório natural e vai expandir-se de forma quase concêntrica a partir do morro do Castelo, mantendo sempre uma ligação privilegiada ao rio Tejo através de Cacilhas. Ocupando de forma continuada os mesmos locais, os vestígios mais antigos tornaram-se, na maioria dos casos, meramente residuais.¹²

Não obstante, existem registos arqueológicos do período Neolítico, localizados ao longo das margens, implantados no topo da falésia e na direcção da Costa da Caparica. Existem também registos da idade do Bronze, com a presença do povo fenício que se fixa em colónias já durante o séc. VIII a.C., sendo a Quinta do Almaraz o vestígio mais relevante de um entreposto comercial que se desenvolveu em grande parte devido às trocas comerciais mantidas com o Mediterrâneo Oriental. E destacam-se as salgas de peixe como um dos achados arqueológicos da ocupação romana verificada entre os séculos II a.C. e VI d.C. e que atesta já a importância económica do lugar.¹³

A civilização árabe marca a sua presença quando escolhe este lugar para implantar o Castelo da Mina, fortaleza¹⁴ que para além de salvaguardar da actividade mineira, destinava-se à defesa e vigilância de entrada do Tejo, em frente de Lisboa. Os registos da ocupação muçulmana datam do século VIII d.C.

A designação toponímica de Almada deriva da palavra árabe Al-madaan, a mina e pode estar associada à exploração e lavagem de ouro das margens do Tejo, mas importa referir que Raul Pereira de Sousa considera a extensão do significado para mina de ouro abusiva,¹⁵ uma vez que o étimo árabe não a comporta e deve-se ao facto de ter existido no concelho a exploração de ouro da Adiça.

David de Melo Lopes especialista e professor de árabe prefere até como significado “lugar onde uma coisa existe em abundância”.

A partir de Almadan, “a mina” temos a seguinte derivação:

Almadan > Almadaã > Almadaa > Almada

Almada é a forma corrente a partir do século XVII.¹⁶

A vila de Almada foi conquistada aos mouros, pela primeira vez em 1147, aquando da conquista de Lisboa, mas o domínio definitivo só acontece com D. Sancho em 1195. É provável que no período anterior à reconquista cristã tenha sido o único burgo ou povoado notável da margem esquerda do estuário do Tejo.¹⁷ A carta de alforria concedida aos mouros por D. Afonso Henriques em 1171, a primeira carta de foral outorgada por D. Sancho I em 1190 e as sucessivas confirmações de privilégios equiparando os direitos dos habitantes aos disfrutados na cidade de Lisboa são indicadores dessa importância. Outro documento representativo da importância de Almada no contexto medieval é a carta de escambo que em 1297 D. Diniz concede à ordem de Santiago, até então donatária da vila e do termo, passando assim a integrar os bens da coroa.

A primeira delimitação do território de Almada data de 1297 no reinado de D. Diniz e abrangia a quase totalidade dos actuais concelhos de Almada e Seixal.

Mas se o foral régio representou o principal suporte jurídico para o início da história municipal almadense embora complementado pela legislação geral do reino, com o novo foral atribuído por D. Manuel I em 1513, os órgãos da administração do concelho passam a ser regulamentados por leis e ordenações do reino. Circunscrevendo assim a autonomia política e económica do concelho, reforçando o poder real e transformando a relações sociais. Em 1527 a região de Almada constituía parte da zona económica de Lisboa.

Embora o solo agrícola da região de Almada fosse na sua maior parte pobre e arenoso, a produção agrícola foi, até ao século XVII, suficiente para suprir não só as necessidades da população, que era pouco numerosa, como também para obter excedentes, quer de cereais quer de produtos vinícolas, que eram escoados no mercado de Lisboa.¹⁸

A consolidação desta actividade económica contribuiu para a implantação de uma estrutura de quintas, na envolvente dos núcleos fundadores, com limites definidos por uma outra estrutura de azinhagas de acesso. Foi também fortalecida pelo desenvolvimento da exploração das actividades piscatórias que retiravam muito dos benefícios da sua posição geográfica e de contacto com o rio. Em conjunto a produção associada à agricultura e pesca foi o elemento preponderante para o estabelecimento de uma primeira população deslocada das terras do Sul que afluíram para trabalhar nas quintas existentes e factor que influenciou a rota de fluxos comerciais em direcção a Lisboa atravessando o rio na sua zona mais estreita entre margens a partir de Cacilhas.

O terramoto de 1755 destruiu muito do edificado perdendo a vila o seu traçado medieval. A reconstrução prolongou-se até finais do século XIX.

A partir de meados do século XIX, após a moléstia do oidium¹⁹ que destruiu as vinhas de Almada e Caparica, diminuem os excedentes agrícolas, e à mercê de uma forte pressão demográfica não só nestas zonas como também em Lisboa e arredores, a agricultura torna-se uma actividade insuficiente para a subsistência da população.²⁰ Assiste-se então a uma forte implantação de indústrias transformadoras numa linha contínua que, partindo da Trafaria, atravessa o Ginjal, Cacilhas, Margueira, Mutela, Romeira e atinge o Alfeite, integrando um sistema de indústrias de moagem, pólvora, metalurgia do ferro, corticeiras e conserveiras.

As actividades laborais, até então rurais e artesanais, vão sofrer profundas alterações com o incremento da actividade industrial operada nesta altura.

Acentua-se ainda o comércio dos vinhos para o Brasil e África, e também a actividade de algumas oficinas como a dos tanoeiros. Os armazéns de vinhos, vinagres e azeites continuavam ligados ao comércio e às actividades agrícolas da região.²¹

O processo de industrialização inicia uma nova fase com a introdução da máquina a vapor e uma maior concentração operária.



06 Gravura do Castelo de Almada após as reparações de 1810



07 Gravura de Almada, visto do topo da arriba

Entre 1852 e 1853 é fundada a companhia “Parceria dos Vapores Lisbonenses” que estabelece viagens regulares entre as duas margens do Tejo, impulsionando o aparecimento dos primeiros estaleiros navais de H. Parry & Son no Ginjal em 1865, que gradualmente substituem a construção tradicional de embarcações em madeira por embarcações em ferro. Em 1864 instala-se a primeira fábrica de moagem com um programa definido de produção de farinha através de processos industriais.

A instalação da indústria conserveira gera o desenvolvimento da indústria alimentar e, simultaneamente, uma série de subsidiárias de transformação de derivados de peixe, tais como a dos óleos e das farinhas.²² A indústria corticeira beneficia quer da ligação ferroviária entre o Barreiro e o montado alentejano, fornecedor da matéria prima, quer da presença do Mar da Palha enquanto plataforma de escoamento para a passagem da cortiça em bruto para as fábricas transformadoras e daqui para o destino final em Lisboa.

Neste concelho é proclamada a República a 4 de Outubro de 1910, sendo dos primeiros a destacar-se nesta afirmação política.

Na segunda metade do século XIX e no início do século XX, o concelho de Almada era um dos mais importantes centros industriais do país e, muito alavancado pela indústria naval e corticeira, o concelho desenvolve-se do ponto de vista demográfico e urbano, impulsionando a construção e redefinição urbanas. Orientadas para zonas do interior, como a Cova da Piedade, e nas envolências da vila de Almada, daí poder questionar-se as razões que levaram à separação do distrito de Lisboa, aquando da criação do distrito de Setúbal em 1916, que vai englobar todos os concelhos ribeirinhos da margem esquerda do estuário do Tejo.²³

Almada industrializa-se, firmando mais ainda o seu progresso com a implantação da Companhia Portuguesa de Pesca no Olho de Boi (1920) e do Arsenal do Alfeite (1939).

As pressões do crescimento urbano fizeram-se sentir nas zonas de boa acessibilidade de Almada - Lisboa, através do transporte fluvial em Cacilhas ou da Ponte sobre o Tejo, construída em 1966. O desenvolvimento foi bastante alterado por uma distribuição diferente no território, criando-se novos aglomerados. Entretanto a indústria centrada na reparação naval atinge o seu auge com a instalação, na Margeira, dos estaleiros navais da Lisnave em 1967, que foi um dos maiores empregadores da região.

Em Almada o espírito de solidariedade esteve bem presente nas comunidades locais, o que resultou num movimento associativo, diversificado através do mutualismo, sindicalismo, cooperativismo, da cultura e do recreio e, contribuiu para uma caracterização própria do concelho e que é mantido ainda hoje.²⁴

O desenvolvimento das infra-estruturas e a evolução urbanística, levam a que a 21 de Junho de 1973, Almada passe de vila a cidade.

A revolução de 25 de Abril de 1974, inicia uma nova fase na história do país. O fim do regime fascista, possibilitou que os cidadãos pudessem organizar-se e discutir os problemas a nível local. Em Dezembro de 1976 realizaram-se as primeiras eleições autárquicas. E a partir desse ano é definido o quadro legislativo que consagra a natureza do poder local, com capacidade de actuação mais eficaz no ordenamento do território.

A evolução da cidade e das suas infra-estruturas continuam num esforço de colmatar todas as necessidades básicas da população. Desde o desenvolvimento do saneamento básico, à ampliação das redes de água e esgotos, ao desenvolvimento do ensino, de projectos de intervenção social e culturais.

A década de 1980 confirma o declínio da indústria instalada em Almada, com o encerramento dos maiores empregadores e com a situação de instabilidade financeira que acontece na Lisnave. O sector terciário, começa a ter mais expressão, correspondendo a uma alteração do paradigma até aí vivido. Os serviços públicos, o turismo, a educação, a cultura, e o comércio são o garante de empregabilidade do concelho.²⁵

Na década de 1990 a cidade de Almada vai presenciar um novo ciclo de desenvolvimento nas suas principais infra-estruturas, ampliando as redes de águas e saneamento com estações de tratamento de água, investindo nas redes de transporte e substituindo o edificado degradado.



08 Construção da Ponte 25 de Abril, elemento de enorme importância para o crescimento de Almada



09 Almada na década de 1960

¹² *O Passado como Expressão do Presente* [Exposição].

¹³ Atkins, Richard Rogers Partnership, Santa-Rita arquitectos, *Almada nascente – Eastern Almada*, p. 41.

¹⁴ Alexandre Flores, *Almada: das origens à elevação a cidade*, p. 4.

¹⁵ Raul Pereira de Sousa, *Almada. Toponímia e história das freguesias urbanas*, p. 56.

¹⁶ *ibidem*.

¹⁷ *idem*, p. 59.

¹⁸ *idem*, p. 22.

¹⁹ V. *oidium* do latim, o mesmo que oídio - fungos parasitas que atacam muitas plantas.

²⁰ Raul Pereira de Sousa, *op. cit.*, p. 23.

²¹ Alexandre Flores, *op. cit.*, p. 10.

²² Atkins, Richard Rogers Partnership, Santa-Rita arquitectos, *op. cit.*, p. 50.

²³ Raul Pereira de Sousa, *op. cit.*, p. 27.

²⁴ Alexandre Flores, *op. cit.*, p. 14.

²⁵ *Ver Almada Crescer* [Exposição].



ENQUADRAMENTO TERRITORIAL

Almada foi elevada a cidade em 1973, o que resultou numa transformação profunda, confundindo-se hoje o concelho com a realidade que o enforma, pois, a cidade transcende os limites administrativos do concelho.

O actual concelho de Almada ocupa uma área, no extremo noroeste da Península de Setúbal, com cerca de 70 km² de área total, para 174 030 habitantes,²⁶ o que corresponde a uma densidade populacional de 2 486 hab/km².

Administrativamente limitam-no os concelhos de Sesimbra e do Seixal, a Sul e a Leste, respectivamente. A Oeste, a Norte e uma pequena faixa a Nascente os limites estão claramente definidos pelo Tejo e pelo Atlântico.

O concelho encontra-se dividido em 5 freguesias. Estas resultaram da reorganização administrativa do território das freguesias,²⁷ ficando agrupadas da seguinte forma:

- A.** Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas;
- B.** Caparica e Trafaria;
- C.** Charneca de Caparica e Sobreda;
- D.** Laranjeiro e Feijó;
- E.** Costa da Caparica, criada por aplicação dessa mesma lei.

Almada pertence ao distrito de Setúbal e à Área Metropolitana de Lisboa, beneficiando assim de uma localização privilegiada, pois para além de acolher populações oriundas do Sul, constitui sempre uma primeira frente de complemento à capital, desempenhando funções diversas.

O território construído tem nos dias de hoje um carácter fragmentado, disperso, com diferentes configurações e morfologias, resultado de dinâmicas recentes, diferente da zona histórica, que se encontra consolidada.

Sendo Almada um todo, constituído por partes distintas, na forma, na densidade, na intensidade e diversidade de usos, característico de modos de vida tendencialmente urbanos, torna-se indispensável uma análise mais aprofundada, de forma a alcançar uma melhor compreensão deste vasto território.

De forma a simplificar dividiu-se a análise em dois sistemas, urbano e ambiental, e estes em várias estruturas, facilitando assim a compreensão de cada uma, que caracteriza o meio urbano e a paisagem.

²⁶ INE, Censos 2011, Estimativas Anuais da População Residente [Em linha].

²⁷ Lei n.º 11-A/2013 de 28 de Janeiro.

SISTEMA URBANO

A caracterização do sistema urbano do concelho de Almada, permite perceber o que constitui o desenho urbano, considerando o edificado e as vias de comunicação como as principais estruturas. Esta leitura permite, não só perceber a origem da cidade e o seu crescimento, como também de que forma se deve planejar a expansão urbana.

A análise é sustentada através da leitura do relatório "Estudos de Caracterização do Território Municipal. Caderno 5", na consulta do Plano Director Municipal, e na observação da cartografia apresentada.

ESTRUTURA URBANA

A caracterização da estrutura urbana e consequente classificação dos espaços em tipologias de ocupação, é fundamental para a compreensão do território de Almada. Desta forma, analisaram-se os padrões de ocupação e definiram-se 8 tipologias,²⁸ que seguem discriminadas.

Nas **áreas consolidadas** dos espaços urbanos a edificação tem um carácter compacto e contínuo possuindo uma estrutura consolidada e uma rede viária ordenada. A estas áreas correspondem, o contínuo urbano de Cacilhas, Cova da Piedade, Feijó e Laranjeiro, e os conjuntos edificados da Costa da Caparica, Trafaria, Caparica, Sobreda e Charneca de Caparica. Estas áreas correspondem a um total de 1052,8 ha.

Os **espaços urbanizáveis** caracterizam-se, segundo a definição, por áreas fragmentadas, e por vezes desqualificadas, que ocorrem tendencialmente na extensão das áreas edificadas consolidadas. No concelho de Almada, estas áreas encontram-se infraestruturadas e parcialmente consolidadas correspondendo na maior parte a processos de loteamento. Em termos de ocupação do solo é possível verificar a predominância desta tipologia, ocupando 1767,9 ha.

Os **espaços afectos a equipamentos**, locais destinados à prestação de serviços, ocupam uma área de 416,7 ha, distribuídos de forma uniforme por todo o concelho. Nesta tipologia é de destacar o Hospital Garcia da Orta, no Pragal, e a FCT - Faculdade de Ciências e Tecnologias na Caparica.

Os **espaços industriais** são caracterizados por elementos destinados à instalação de indústria e armazenagem, e por instalações portuárias que incluem docas e portos de abrigo. Estes espaços ocupam um total de 200,1 ha e são de destacar as áreas industriais de Vale Figueira e Vale Rosal, e o porto da Trafaria e Porto Brandão.

Os **espaços de vocação turística** são constituídos por conjuntos edificados de moradias isoladas ou em banda, unidades hoteleiras e equipamentos como piscinas e golfe. A estas áreas corresponde o Hotel Meliá dos Capuchos, a herdade da Aroeira, e o INATEL na Costa da Caparica, e ocupam uma área de 746,7 ha.

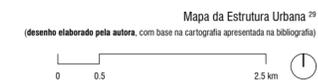
Na tipologia de **espaços de investigação e desenvolvimento** inclui-se o Madan Parque, um espaço de instalação de empresas.

Os **espaços de uso militar** têm uma expressão considerável no concelho ocupando 221,9 ha do território. O Arsenal do Alfeite é a instalação com maior dimensão. Existem ainda as instalações da NATO localizadas na Costa da Caparica, Charneca de Caparica e junto à Fonte da Telha.

Na tipologia de **interfaces** considera-se a estação do Pragal e os espaços afectos a esta infraestrutura, nomeadamente o parque de estacionamento e a superfície automóvel, e a estação de Cacilhas.

²⁸ CMA, *Revisão Plano Director Municipal de Almada. Caderno 5 – Sistema Urbano*, pp. 174-179.

²⁹ Desenho elaborado pela autora com base na *Carta de Ordenamento*, referida na bibliografia.



ESTRUTURA VIÁRIA

A análise à estrutura viária é fundamental para a compreensão do sistema urbano. Esta tem a capacidade de criar dinâmicas urbanísticas e contribui para o crescimento socioeconómico de uma cidade, tornando-se assim essencial traçar o quadro geral do sistema de transportes, mobilidade e acessibilidade, para posterior entendimento.

No concelho de Almada, a rede viária existente é central no quadro de acessibilidade regional, tendo sido um importante factor do desenvolvimento urbano da margem sul do Tejo a partir da segunda metade do séc. XX, e sendo nos dias de hoje, o principal canal de troca entre as duas margens.

Acessibilidades rodoviárias ³⁰

A rede rodoviária existente na área do concelho apresenta a seguinte constituição:

- itinerário principal, um troço constituído pela auto-estrada A2 (IP7), responsável pela ligação de Almada a Lisboa (e, através deste, ligação da capital com os restantes concelhos da Península de Setúbal);
- itinerário complementar, o IC 20 (Via Rápida da Costa da Caparica), desenvolve-se no sentido Este-Oeste, estabelecendo a ligação entre Almada e a Costa da Caparica e apresenta importantes nós de ligação à A2 (IP7) e ao A33;
- auto-estrada, a A33, que estabelece ligação entre o Monte da Caparica e Montijo, constituindo um fecho da circular regional interna da Península de Setúbal;
- estradas regionais, consideram-se a ER10, que faz a ligação entre os centros urbanos de Almada e Seixal, e a ER377-2, que estabelece a ligação entre a Costa da Caparica e a Fonte da Telha.

A estrutura da rede rodoviária assenta no atravessamento norte-sul do IP7/A2, conectado pelo nó de Almada ao principal atravessamento transversal, o IC20, que por sua vez estabelece a ligação à via longitudinal A33. A rede rodoviária respondeu à expansão urbana da cidade de Almada, que para ponte da auto-estrada abrange áreas tanto a norte da via rápida da Costa da Caparica (Pólo Universitário do Monte da Caparica, Hospital Garcia da Horta, estação ferroviária do Pragal), como a sul (área de Vale Mourelas ao Funchalinho).

Transporte Colectivo ³¹

Ao nível do transporte colectivo, Almada é servida por uma ampla e variada rede, que desempenha um papel fundamental no quadro de mobilidade metropolitana, através das ligações Norte-Sul.

O eixo ferroviário Norte-Sul que veio permitir a ligação da Linha do Alentejo e do Algarve à rede nacional, efectuando-se anteriormente o transporte de passageiros por via fluvial entre o Barreiro e Lisboa.

³⁰ CMA, *Revisão Plano Director Municipal de Almada. Caderno 5 – Sistema Urbano*, pp. 3-4.

³¹ *idem*, pp. 12-25.



Mapa da Estrutura Viária
(desenho elaborado pela autora, com base na cartografia apresentada na bibliografia)



SISTEMA AMBIENTAL

A caracterização do sistema ambiental do concelho de Almada, torna-se indispensável para a compreensão do território. Esta leitura permite perceber as origens, a morfologia e os elementos naturais que o constituem.

A análise, suportada na leitura dos relatórios “Estudos de Caracterização do Território Municipal. Caderno 2” e “Estudos de Caracterização do Território Municipal. Caderno 4” e na observação da cartografia apresentada, foca-se na Estrutura da Paisagem Natural, da Geologia e da Vegetação.

ESTRUTURA DA PAISAGEM NATURAL

Altimetria ³²

Dentro dos limites do concelho é possível diferenciar-se duas zonas principais de relevo, de acordo com a análise das cotas altimétricas. De forma geral o concelho, no Norte e Centro é ondulado, passando a ondulado mais suave, na planície costeira e na zona interior mais para sul. As escarpas que acompanham a frente Atlântica e o rio Tejo, destacam-se na paisagem de Almada, pelas suas características geomorfológicas.

Junto ao Oceano Atlântico, na zona Oeste da cidade, as cotas variam entre os 0m e os 10m, existindo uma planície costeira que é delimitada pela arribas fóssil da Costa da Caparica, que marca profundamente a paisagem. Na zona mais a sul, as cotas variam entre os 40m e os 50m e no extremo Norte atinge os 80m. As arribas litorais e ribeirinhas atingem no topo, valores entre os 100 e 120m de altitude, nomeadamente ao longo do reverso da costeira que constitui a Frente Ribeirinha Norte. O ponto mais alto do concelho encontra-se a 124,4m, na zona do Raposo, enquanto os marcos geodésicos, Chibata e Cabo da Mata, atingem as cotas de 117,47m nos Capuchos, e 113,48m na Descida da Raposa, respectivamente. Na zona Nascente do concelho, de Cacilhas ao Alfeite, as cotas decrescem no sentido do Mar da Palha, atingindo estas arribas cotas entre os 30 e os 40m de altitude. Na base existe uma zona aplanada, onde se localizam os antigos estaleiros da Lisnave, que corresponde à área que se conquistou progressivamente ao Tejo, não ultrapassando a cota de 5m.

Existe entre as duas zonas mais altas do território de Almada, uma depressão, onde se encontram ribeiras que constituem as principais linhas de água do concelho. No interior do concelho, as cotas vão descendo progressivamente, variando entre os 80 e os 60m. As linhas de água existentes, encontram-se em vales amplos, conferindo um ondulado suave a esta parte do território.

Declives ³³

Os declives estão directamente relacionados com a geologia do território, com as características litológicas e estruturais, e com os processos de erosão a que os solos foram sujeitos. Em Almada, os declives mais acentuados correspondem às arribas, que se encontram a Norte e a Oeste do concelho. No interior do concelho as encostas apresentam pendentes muito acentuadas, enquanto a planície costeira e a plataforma litoral são caracterizadas pela planura.

Os declives são superiores a 25%, nas escarpas ribeirinhas, podendo ser maiores do que 50% em algumas zonas, como é o caso das vertentes da Arealva, do Cristo Rei, de Montalvão, da Banática e do Porto do Buxo. Estes valores mostram a existência de perfis bastante íngremes, relacionados com as formações miocénicas mais resistentes. A arribas Norte é pontualmente cortada por vales. Entre as Arribas e o Mar da Palha, nas áreas de Cacilhas, Margueira e Cova da Piedade, existe uma faixa de terreno com inclinações que são inferiores a 5%, correspondendo às aluviões da Vala do Caramujo e

às terraplanagens construídas para ganhar espaço ao Tejo. Na arribas fóssil da Costa da Caparica, os declives variam consoante a resposta das características e o comportamento litológico aos agentes de erosão. Observam-se assim, ao longo da arribas, diferentes declives, superiores a 25%, embora existam alguns troços onde são superiores a 50%.

Cabeços ³⁴

Os cabeços são constituídos pelas linhas de festo e pelas zonas altas, mais ou menos aplanadas, consoante a litologia, contíguas às mesmas. Podem ser mais ou menos largos e, no limite, podem apresentar-se apenas como cumeada. Por definição são áreas de enorme importância, pois são espaços defendidos pela própria topografia. Castelos, conventos e casas, ocupam num período inicial linhas de festo e sobretudo cabeços. Em Almada, os registos arqueológicos referentes aos núcleos primitivos localizam-se ao longo das margens, e implantam-se no topo da falésia. A Norte do Concelho, onde o terreno é mais acidentado, as linhas de festo assumem grande importância, constituindo pontos de vista sobre o rio Tejo e a cidade de Lisboa, nos lugares do Montinhoso, Raposo e S. Paulo, e sobre o Oceano Atlântico, no lugar dos Capuchos.

Hidrografia ³⁵

Almada situa-se na margem esquerda do Rio Tejo. Este curso de água que define o limite norte do concelho, foi um factor determinante para as características geomorfológicas que formam as vertentes que marginalizam o rio. O terreno mais acidentado e as características geológicas, da zona Norte, dificultam a infiltração, apresentando assim linhas de água com maior dimensão e vales mais acentuados. Os declives mais suaves e o terreno mais plano, da zona Sul, com linhas de água muito pouco encaixadas potenciam a infiltração. No concelho destacam-se como linhas de água mais importantes: a Vala do Caramujo, a Vala da Caneira e a Vala da Enxurrada, na zona norte; a Vala do Guarda-Mor, a Vala da Regateira e a Vala da Sobreda, na zona central e interior; e a Ribeira da Foz do Rego e a Vala da Charneca na zona a sul. Na frente ribeirinha Norte, encontram-se linhas de água, associadas a vales encaixados na arribas, que correm em direcção ao rio, perpendiculares ao leito do Tejo. Algumas das linhas de água foram encanadas ou instaladas em vales artificiais, permitindo a ocupação do solo para usos urbanos.

³² CMA, *Revisão Plano Director Municipal de Almada. Caderno 2 – Sistema Ambiental*, p. 32.

³³ *idem*, pp. 34-35.

³⁴ *idem*, p. 40.

³⁵ *idem*, p. 37.

ESTRUTURA GEOLÓGICA

O território de Almada, banhado pelo rio Tejo e pelo Oceano Atlântico, é o resultado da interação entre as forças geológicas e os agentes climáticos, ao longo do tempo, e posteriormente da própria acção humana.

Estes processos criam e expõem importantes formas de relevo e estruturas geomorfológicas, como são o caso a Frente Ribeirinha Norte e a Arriba Fóssil da Costa da Caparica. As falésias imponentes e a exposição de diferentes unidades geológicas, permitem uma boa leitura de forma a compreender a evolução geológica.

Estes afloramentos permitem o que é considerado o melhor e mais completo acesso a um registo geológico da fauna e flora, das oscilações de clima e do nível do mar nos últimos 24 milhões de anos, em toda a Europa Ocidental. Estes sedimentos mostram as sucessivas variações da linha de costa com alternância de depósitos marinhos e continentais ou de ambientes salobros.

Enquadramento Geológico ³⁶

O concelho de Almada encontra-se na Bacia do Baixo Tejo, zona que ora ficava praticamente submersa pelo mar, ora ficava parcialmente emersa, definida por grandes rios. Em Almada, o substrato geológico corresponde à era Cenozóica, mais concretamente ao período Neogénico, distribuindo-se pelas épocas miocénica (24-5 Ma) e pliocénica (5-2 Ma); e ao período Quaternário, que se divide entre a época plistocénica (2-0,01 Ma) e holocénica (0,01-0 Ma).

Durante o Miocénico, ocorreram consecutivos avanços e recuos do nível do mar, o que resultou no depósito de sedimentos na zona limite, entre ambientes terrestres e marinhos.

No Pliocénico, Plistocénico e Holocénico, este território esteve quase sempre emerso, resultando então a deposição de sedimentos fluviais e eólicos, que cobriram grande parte da área que corresponde à Península de Setúbal.

As unidades Miocénicas afloram na frente ribeirinha Norte do concelho, e numa estreita faixa no troço norte da arriba fóssil da Costa de Caparica.

O Pliocénico aflora nos depósitos de areias que se observam ao longo das vertentes das Ribeiras da Foz do Rego ^A, Vala da Guarda-Mor ^B, Vala da Sobreira ^C, Vala da Regateira ^D, Vala da Charneca ^E, Vala do Caramujo ^F e também dos seus afluentes. Está também representado na arriba fóssil da Caparica desde a Ribeira da Foz do Rego até ao limite Sul do concelho.

Os depósitos arenosos e conglomeráticos do Plistocénico ocorrem na zona centro e sul do concelho. Aluviões, areias de praia, dunas e depósitos de vertentes são formações datadas do Holocénico.

³⁶ CMA, *Revisão Plano Director Municipal de Almada. Caderno 2 – Sistema Ambiental*, pp. 64-65.

³⁷ Desenho elaborado pela autora com base na *Carta Geológica do Concelho de Almada*, referida na bibliografia.



Evolução da Bacia do Baixo-Tejo nos últimos 14 M.a.



ESTRUTURA VERDE

A estrutura verde é composta por um contínuo natural integrado na cidade, que permite a presença de componentes ecológicas que preenchem as principais funções e relações existentes nos ecossistemas naturais.

Da criação de uma estrutura verde esperam-se funções, por um lado, relacionadas com a utilização do Homem, como as de equipamentos de lazer, jogo e recreio, e por outro, funções ambientais com efeitos na cidade, e por consequência sobre a população, como as de conforto bioclimático, melhoria na qualidade do ar, conservação do solo e da água, desenvolvimento da biodiversidade ou qualidade estética.

Os espaços verdes públicos (urbanos) para utilização humana, caracterizam-se pelo seu carácter público a nível de acesso e fruição. Nos espaços verdes complementares (não urbanos) predominam as funções de regulação ambiental e a função de habitat, independentemente da sua natureza pública ou privada, quer sejam acessíveis ou não.

Espaços Verdes Públicos ³⁸

Os espaços verdes urbanos correspondem a uma área total de 357,9 ha e dividem-se em dois tipos: Espaços de Recreio Municipais cuja área de influência é concelhia e de utilização diária para quem reside ou trabalha na proximidade; e Espaços Verdes de Enquadramento que contribuem de forma significativa para a qualidade estética do espaço urbano.

Espaços Verdes Complementares ³⁹

Os espaços verdes não urbanos constituem importantes reservas de protecção dos recursos naturais e dos valores e funções dos sistemas naturais do território. Estes podem estar inseridos em três diferentes tipologias.

Os espaços de produção desempenham funções de regulação ambiental, de habitat para algumas espécies e de informação ambiental, o que permite a aproximação da população à natureza. Estes são constituídos por Espaços Agrícolas onde predominam as parcelas agrícolas de policulturas, na grande maioria horto-frutícolas. A prática da agricultura assenta em parcelas de dimensões variáveis, desde as quintas de produção em grande escala, como é o caso da Quinta da Nossa Sra. da Conceição junto a Murfacém até às pequenas propriedades nas Terras da Costa. Ocupam uma área total de 285,6 ha.

Os Espaços Verdes de Protecção e Enquadramento são os locais onde predominam as matas e os conjuntos arbóreos, ocupam uma área de 385,5 ha e as suas principais funções são as de protecção do meio físico e de enquadramento paisagístico.

Na tipologia de Espaços Culturais e Naturais predominam as funções de regulação, de habitat, e a salvaguarda dos valores paisagísticos. Englobam áreas de diferentes tipologias:

- as áreas de Matos que correspondem a quase todos os espaços naturais e abrangem áreas tão diversas como espaços de REN da frente ribeirinha norte ou espaços vazios na proximidade das zonas de expansão urbanística.

- as Matas são áreas compostas por conjuntos de árvores onde predominam o Pinheiro Manso e o Pinheiro Bravo, algumas culturas arvenses de sequeiro e alguns eucaliptos, exemplos disso são a Mata dos Medos e o Pinhal do Inglês.

- as dunas correspondem ao cordão dunar da Costa da Caparica que se estende desde a praia Fonte da Telha até à praia da Cova do Vapor, a última praia a norte do concelho. Considera-se dunas a área que integra a vegetação dunar, onde encontramos espécies como o estorno, o feno-das-areias, o cordeiro-do-mar, a arméria e o cardo-marítimo.

Estes espaços ocupam uma área de 1239,5 ha.

³⁸ CMA, *Revisão Plano Director Municipal de Almada. Caderno 4 – Sistema Social e Económico*, p. 196.

³⁹ *idem*, pp. 197-198.

— CURVAS ALTIMÉTRICAS DE 20 M
MALHA URBANA
ESPAÇOS VERDES PÚBLICOS
ESPAÇOS AGRÍCOLAS
ESPAÇOS VERDES DE PROTECÇÃO
ESPAÇOS CULTURAIS E NATURAIS

Mapa da Estrutura Verde
(desenho elaborado pela autora, com base na cartografia apresentada na bibliografia)

0 0,5 2,5 km

ALMADA, O NÚCLEO URBANO

A análise que se segue centra-se no núcleo urbano. Sendo a leitura deste indissociável do seu contexto, torna-se indispensável o entendimento do enquadramento histórico e territorial da cidade, apresentado anteriormente em *Almada, a Cidade*.

O núcleo urbano de Almada, encontra-se na zona nordeste da cidade e corresponde à actual freguesia de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas.

Nesta área encontram-se os registos arqueológicos referentes aos núcleos primitivos. Na Idade do Bronze, os primeiros contactos efectivos que os Fenícios concretizaram por volta do século X/IX a.C., resultaram na fixação em colónias já durante o século VIII a.C., como comprova a Quinta do Almaraz, a mais documentada arqueologicamente. Entre os séculos II a.C. e VI d.C., os achados mostram a ocupação romana, sendo de destacar as salgas de peixe, que suportam a ideia da existência de actividades socio-económicas. E da ocupação muçulmana, os registos datam do século VIII d.C., sendo de destacar o Castelo, como elemento fundador do núcleo original de Almada.⁴⁰

A ocupação muçulmana estende-se até 1147, data em que a conquista a Lisboa, causa a passagem da margem sul para a coroa portuguesa. Em 1170, D. Afonso Henriques concede a primeira carta foral, sendo posteriormente confirmada pelo foral de D. Sancho I em 1190. Este acto, como afirma Alexandre Flores, não foi fundacional, mas representou o suporte jurídico que deu início à história municipal almadense, que se manteve quase inalterável, até ao século XVI.⁴¹ Durante este período, a configuração urbana, cingiu-se a um pequeno aglomerado de casas, junto ao Castelo e ao longo da rua principal, estando rodeadas por vastas áreas agrícolas. À época o número de habitantes era ainda bastante reduzido, sendo na maioria oriundo de fluxos migratórios de trabalhadores que chegavam para trabalhar nas quintas existentes. Ainda assim, a importância deste núcleo é atestada pela presença de altos dignatários de Almada nas Cortes.⁴²

Nos séculos XVII e XVIII, existiam diversos lugares com alguma importância, e o núcleo urbano de Almada já possuía dinâmica social, económica, administrativa e religiosa.⁴³ O terramoto de 1755, causou muitos estragos, com a destruição de muitos edifícios, o que resultou na perda do seu traçado medieval. A reconstrução prolongou-se até aos finais do XIX, alterando a paisagem urbana e rural.

Na primeira metade do século XIX, a agricultura e a pesca entram em declínio, e estas actividades laborais, até então rurais e artesanais, começam a dar lugar à actividade industrial.⁴⁴ A indústria implanta-se junto ao rio, numa linha contínua, que parte da Palença de Baixo, atravessa a Arealva, o Ginjal, Cacilhas, Margueira, Romeira, até à zona do Alfeite. Ainda assim, neste período, o crescimento em termos de realidade física não era ainda muito acentuado, os núcleos habitados encontravam-se dispersos, ligados por azinhagas e percursos secundários, que delimitavam todo o conjunto de quintas.

O processo de industrialização gradual constrói-se ao longo do tempo no sentido do século XX, gerando um crescimento urbano e demográfico para zonas do interior como a Cova da Piedade e nas envolências da vila de Almada.

O desenho urbano, social, económico e cultural, foi construído, na grande maioria, ao longo do século XX. A acompanhar o crescimento industrial, cresce também o número de migrações populacionais, sendo este factor decisivo para o surto de construção e redefinição urbanas. Neste período, a expansão do núcleo antigo de Almada desenvolve-se em paralelo com a Cova da Piedade. A partir dos anos 50-60 do século XX, verificou-se um aumento populacional, devido aos numerosos postos de trabalho oferecidos, na indústria naval, na construção naval, e também no aumento do sector terciário na Área Metropolitana de Lisboa, o que resultou no crescimento urbano que conduziu à posse dos terrenos livres das freguesias de Almada e Cova da Piedade.⁴⁵

Almada conhece um novo surto de construção por volta dos anos 70-80, resultante da concretização do eixo rodoviário e pedonal, unindo Cacilhas ao Centro Sul, o que potenciou a fixação de um conjunto edificado ao longo desta.⁴⁶ Com o tempo, o primeiro núcleo fundador foi-se diluindo numa mancha que se espalhou em todas as direcções, de tal modo que, esbateu a diferença entre as diferentes áreas que até à década de 50 eram reconhecíveis.⁴⁷ A progressão e consolidação da ocupação do território foi determinando um conjunto de perímetros encerrados pelos lados nascente e norte por conjuntos afectos às indústrias.

Na última década do século passado, Almada sofreu um importante desenvolvimento ao nível das principais infra-estruturas de água e saneamento, na rede de transportes, e entra em funcionamento o Hospital Garcia de Orta. Estes, entre outros factores, permitiram uma acelerada transformação do núcleo urbano.

⁴⁰ Atkins, Richard Rogers Partnership, Santa-Rita arquitectos, *Plano de Urbanização de Almada Nascente*, p. 3.

⁴¹ Alexandre Flores, *Almada: das origens à elevação a cidade*, p. 6.

⁴² Atkins, Richard Rogers Partnership, Santa-Rita arquitectos, *op. cit.*, p. 5.

⁴³ Alexandre Flores, *op. cit.*, p. 8.

⁴⁴ *idem*, p. 10.

⁴⁵ *idem*, p. 16.

⁴⁶ Atkins, Richard Rogers Partnership, Santa-Rita arquitectos, *op. cit.*, p. 8.

⁴⁷ *ibidem*.



10 Vista sobre o núcleo urbano e relação com o Tejo e Lisboa

EVOLUÇÃO HISTÓRICA

As manchas de ocupação, desde os núcleos primitivos até às primeiras ocupações industriais, revelam na sua génese uma estrutura primária de fixação no topo da arriba e nas margens em contacto directo com o Tejo. Essa interdependência com o rio, é facilmente fundamentada pela presença de achados arqueológicos, que são base para a investigação e catalogação das sucessivas culturas que se estabeleceram na correnteza desta orla. Dos registos da ocupação fenícia identifica-se a Quinta do Almaraz, como o vestígio mais relevante. A importância económica do lugar à data da ocupação romana é atestada pelos inúmeros achados arqueológicos, dos quais se destacam as salgas de peixe. Da ocupação muçulmana resulta a implantação do Castelo, motivada pela defesa das rotas comerciais e de forma a garantir a protecção contra qualquer invasão, o que aconteceu até 1147, momento em que a conquista de Lisboa induz a passagem da margem sul para a Coroa Portuguesa.⁴⁸

A primeira carta foral foi concedida pelo rei D. Afonso Henriques no ano de 1170, e posteriormente confirmada pelo foral de D. Sancho I, em 1190. Até ao século XVI a história manteve-se quase inalterável, cingindo-se a configuração urbana, durante esse período, a um pequeno aglomerado de habitações em torno do castelo e ao longo da rua principal. A expansão marítima portuguesa deu uma expressão significativa ao termo de Almada,⁴⁹ e nos séculos XVII e XVIII, existiam já diversos lugares com alguma importância, e o núcleo de Almada era o centro administrativo, militar, religioso, de produção de bens e de comércio. O terramoto de 1755 causa estragos avultados, perdendo-se o traçado medieval.

A configuração urbana era ainda, em meados do século XIX, para além dos núcleos urbanos que se encontravam dispersos, um vasto território natural. A predominância de um carácter agrícola que se foi consolidando no tempo, contribuiu de forma decisiva para uma mancha estruturada e complexa de quintas, que constituía na paisagem circundante aos núcleos fundadores, um puzzle visível na paisagem, definido por uma estrutura de azinhagas e serventias que lhes davam acesso.⁵⁰ A produção teve um peso expressivo, até determinada altura, na economia local e conseqüente transacção para outros destinos, como Lisboa, que dependia das zonas produtoras envolventes, para sua subsistência.

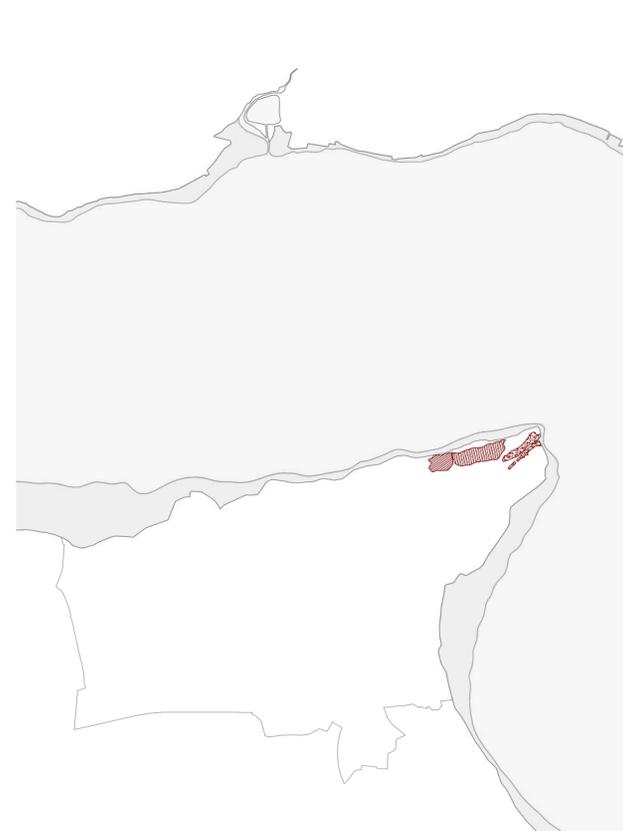
Nos finais do século assiste-se a uma forte implantação de indústrias transformadoras, numa linha contínua desde Palença de Baixo até à zona do Alfeite, que encontram na frente ribeirinha um porto e território propício à fixação e conseqüente desenvolvimento de diversas instalações e equipamentos, que resultam da primeira era de industrialização do país.⁵¹ O fenómeno permitiu o desencadeamento de um processo de expansão dos núcleos urbanos da Cova da Piedade, Romeira e Mutela, a par da fixação populacional nos núcleos de Almada e do Pragal.

⁴⁸ Atkins, Richard Rogers Partnership, Santa-Rita arquitectos, *Almada nascente = Eastern Almada*, p. 42.

⁴⁹ V. Almada Delimitada. Disponível em CMA, *História* [Em linha].

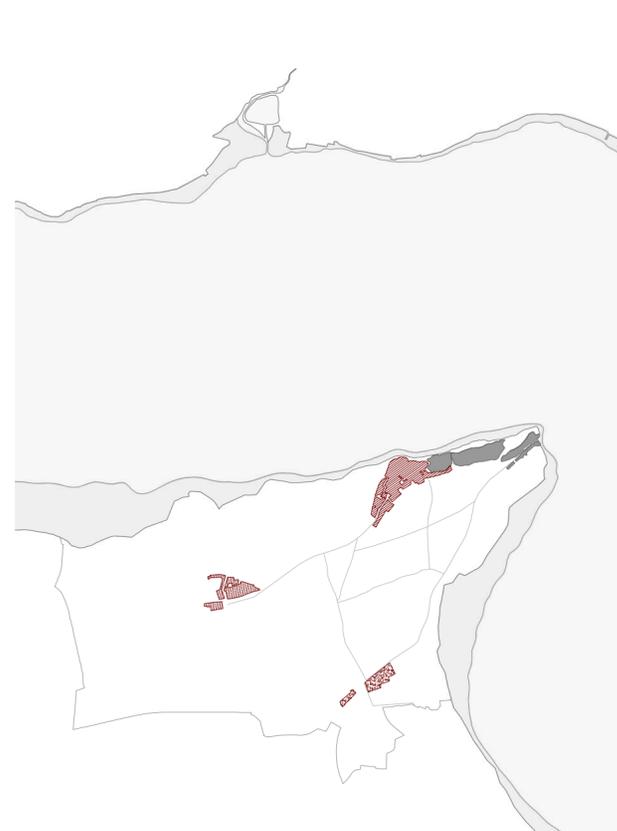
⁵⁰ Atkins, Richard Rogers Partnership, Santa-Rita arquitectos, *Plano de Urbanização de Almada Nascente*, p. 13.

⁵¹ *idem*, p. 10.



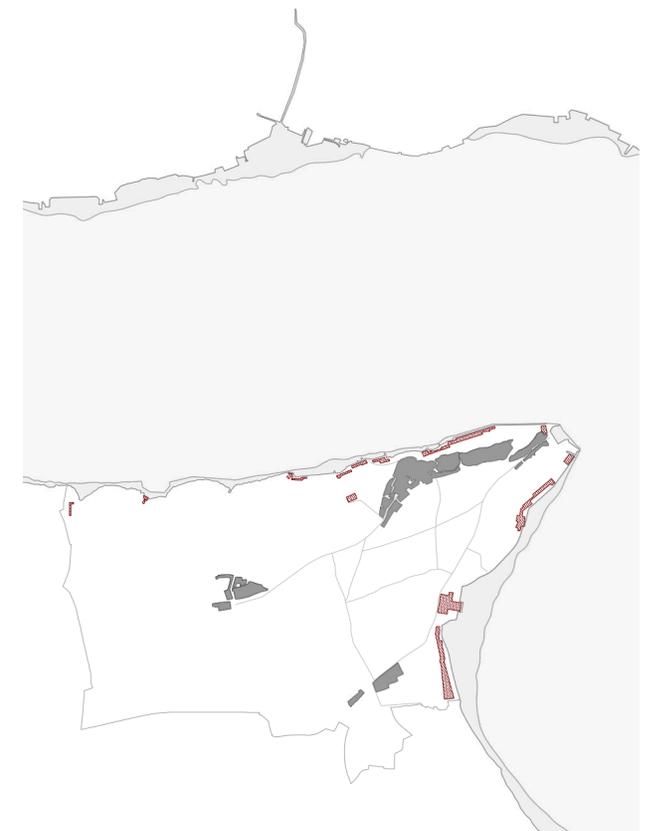
Registo de ocupação dos núcleos primitivos

☐ FENICIA
☐ ROMANA
☐ MUÇULMANA



De Almada Medieval para o aglomerado do século XVIII

☐ OCUPAÇÃO DO SÉC. XII ATÉ AO SÉC. XVII
☐ SÉC. XII - ERMIDA DE S. SIMÃO / 1712 - IGREJA DA N. S. DA PIEDADE, RECONSTRUÍDA EM 1762 APÓS O TERRAMOTO
☐ SÉC. XVII - PRIMEIRA FIXAÇÃO HUMANA / NÚCLEO HISTÓRICO DO SÉC. XVII - XVIII



Almada Pré-Industrial do século XIX

☐ INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS DO SÉC. XIX

(desenhos elaborados pela autora, com base na cartografia apresentada na bibliografia)

0 0.2 1 km

EVOLUÇÃO URBANA

A evolução urbana representada nos esquemas é o resultado de um processo de urbanização que a partir dos anos de 1940 foi sendo gradualmente disseminado em torno dos núcleos fundadores e que na década de 50 do mesmo século adquiriu uma dinâmica voraz, dado o processo de especulação imobiliária que transformaram a cidade construída e o contexto vivido de Almada.

Até aos anos 30, as deslocações em Almada eram realizadas na sua grande maioria a pé através de caminhos e azinhagas existentes, tendo a introdução maciça de transportes colectivos sido um dos fenómenos fixadores de estratos populacionais e de um crescimento das actividades relacionadas com o sector imobiliário.⁵² Este aumento aliado ao melhoramento da rede de abastecimento de águas na década de 50, gerou complementarmente um fluxo de mão de obra qualificada que desse resposta às encomendas, e que acabou por se fixar.

Em 1955 começa a ser implementado parte do plano apresentado anos antes, em 1947, realizado por Étienne de Gröer / Faria da Costa, que preconizava uma intervenção urbana integrada,⁵³ que estabelecia para além do desenho de intervenção urbana, toda uma série de equipamentos, infra-estruturas e índices de ocupação ao nível do número de habitantes.

Em 1966, as contingências decorrentes da inauguração da travessia da ponte sobre o Tejo, e da instalação dos estaleiros navais da Lisnave, em 1967, momento de conquista ao rio de novas zonas de aterro para instalações e docas, precipitam a cidade numa dinâmica de desenvolvimento urbano de ruptura com o passado.⁵⁴

A concretização do eixo rodoviário e pedonal, constituído pelas avenidas 25 de Abril de 1974, Dom Afonso Henriques, Dom Nuno Álvares Pereira e Bento Gonçalves, potenciou a fixação de um conjunto edificado ao longo deste, redefinindo o contacto entre os limites de Almada, unindo Cacilhas ao Centro Sul. A conclusão e amarração dessas vias e a execução do Plano Parcial de Almada, conduziram à expansão urbana da cidade que conhece um novo surto de construção nos anos de 70 e 80.⁵⁵ Na última década do século XX, Almada consolidou-se através do preenchimento ou substituição do edificado, e a arquitectura afirmou-se com a construção de grandes equipamentos.

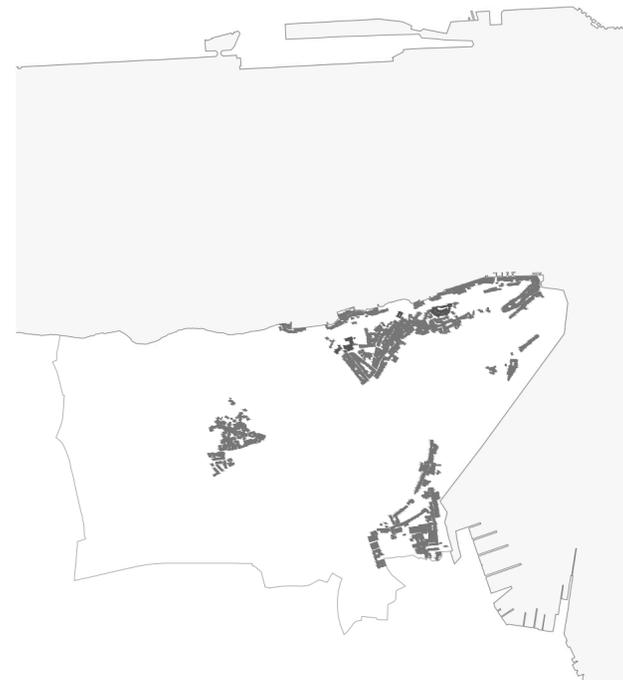
O reconhecimento do núcleo fundador foi-se diluindo com o tempo numa mancha que se espalhou em todas as direcções de tal modo que esbateu a diferenciação entre as diversas áreas que até à década de 50 podiam ser facilmente identificadas. Almada expandiu o seu tecido construído conforme as necessidades que os tempos foram exigindo.

⁵² Atkins, Richard Rogers Partnership, Santa-Rita arquitectos, *Plano de Urbanização de Almada Nascente*, p. 7.

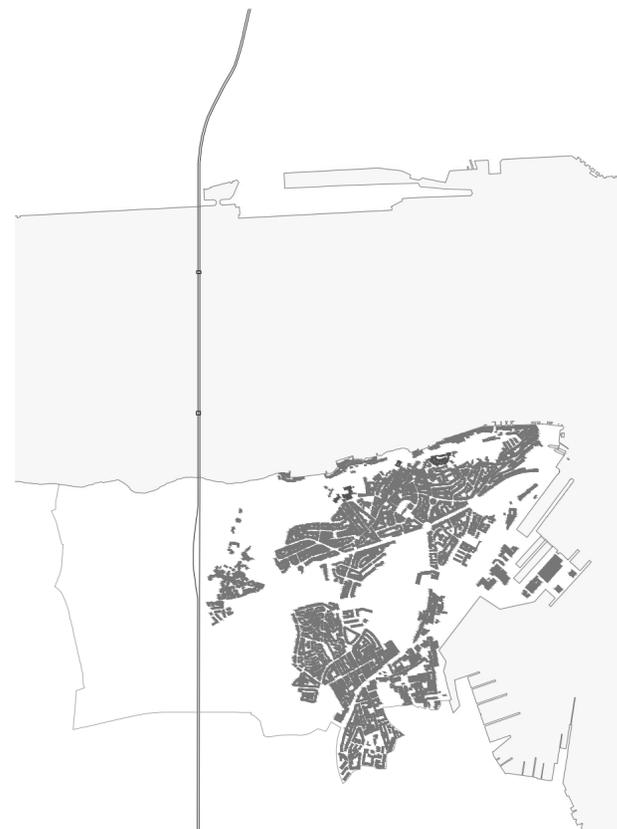
⁵³ *idem*, p. 11.

⁵⁴ Atkins, Richard Rogers Partnership, Santa-Rita arquitectos, *Almada nascente = Eastern Almada*, p. 57.

⁵⁵ *ibidem*.



Almada operária no século XX até à década de 50



Almada Industrializada e Associativista - a partir dos anos 50 até à década de 70



Almada Infra-Estruturada - a partir dos anos 70 até ao final da década de 90
(desenhos elaborados pela autora, com base na cartografia apresentada na bibliografia)

ESTADO ACTUAL

A análise à origem e evolução do núcleo urbano, abordados anteriormente, permitem perceber, não só a importância que esta freguesia teve para o desenvolvimento do concelho, mas também as consequências para Almada nos dias de hoje, facilitando assim uma leitura do estado actual.

A actual freguesia, com sede em Almada, tem 6,15 km² de área, para 49 661 habitantes,⁵⁶ correspondendo a uma densidade populacional de 8 075 hab/km².

A leitura do estado actual pode ser feita com recurso à caracterização, e posterior análise, do espaço urbano. Apesar de não haver um significado preciso e unívoco do conceito de espaço urbano, para a presente análise, considerou-se como uma área integrada na cidade, caracterizada por:

- espaços construídos, onde se considera um centro, a partir do qual a cidade se desenvolve, as áreas residenciais, de serviços e industriais, bem como as vias de comunicação;
- espaços não construídos, que conta com os espaços públicos e as áreas verdes.

A estrutura urbana encontra-se consolidada, com edifícios de diferentes dimensões, tipologias e funções. A circulação e mobilidade são garantidas pela estrutura viária, que para além de várias ligações, é servida por vários meios de transportes colectivos. Os elementos patrimoniais identificados, mostram os resultados da política de investimento e incentivo à recuperação patrimonial, protagonizada pelo município, com o objectivo de preservar a identidade e a história de Almada. Muitas dessas iniciativas contribuem também para a dinâmica do sector terciário, no núcleo urbano de Almada, através da restauração, museologia, animação e infra-estruturas culturais.

Nos espaços não construídos nota-se uma preocupação em criar áreas verdes equipadas, principalmente junto a estruturas de carácter cultural, enquanto que nos espaços públicos nota-se ausência e falta de articulação.

As intervenções de recuperação concentram-se no núcleo histórico, e o investimento é feito nas áreas disponíveis do núcleo urbano - situadas a sul e a oeste, o que resulta num abandono das áreas de fronteira da cidade com o rio. Estas correspondem, maioritariamente, a antigas áreas industriais, e o número de edifícios em muito mau estado de conservação é significativo, o que leva à falta de relação da cidade com o rio, e à desqualificação da imagem urbana de Almada.

A caracterização do núcleo urbano e posterior análise, permitem uma escolha mais fácil e consciente do lugar a intervir – a frente ribeirinha norte de Almada, um lugar abandonado, à espera de intervenção, com uma importância estratégica na área metropolitana.

⁵⁶ INE, Censos 2011, Estimativas Anuais da População Residente [Em linha].



Ortofotomapa do Núcleo Urbano de Almada

ESPAÇOS CONSTRUÍDOS

Estrutura Urbana ⁵⁷

O núcleo urbano de Almada encontra-se consolidado de tal forma que o centro, que se foi diluindo com o tempo, já não é possível de identificar, estando hoje completamente integrado na malha urbana. Desde o início do século que as modificações na estrutura construída são apenas ao nível do preenchimento e substituição do edificado.

Paralelamente assistiu-se ao abandono e consequente envelhecimento das áreas industriais, que com a desindustrialização ficaram vazias. Estas, que muito contribuíram para a evolução e consolidação da cidade, bem como para a fixação da população, hoje encontram-se em absoluto estado de obsolescência e degradação, e são por consequência áreas segregadas.

Esta evolução acabou por resultar num conjunto de assimetrias visíveis entre o tecido urbano, composto por áreas residências e de serviços, e as antigas áreas industriais, que hoje não passam de ruínas.

Estrutura Viária ⁵⁸

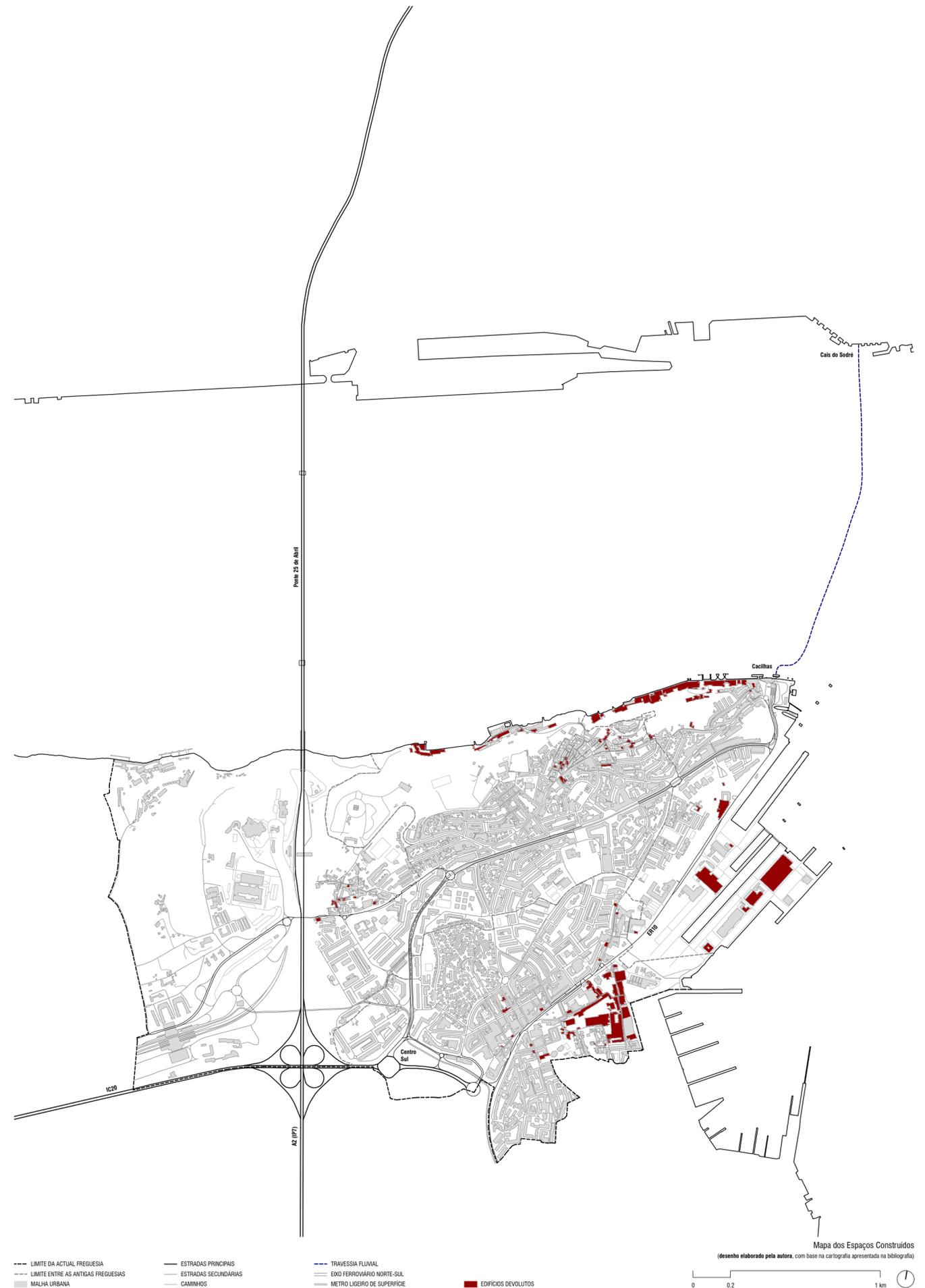
A estrutura de vias e caminhos é complexa e assenta, em parte, num conjunto de percursos que garantiram ao longo da história as ligações, tanto entre os núcleos urbanos, como entre as quintas que estruturavam o território. Estes percursos constituíam uma complexa rede de estradas, caminhos e azinhagas que permaneceram até ao início do século XX, e muitas foram integradas na estrutura actual, de forma a garantir vias de comunicação no interior do núcleo urbano.

Assim, como vias rodoviárias importantes, encontramos a ER10 que liga o núcleo urbano a Corroios, e a sequência de avenidas que ligam Cacilhas até ao Centro Sul atravessando a malha urbana, o que contribuiu para a sua consolidação. Estas são complementadas pelas vias secundárias, que permitem o acesso por todo o núcleo urbano.

As vias ferroviárias são compostas, pela linha de comboio Norte-Sul, que desde 1999 permite fazer a travessia da Ponte 25 de Abril de comboio, e pelas linhas do metropolitano de superfície, que permitem desde o início do século XXI uma maior mobilidade dentro do núcleo urbano e para as freguesias vizinhas. O transporte fluvial, permite a ligação a Lisboa, a partir do cais de Cacilhas.

⁵⁷ Atkins, Richard Rogers Partnership, Santa-Rita arquitectos, *Plano de Urbanização de Almada Nascente*, p. 8.

⁵⁸ *idem*, p. 12.



Equipamentos e Património

Ainda nos espaços construídos, há que destacar os equipamentos colectivos e o património arquitectónico que compõem a estrutura urbana.

Os **equipamentos colectivos** são definidos como “edificações onde se localizam actividades destinadas à prestação de serviços de interesse público e imprescindíveis à qualidade de vida das populações”⁵⁹ Assim, a diversidade de tipologias de equipamentos que se identificam na área analisada, permitem perceber que a evolução da cidade continua num esforço, não só de cobrir as necessidades da população, mas também de uma maior oferta nas funções de cultura e lazer. De seguida são apresentadas as cinco principais tipologias, com destaque para a cultura, que representa um investimento maior por parte do município e dos agentes culturais.

Administrativo. No conjunto de equipamentos administrativos são de assinalar, as Juntas de Freguesia de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, que continuam activas mesmo após a união das mesmas; os dois tribunais de Almada, de importância municipal; e ainda a Câmara Municipal de Almada, que se encontra no núcleo histórico, no Edifício dos Paços do Concelho, edifício classificado como Património.

Ensino. Os equipamentos de natureza educativa vão desde creches e jardins de infância, passando por escolas básicas e secundárias, até ao ensino superior. As escolas básicas e secundárias encontram-se distribuídas uniformemente pela área em estudo, permitindo assim um fácil acesso às várias áreas de residência. Nesta tipologia destacam-se, o Instituto Piaget, um pólo de ensino superior com uma importância no contexto metropolitano, e a USALMA – Universidade Sénior de Almada.

Saúde. A presença de uma unidade hospitalar, de nível supra-municipal, como o Hospital Garcia de Orta, confere ao concelho uma posição privilegiada no domínio da saúde, no contexto regional. De destacar também o Hospital Particular de Almada com cuidados de saúde primários e diferenciados, e o Centro de Saúde Rainha D. Leonor.

Desporto. Os equipamentos desportivos existentes pertencem principalmente a clubes e associações com actividade desportiva. Das estruturas assinaladas merecem referência: a SFUAP – Sociedade Filarmónica União Artística Piedense - uma das mais antigas e importantes associações do concelho, a Liberdade Futebol Clube, a União Romeirense, o Beira-mar Atlético Clube e o Ginásio Clube do Sul que contam com polidesportivos. Quanto aos desportos especializados, destaca-se a presença do Clube Náutico em Cacilhas.

Cultura. Almada, no contexto metropolitano e mesmo nacional, destaca-se como referência no domínio cultural. Possui uma intensa vida cultural, com raízes no associativismo cultural popular e que mais tarde se desenvolveu apoiado em projectos culturais dinamizados por agentes locais e na criação de infra-estruturas culturais.

Destacam-se como principais agentes culturais, para além da Câmara Municipal, a Companhia de Teatro de Almada, o Grupo de Dança de Almada e o Grupo de Teatro Infanto-juvenil Extremo, que organizam o Festival Internacional de Teatro de Almada, o Festival Internacional de Dança de Almada e o Festival de Teatro Infanto-juvenil.

No que diz respeito às principais infra-estruturas, de nível municipal ou supramunicipal, destacam-se: a Casa da Cerca, o Fórum Municipal Romeu Correia, o Museu da Cidade, e o Teatro Azul. O desenvolvimento cultural está também assente na Sociedade Filarmónica União Artística Piedense, onde se destaca o movimento associativo, e na Casa da Juventude de Cacilhas, onde funcionam ateliers de iniciação às artes e actividades de espectáculo.

O **património arquitectónico** é um elemento fundamental para a identidade colectiva do lugar e um factor de valorização territorial que deve ser preservado e legado para as gerações futuras. A sua preservação permite uma leitura do passado, possibilitando assim a transmissão de conhecimentos através das histórias dos edifícios, e a sua valorização tem o potencial de projecção local, regional e nacional, atraindo assim diferentes públicos consoante o carácter e valor associado ao património.⁶⁰ Do conjunto das construções existentes na área analisada salientam-se as de carácter civil e religioso pela importância que tiveram na formação e desenvolvimento dos núcleos e locais mais antigos.⁶¹

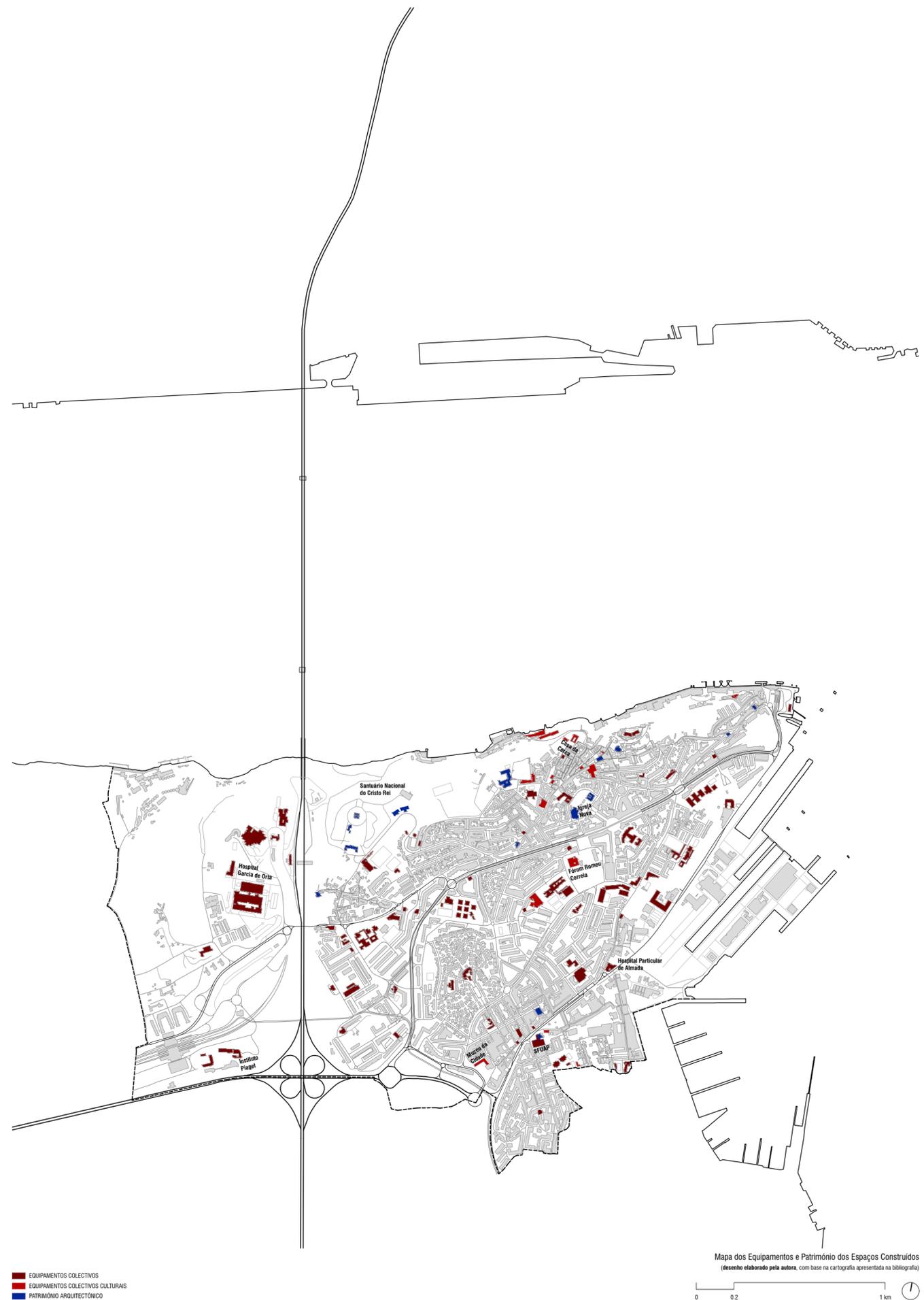
Civil. O conjunto de edifícios patrimoniais de carácter civil é composto por cinco elementos, que se encontram distribuídos pela área de estudo. Estes são: a Câmara Municipal de Almada, situada no edifício d’Os Paços do Concelho; o Mercado da Cova da Piedade; o Posto de Turismo, no antigo edifício do Quartel de Bombeiros de Cacilhas; o Tribunal Judicial de Almada; e o Núcleo de Água, um reservatório e estação elevatória, na antiga freguesia do Pragal.

Religioso. Do conjunto de edifícios religiosos presentes na área em análise, apenas nove são considerados património arquitectónico. Dos quais fazem parte, a Igreja Paroquial do Pragal, a Capela de São Sebastião, a Igreja da Santa Casa da Misericórdia, a Igreja de Nossa Senhora da Piedade, a Igreja de Nossa Senhora do Bom Sucesso, e a Igreja de São Tiago. De destacar são: a Igreja Paroquial de Almada, ou Igreja Nova, onde em 2002 é executado o Centro Paroquial de Almada, projectado pelos arquitectos Nuno Teotónio Pereira e Duarte Nuno Simões; o Santuário Nacional do Cristo Rei, um monumento indissociável da imagem de Almada, que leva à cidade muitos visitantes, quer pelo carácter religioso, quer pela vista panorâmica da envolvente; e o Seminário Maior de São Paulo de Almada, onde se encontra a comunidade de seminaristas.

⁵⁹ DGOTDU, *Normas para a programação e caracterização de equipamentos colectivos*, p. 6.

⁶⁰ DGPC, *Património Arquitectónico* [Em linha].

⁶¹ V. Património da União de freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas. Disponível em SIPA, *Pesquisar Património* [Em linha].



ESPAÇOS NÃO CONSTRUÍDOS

Estrutura Verde ⁶²

A estrutura verde existente no núcleo urbano de Almada, é composta por dois tipos de áreas verdes, as naturalizadas ou livres, que não têm nem um uso, nem uma ocupação específica; e as equipadas, que têm um uso direccionado para o recreio e lazer, ou que servem como espaços de enquadramento e valorização das áreas urbanas.

Das áreas verdes naturalizadas, interessa destacar o espaço de toda a encosta voltada a Norte, que se estende desde Cacilhas, passando pelo Castelo até à zona do Cristo Rei. Este, apresenta-se como um corredor ecológico junto à costa da barra do Tejo, acompanhando toda a falésia. Quanto à vegetação não apresenta nenhum conjunto de espécies significativas. Como áreas verdes equipadas destacam-se as mais importantes. O Jardim do Castelo, no espaço envolvente da fortificação, foi requalificado no âmbito do projecto de recuperação do Núcleo Histórico de Almada Velha, com novo mobiliário urbano o que o tornou um espaço mais atractivo. Neste espaço conseguem-se vistas sobre Lisboa, o Tejo e toda a área envolvente. O Jardim Botânico, no espaço envolvente da Casa da Cerca, que explora a ligação das Artes Plásticas à Natureza, foi inaugurado em 2001, e não só consolidou o cariz cultural da Casa da Cerca, como também se destacou como iniciativa pioneira na relação Arte e Ciência. Por último, o Parque Urbano Comandante Júlio Ferraz, nas imediações da Praça da Liberdade e do Fórum Municipal Romeu Correia, encontra-se no centro do núcleo urbano de Almada. O relvado de grandes dimensões e a sombra das árvores, tornam-no num espaço de lazer, estadia e descontração.

Espaços Públicos

Os espaços públicos, do núcleo urbano de Almada, caracterizam-se como pequenos largos na zona histórica, e amplas praças junto à avenida principal. Estes lugares, livres e para uso colectivo, são essenciais para a dinâmica da população nas cidades, e para a composição do espaço urbano, que necessita tanto de cheios como de vazios.

Na zona histórica é de destacar o Largo da Boca do Vento, com uma vista sobre o Tejo e a outra margem, com acesso à frente ribeirinha através das escadilhas do Ginjal. Nas avenidas que atravessam o núcleo urbano, encontram-se a Praça Gil Vicente e a Praça do Movimento das Forças Armadas, recuperadas e redefinidas à data da construção da linha ferroviária do metropolitano de superfície. A Praça S. João Baptista e a Praça da Liberdade encontram-se juntas, entre a Av. Dom Nuno Álvares Pereira e o Parque Urbano Comandante Júlio Ferraz, próximas do Fórum Romeu Correia. A proximidade das estruturas e a mobilidade possibilitada pela linha de metro, promovem o uso de todos estes espaços, tornando-o um dos mais movimentados da cidade. O Largo Gabriel Pedro configura o vazio urbano entre duas importantes estruturas urbanas, a Igreja Nova e o Tribunal Judicial de Almada, consideradas património religioso e civil, respectivamente. Este espaço beneficia da proximidade a estas estruturas, e por outro lado, os edifícios ganham destaque pelo enquadramento do vazio.

⁶² Atkins, Richard Rogers Partnership, Santa-Rita arquitectos, *Plano de Urbanização de Almada Nascente*, pp. 103-104.



ALMADA, A FRENTE RIBEIRINHA

A frente ribeirinha norte do núcleo urbano de Almada, deve ser entendida, no contexto histórico e territorial, da frente de água da cidade, que compreende os lugares entre Cacilhas e a Trafaria.

Os enquadramentos da cidade – territorial e histórico, mostraram a importância do Tejo ao longo da história de Almada, local onde passaram diversos povos e se estabeleceram diversas actividades económicas que moldaram o território, fazendo hoje parte do património cultural. As quintas agrícolas, as fortificações militares, as indústrias tanoeira, conserveira e naval, e os vestígios arqueológicos de ocupações primitivas, são alguns dos elementos presentes ao longo de toda a frente ribeirinha que remetem para o passado e para as memórias colectivas. A autarquia pretende revitalizar e dinamizar “toda esta importante orla fluvial, permitindo-lhe novos usos”,⁴² através de espaços urbanos qualificados, museológicos, e actividades económicas diversas, promovendo o turismo, e projectando este território para o futuro.

A análise a este lugar, apresentada de forma muito sumária, debruça-se sobre a história, o património e as ideias de futuro delineadas para a frente ribeirinha do concelho.

Cacilhas. O património desta área integra o Pórtico da Lisnave⁴³, a Fragata D. Fernando II e o Submarino Barracuda⁴⁴, o Farol de Cacilhas⁴⁵, a reabilitada Rua Cândido dos Reis, a Igreja de Nossa Senhora do Bom Sucesso e o Chafariz de Cacilhas⁴⁶, e a Quinta do Almaraz⁴⁷.

Esta área do território é abrangida por vários planos e estudos. O antigo Estaleiro da Lisnave e toda a zona nascente, para onde foi desenvolvido o Plano de Urbanização de Almada Nascente – Cidade de Água,⁴⁸ que tem como principais objectivos a reabilitação de toda a zona, promovendo a programação e devolução do rio à população, com a instalação de equipamentos de cultura, recreio e lazer. Para a zona do Largo Alfredo Diniz (Alex) e docas da antiga Parry & Son, foi elaborado o Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana e Funcional de Cacilhas,⁴⁹ que tem como objectivo o de melhorar o espaço público marginal, e dinamizar as áreas museológicas e culturais. E por fim, a Quinta do Almaraz e o Cais do Ginjal são alvo de um Estudo de Enquadramento Estratégico,⁵⁰ que tem como objectivo estruturar, requalificar e revitalizar socioeconómica e urbanisticamente toda a zona.

Almada. O património desta área é significativo e extenso, corroborando com a história do lugar – o núcleo histórico mais antigo da cidade. O Castelo⁵¹, é um dos principais elementos patrimoniais desta área, edificado pelos mouros, foi alvo de muitas destruições e reconstruções, estando hoje sob tutela do Ministério da Administração Interna, é utilizado como Destacamento Territorial. A Casa da Cerca⁵² é um solar típico, que em 1993 a Câmara transformou em Centro de Arte Contemporânea, tendo sido classificado como Imóvel de Interesse Público em 1996. O Jardim do Rio⁵³ e o elevador panorâmico são o resultado de intervenções recentes, que tem como objectivo revitalizar e regenerar a frente ribeirinha. O local de Otho de Boi foi continuamente ocupado, por edifícios de fábricas e empresas, que após a sua desactivação, deram origem à instalação de núcleos museológicos⁵⁴. Na Quinta de S. Paulo⁵⁵ estão

edificados a Igreja e o Seminário de Almada. No local da Arealva⁵⁶, existiu um forte, construído durante o reinado de D. Pedro II, que perdeu as funções militares no fim do século XVIII, tendo sido transformado em residência dos proprietários de armazéns de vinho, foi mais tarde propriedade da Sociedade Vinícola do Sul, última empresa na margem almadense. Inaugurado em 1959, o Santuário Nacional de Cristo Rei⁵⁷, situa-se a 215 metros do nível do mar, e é um dos elementos mais icónicos da cidade.

Para uma parte desta área foi desenvolvido o Estudo de Enquadramento Estratégico do Santuário Nacional do Cristo Rei,⁵⁸ com o objectivo de qualificar o sítio do monumento, valorizar a paisagem e regenerar o corredor ribeirinho, melhorando a sua articulação com a cidade.

Pragal. O património do local integra os locais de Palença de Cima, Palença de Baixo e Arrábida. Na Praia da Arrábida, esteve instalada uma fábrica de óleos e sabões, entre os séculos XVI e XX, da qual restam antigas chaminés industriais e a ponte-cais assente em estacas⁵⁹. A Quinta de S. Lourenço⁶⁰, é um conjunto interessante, não só do ponto de vista arquitectónico, mas também pelo miradouro existente sobre o Tejo, tendo sido classificada Imóvel Interesse Público em 1981.

Para esta área está em elaboração o Estudo Estratégico de Almada Poente – Cidade Aberta,⁶¹ com o objectivo de diversificar e qualificar a habitação, requalificar o espaço urbano e reutilizar a encosta ribeirinha.

Caparica. O Porto Brandão, localizado entre duas vertentes acidentadas, foi o principal porto de escoamento de produtos agrícolas da Caparica, durante muitos anos.

Em relação ao património edificado destacam-se, o Lazareto⁶² que se destinava à quarentena de tripulantes de navios, quando havia suspeitas de doenças, e funcionou até ao início do século XX; e a Torre de São Sebastião, ou Torre Velha⁶³ considerada por diversos historiadores como a mais antiga fortificação portuguesa dedicada à defesa marítima, foi classificada, em 2012 como Monumento Nacional.

Trafaria. Nesta área é possível identificar elementos patrimoniais significativos, como o Forte da Trafaria⁶⁴, antigo presídio militar; a Ermida de Nossa Senhora da Conceição⁶⁵, que se encontra em ruína depois de um incêndio em 1835; o passeio ribeirinho⁶⁶; a Igreja de S. Pedro⁶⁷; e por último, à cota alta, o Forte da Raposeira⁶⁸, que se encontra desactivado.

A Câmara Municipal de Almada, elaborou em 2005, o Estudo de Enquadramento Estratégico da Costa da Trafaria,⁶⁹ com o objectivo de reabilitar o núcleo histórico da Trafaria, reconversão das estruturas militares desactivadas, construção de dois portos, um de recreio e outro de pesca, e reformulação do terminal fluvial.



O património assinalado ao longo da margem, e as datas de construção identificadas, permitem perceber que a relação com o rio é constante, alterando-se ao longo dos tempos, conforme as necessidades. Fortes, quintas de recreio, estruturas industriais, praias e passeios ribeirinhos, marcam as várias fases de apropriação dos terrenos junto ao rio. Os estudos revelam que, ao longo dos anos a autarquia tem trabalhado na análise destes lugares, e na definição de planos com o objectivo de requalificar, revitalizar e valorizar a ligação entre Almada e o Tejo.

⁴² Almada e o Tejo, entre o passado e o futuro, p. 19.

⁴³ V. Plano de Urbanização Almada Nascente - Cidade da Água. Disponível em CMA, Planos em Vigor [Em linha].

⁴⁴ V. Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana e Funcional de Cacilhas. Disponível em CMA, Planos em Vigor [Em linha].

⁴⁵ V. Estudo de Enquadramento Estratégico Quinta do Almaraz/Ginjal. Disponível em CMA, Projectos Estratégicos [Em linha].

⁴⁶ V. Estudo de Enquadramento Estratégico do Santuário Nacional do Cristo Rei. Disponível em CMA, Projectos Estratégicos [Em linha].

⁴⁷ V. Estudo Estratégico de Almada Poente – Cidade Aberta. Disponível em CMA, Projectos Estratégicos [Em linha].

⁴⁸ V. Estudo de Enquadramento Estratégico da Costa da Trafaria. Disponível em CMA, Projectos Estratégicos [Em linha].



02 O LUGAR

FRENTE RIBEIRINHA NORTE DE ALMADA

a pertinência do lugar

A frente ribeirinha norte compreende o espaço à beira rio, na cota baixa, que vai desde Cacilhas à estrada de acesso ao Cristo Rei, no Pragal.

No capítulo anterior *O Território*, entende-se que este lugar representa uma época áurea para a cidade, com a industrialização e conseqüente crescimento demográfico e urbano. Chegou, inclusive, a ser considerado um dos maiores centros industriais do país, representando uma alavanca para a economia do país.⁷⁰

A sua localização, em dependência directa do rio, é favorável quando este, é o principal meio de comunicação, e o único entre as margens. Com a construção da Ponte 25 de Abril, os transportes rodoviários destronaram o transporte fluvial, e este lugar, sem facilidade de acesso rodoviário, fica condicionado, retirando assim qualquer funcionalidade ao conjunto de edifícios, maioritariamente de armazenamento. Este, entre outros factores, resultam num gradual abandono das infra-estruturas, deixando vazios a maior parte dos edifícios.

Apresenta-se, desde a década de 90 do século passado, como um lugar obsoleto, degradado e esquecido. Apesar de ser reconhecido por todos o seu valor histórico, e o enorme potencial, dada a relação com o rio e a vista para Lisboa⁷¹, ainda nada se fez e as propostas continuam por concretizar.

Como lugar escolhido para intervir, interessa aprofundar o conhecimento sobre este espaço que se encontra enclausurado entre os limites naturais da arriba e do rio. Conhecer as origens, a evolução e, posterior declínio, bem como as causas que levaram ao seu abandono, analisar o seu estado actual de obsolescência, e perceber quais as perspectivas para o futuro, são os principais objectivos desta análise. Desta forma será possível entender qual o melhor sítio a intervir, inserido neste importante espaço de contacto entre a cidade e o rio.

⁷⁰ Alexandre Flores, *Almada: das origens à elevação a cidade*, p. 10.: "Os armazéns... proporcionaram um novo rumo evolutivo do concelho e uma nova dinâmica ao processo e desenvolvimento de Almada. Na segunda metade do século XIX e no início do XX, o concelho de Almada era um dos mais importantes centros industriais do país."

⁷¹ Fernando Nunes Silva, *Cais do Ginjal: uma renovação urbana com futuro*, p. 132.: "Restou, no entanto, um património valioso e perene: a beleza do sítio e das suas vistas panorâmicas sobre Lisboa, cidade cenário que se disfruta em toda a sua extensão a partir do Cais."



12 Vista panorâmica sobre a frente ribeirinha norte de Almada

DAS ORIGENS AO AUGÉ

O início da industrialização marca uma nova fase para este território à beira rio. Se até então, a agricultura e a pesca eram as principais actividades do concelho, rurais e artesanais, com o declínio da actividade agrícola associada aos preços acessíveis dos terrenos fronteiros à linha de costa, torna-se imediata a fixação de uma estrutura industrial, a par da revolução industrial, alterando profundamente as actividades laborais.

Durante o século XVI existia já neste lugar alguma actividade, ligada ao vinho, à conservação de alimentos e à armazenagem de sal.⁷² A proximidade a Lisboa, a facilidade de acesso fluvial e as características naturais do local – frio, porque está virado a norte no sopé da arriba, e a abundância de água – foram os factores que incentivaram à escolha deste lugar para a construção de armazéns. No entanto, a actividade acaba por se fixar na viticultura nos séculos XVIII e XIX.

O terramoto de 1755 provocou grandes estragos nas duas margens, com a destruição de muitos elementos edificados, levando a uma prolongada reconstrução. As sucessivas obras de remodelação da margem norte, levam a que vários estaleiros abandonem Lisboa, e estes acabam por se fixar na margem Sul do rio. Nos finais do século XVIII começa a verificar-se na zona da Arealva e do Ginjal a fixação de armazéns e pequenos estaleiros.

Entretanto até ao início do século XIX, assiste-se a uma forte implantação de indústrias transformadoras. O início da industrialização em Almada - dinamizada pela agricultura da região, onde a vinha tem um papel de destaque - considera-se certo, quer pelo aumento do número de armazéns que se constroem, quer pelo aumento da sua volumetria, ao ponto de se tornarem visíveis desde Lisboa. Os dados disponíveis registam em 1813 a existência de importantes armazéns no Caramujo, no Olho de Boi e na Arealva, e mais tarde, em 1838, entre Cacilhas e o Ginjal, estão registados 14 armazéns.⁷³

Em 1860 os terrenos ribeirinhos entram na posse da Câmara Municipal de Almada, através de uma carta na qual a coroa a autoriza a aforar⁷⁴ os terrenos. Assim, os foreiros que quisessem erguer edifícios ficavam obrigados a construir a respectiva parcela de cais, resolvendo desta forma, o problema de acesso a Cacilhas, reivindicado pelos ocupantes mais antigos.⁷⁵

A maioria das instalações que foram construídas, tiveram ao longo do tempo, vários usos, houve tanoarias, fábricas de conserva, de cortiça e uma de desestanho, bem como uma latoaria e armazéns.

No caso dos armazéns, destacam-se os de vinhos, vinagres e azeites da família Teotónio Pereira, que ali se instalou em 1845, tendo sido o primeiro foreiro, teve habitação, quintal com horta e jardim, para além de três armazéns. Na década de 1940 os principais clientes da produção vinícola, eram internacionais, tendo a expansão comercial atingido o seu auge durante a Guerra Colonial, dada a falta de concorrência. Em 1960 o comércio do vinho começa a entrar em decadência, dado o aumento da concorrência externa, e o desenvolvimento dos transportes terrestres. Mais tarde as cooperativas apresentam preços muito competitivos, o que leva ao encerramento do armazém em 1974.⁷⁶

Localizavam-se ainda nesta frente de água os armazéns de vinho de Bento José Pereira que funcionaram entre 1797 e 1930; de Carvalho, Ribeiro e Ferreira que começou a funcionar em 1895 não se sabendo quando foi encerrado; e ainda a Sociedade Vinícola do Sul, com sede em Lisboa, que alarga o seu espaço adquirindo a Quinta da Arealva em 1916, encerrando a actividade no local nos anos 60.

As tanoarias⁷⁷ instalaram-se neste lugar dadas as características fluviais que potenciavam o processo de exportação e a proximidade com os clientes - os armazéns de vinho que por sua vez, beneficiavam também, por não necessitarem de acumular vasilhames em grande número.

Existe registo de duas tanoarias, edificadas em 1860 – data em que se começa a construir o cais – a de Gomes & Oliveira e a de Francisco da Cerca que encerram em 1950 e em 1955, respectivamente. Em 1930, numa segunda fase de construção, há referência à de Salvador Raposo, que se destaca pelas dimensões, e por resistir até mais tarde, tendo fechado em 1972.

As tanoarias, dependentes do comércio vitivinícola, sentiam as baixas da exportação do vinho, o que resultou em crises como a de 1921.⁷⁸ Essas crises levaram a que em 1933, com o apoio de Luís Theotónio Pereira, os operários criem a Cooperativa de Produção dos Operários Tanoeiros de Almada, que se extingue em 1952, quando a actividade sofre forte concorrência do Norte.⁷⁹

Na latoaria de Eduardo de Oliveira faziam-se latas em folha-de-flandres para o azeite. Assim como a tanoaria, esta oficina servia os armazéns, e por isso, também dependia da situação em que estes se encontravam. Se vendessem mais, as oficinas produziam mais, e caso a exportação decrescesse, a produção de vasilhame ressentia-se. A lata, assim como aconteceu com as vasilhas em madeira, foi sendo gradualmente substituída pelo vidro.⁸⁰

As fábricas de conserva instalaram-se neste lugar atraídas pelo acesso fluvial, que facilitava tanto na importação da matéria-prima como no processo de exportação do produto transformado. Representam uma actividade económica de relevo, sobre as quais ainda há memórias em Almada.

Em 1939 registam-se duas unidades conserveiras, a Estiva Gonzalez & Nascimento que era mais o local de estiva⁸¹ onde se preparava o peixe, e não se sabe quando foi desactivada; e a Fábrica La Paloma, encerrou em 1955, e durante o tempo de em que laborou, empregava maioritariamente mulheres sazonalmente ou a tempo inteiro, tendo existido por isso, um edifício com a finalidade de alojamento das operárias.

Anteriores a estas são, a A. Leão e C.⁸², que se instalou em 1906, foi transformada em 1921 na Fábrica de Conserva de Alimentos Moreira até 1936, dando lugar, nesse mesmo ano, à Fábrica de Desestanho Virgílio Martins Correia; e a Companhia Portuguesa de Pesca, foi constituída em 1920 por iniciativa de quatro armadores, escolhendo o antigo edifício da Fábrica de Fiação de Tecidos Lisbonenses, acabando por encerrar em 1984, sem justificação aparente.



13 Vista para poente, antes da construção da ponte



14 Vista para nascente, o Cais do Ginjal e a fábrica La Paloma



15 Armazéns Família Teotónio Pereira

O declínio da indústria conserveira acontece após a II Guerra Mundial, com o abastecimento irregular da sardinha e a concorrência de mão-de-obra nos mercados nacionais e internacionais, factores que levaram ao fim desta actividade.⁸²

A Fábrica de Desestanho de Virgílio Martins Correia, instalou-se no local da antiga Fábrica Moreira, aproveitando os edifícios existentes, e beneficiando da proximidade com o rio, que mais uma vez, como é o caso das outras oficinas, facilitava o processo de importação da matéria-prima, neste caso os fardos de chapa, e após o processo de desestanho,⁸³ a exportação do produto transformado por via fluvial. Funcionou entre 1936 e 1965.

O caminho de ferro Sul e Sudeste, permitiu que, no final do século XIX, se instalassem importantes unidades corticeiras no distrito de Setúbal. Em Almada, no ano de 1930, estavam localizadas junto ao rio, 13 fábricas de cortiça, entre o Alfeite e o Ginjal.⁸⁴

Na área de estudo tem-se referência pelo menos de uma, a fábrica Symington & C.⁸⁵ que funcionou entre 1872 e 1910. Esta ainda permanece na memória de alguns almadenses, e é referida num dos romances de Romeu Correia, perpetuando assim o conhecimento da sua história. A fábrica era composta por vários edifícios de dois pisos, que acompanhavam a subida da encosta, e desta forma tinham fachada tanto para o cais, como para a rua, situada à cota alta, onde se encontrava a entrada. Também para esta fábrica não sabe os motivos que levaram ao seu encerramento.

Hugo Parry & Son, empresa fundada em Lisboa em 1855, abre em 1860 - data que corresponde à primeira fase de construção do cais – um estaleiro. Este conjunto edificado paralelo ao rio, localiza-se no lugar de uma antiga praia inclinada, o Cubal. Outros edifícios vão sendo construídos acabando por circundar um pátio de grandes dimensões onde são construídos os navios. Este pátio é delimitado pela arribá fóssil, que no lugar dos estaleiros foi cortada e posteriormente cimentada, existindo hoje um paredão que se observa da outra margem. Em 1938 mudam as instalações para Cacilhas onde permaneceram até 1986, data em que declararam falência dada a crise mundial na indústria naval.

Nos espaços anteriormente ocupados pela fábrica Symington e pelos estaleiros navais de Hugo Parry, é instalada em 1939 a Cooperativa dos Armadores de Pesca do Bacalhau e, mais tarde, em 1942 empresas associadas, acompanhando o aumento da frota bacalhoeira nacional. A nova utilização transformou o cais, aproveitando e ampliando as oficinas preexistentes. Muitas pessoas trabalharam na cooperativa, distribuídas pelas várias empresas. O Grémio (como era vulgarmente chamada a Cooperativa) servia para abastecimento de navios e assistência a pescadores, as empresas associadas eram a Sociedade de Reparações de Navios; a Copenave, empresa de estaleiros navais; e a Empresa Industrial do Frio que conservava produtos e fornecia gelo. Encerram a actividade a 1986 com salários em atraso, extinguindo-se formalmente, por falência, em 1992.⁸⁵

Durante a II Guerra Mundial os negócios de toda a frente ribeirinha foram favorecidos. O comércio do vinho perdeu parte da concorrência, da Itália e França, podendo alargar aos mercados africano e

americano. As conservas, principalmente de peixe, abasteciam o exército alemão, e o estanho, extraído dos desperdícios de lata, era exportado para prover a necessidade de metal dos países envolvidos.

A década de 1940 foi também um período alto para a restauração, uma das actividades que mais fama deu a este lugar. Os únicos objectos não industriais de toda a frente ribeirinha e que acompanharam a actividade fabril. Ao domingo, o único dia de folga, o cais transfigurava-se invadido por casais de namorados, famílias, pescadores e também turistas vindos de Lisboa que chegavam de barco, vinham para passear, contemplar a paisagem e petiscar.⁸⁶

⁷² Jorge Custódio, *Almada Mineira, Manufactureira e Industrial*, p. 129.

⁷³ *idem*, p. 130.

⁷⁴ aforar: ceder o usufruto de uma propriedade, a longo prazo ou perpétua, mediante o pagamento de determinada renda.

⁷⁵ Elisabete Gonçalves, *Memórias do Ginjal*, p.12.: "...os moradores atravessavam a praia para chegar a Cacilhas. O caminho ficava muitas vezes intransponível, o que suscitou, em 1856, a apresentação de queixas junto da Câmara Municipal."

⁷⁶ *idem*, p. 26.

⁷⁷ tanoaria: arte ancestral que consiste no fabrico de vasilhames de madeira.

⁷⁸ Elisabete Gonçalves, *op. cit.*, p. 30.

⁷⁹ *ibidem*.

⁸⁰ *idem*, p. 32.

⁸¹ estiva: carga e descarga de mercadorias dos navios.

⁸² Elisabete Gonçalves, *op. cit.*, pp. 34-35.

⁸³ desestanho: processo de extração do estanho por depuração de outros minérios.

⁸⁴ Jorge Custódio, *op. cit.*, p. 139.

⁸⁵ Elisabete Gonçalves, *op. cit.*, p. 39.

⁸⁶ *idem*, p. 55.

⁸⁷ *idem*, p. 13.: "É muito famosa no Ginjal (...), onde corria água doce que as mulheres empoçavam para lavar".

Nota: as datas de laboração de cada empresa, foram obtidas através da consulta dos registos do Centro de Documentação do Centro de Arqueologia de Almada.



16 Mulheres e lençóis brancos na Praia das Lavadeiras ⁸⁷



17 Azáfama nos armazéns do Teotónio Pereira



DA DECADÊNCIA AO ESTADO ACTUAL

Podemos considerar que este lugar teve uma fase de vida económica intensa com cerca de um século. Durante esse período passaram por este cais e estas indústrias, produtos das mais variadas origens e com diversos destinos. Da madeira italiana para o fabrico de barris, ao vinho português com destino a todos os continentes, e ainda navios e barcos de muitos mares. Revela, desta forma, ter sido um espaço económico de enorme importância, resultando de uma conjectura de crescimento regional, baseado no trabalho braçal dos homens, mulheres e crianças, correspondendo a uma época áurea onde o rio e os transportes fluviais constituíam o principal factor de viabilidade económica.

Nos anos 60 e 70 do século XX ocorrem alterações significativas nas formas de produção, na distribuição e na estrutura de consumo, a nível nacional e internacional, e este lugar não foi capaz de se adaptar às novas exigências económicas e sociais.

A partir dos anos 60 começou a verificar-se a decadência das actividades, e para isso contribuíram vários factores: os armazéns de vinho enfrentaram a concorrência das adegas cooperativas; as tanoarias foram confrontadas com a substituição do vasilhame de madeira pelo de vidro; a pesca do bacalhau como empresa nacional foi desmantelada; e por fim, aquele que se aponta como o principal factor, a construção da Ponte 25 de Abril em 1966.

Os transportes rodoviários substituíram o transporte fluvial, entre as duas margens do rio, e este lugar, em dependência directa do rio, mas estrangido pelo acesso rodoviário, perdeu qualquer funcionalidade, tornando-se obsoleto o conjunto de infra-estruturas. O acelerado declínio e o gradual abandono, deixaram os edifícios em ruína.

A restauração foi a única actividade que perdurou desde os tempos áureos, continuando a ser um motivo de visita, bem como a possibilidade de passear pelo cais, porque apesar da situação urbanística actual, este lugar possui uma riqueza espacial única, com grandes potencialidades.

Esses motivos levaram a que houvesse tentativas de reaproveitar alguns edifícios: para actividades de carácter lúdico, como é o caso da instalação do Clube Náutico de Almada nos armazéns de Teotónio Pereira, entre 1975 e 1990, e no mesmo edifício, a apropriação por parte da associação teatral "OLHO" entre 1991 e 1998; ou para a instalação de programas culturais, como por exemplo, o aproveitamento de antigos armazéns da Companhia Portuguesa de Pesca, por parte da câmara, que aí desenvolveu o Museu Naval e o Museu de Arqueologia e História de Almada, nos anos 1991 e 1992, respectivamente.

Em 2000 foi inaugurado o elevador panorâmico e o jardim do rio com o objectivo de proporcionar maior afluência de visitantes ao passeio ribeirinho.

Percebe-se que existe a pretensão de aumentar e diversificar as componentes deste local vocacionado essencialmente para o lazer e a cultura. Sendo que, neste processo de transformação devem ser respeitados os edifícios e a estrutura existentes.

O que hoje entendemos por frente ribeirinha norte abrange os lugares de Cacilhas, Cais do Ginjal, Boca do Vento, Olho de Boi e Arealva. E apesar destes lugares fazerem parte de um todo, com uma história conjunta e complementar – sobre a qual já recaiámos - interessa agora analisar o estado actual e as hipóteses de intervenção no futuro, de cada um dos sítios. Dessa forma, será possível perceber, por exclusão de partes, qual o local a intervir.



18 As estruturas abandonadas, a cada dia mais degradadas



19 Vista para oeste, a arriba, a frente de água e a ponte 25 de Abril



PONTAL DE CACILHAS

A importância de Cacilhas já foi referida, sendo o melhor porto natural da região de Almada e considerando a sua proximidade a Lisboa, desde tempos remotos que é local de movimento de embarcações de pesca e de transportes, na zona do pontal.

Ao longo do tempo assiste-se a uma transformação do lugar, conforme as necessidades. Foi lugar destinado a peregrinos e viajantes, bem como a leprosos, como se depreende da referência à Albergaria dos Palmeiros e à Gafaria de S. Lázaro, no século XII. Mais tarde, aparecem os grandes armazéns de vinhos e azeites. Mas é a partir de meados do século XIX, que ocorrem as grandes transformações, com a instalação da construção naval “moderna”.⁸⁸

O limite de hoje, corresponde aos sucessivos avanços para leste do cais construído em 1838, ocupando o espaço que foi das praias e o plano de água da primitiva baía. Desaparecido o comércio armazenista e diminuída a importância da indústria, Cacilhas ganhou um novo carácter urbano e tornou-se um importante terminal de transportes urbanos.⁸⁹

Esta zona encontra-se consolidada e é um espaço de referência na Área Metropolitana de Lisboa, não só como uma importante interface da cidade, mas também como espaço de lazer das pessoas de Almada e Lisboa.

Como interface oferece: ligação fluvial ao Cais do Sodré; mobilidade a todo o concelho através de transporte rodoviário colectivo – autocarros – e, individual – praça de táxis; e através do metro de superfície, com um troço inaugurado em 2008, a ligação a todas as paragens existentes ao longo das três linhas. A confluência de todos os meios de transporte enunciados, permite mais acessibilidades e maior mobilidade, melhorando assim a qualidade de vida da população residente e a experiência de quem visita esta “outra” margem.

Enquanto espaço de lazer, se antigamente estava directamente ligado à utilização lúdica do Cais do Ginjal, que, entretanto, se esbateu, conseguiu-se ao longo do tempo reunir, a par da qualidade espacial, um conjunto de elementos capazes de promover a utilização do espaço do Largo Alfredo Diniz, caso disso são: o Farol de Cacilhas, que foi recolocado em 2009; a Fragata D. Fernando II e Glória que se encontra na doca nº 2 da ex Parry & Son, desde 2008; e o submarino Barracuda que se juntou em 2013, com o intuito de a longo prazo construir o núcleo museológico⁹⁰ da Marinha Portuguesa; o Clube Náutico de Almada,⁹¹ que foi fundado em 1975, começou a sua actividade no Ginjal, passou posteriormente para o Olho de Boi, e encontra-se desde 2012 nas novas instalações; e por fim a Rua Cândido dos Reis, que após se ter tornado pedonal em 2012, ganhou nova vida, sendo hoje um lugar que recebe entre eventos e exposições, tem também espaços de restauração e actividades culturais e de lazer.

⁸⁸ Raul Pereira de Sousa, *Almada. Toponímia e história das freguesias urbanas*, p. 96.

⁸⁹ Raul Pereira de Sousa, *op. cit.*, p. 100.

⁹⁰ JN, *Submarino Barracuda fez última viagem até Cacilhas* [Em linha].

⁹¹ CNA, *Quem somos* [Em linha].



20 Vista para o interface, chegada do Cacilheiro



CAIS DO GINJAL

O Ginjal, nome que é conhecido desde o século XVIII,⁹² designa todo o espaço à beira-rio que vai desde o cais de desembarque de Cacilhas até às escadilhas da Boca do Vento.

Este lugar foi de trabalho, com armazéns e unidades fabris, mas também de lazer, com restaurantes e tabernas muito conhecidas pelos lisboetas e turistas. Começou a ganhar animação e cresceu, podendo considerar-se uma fase económica intensa com cerca de um século. Seguiu-se o declínio, com a decadência das actividades e a acelerada desindustrialização, que resultou num espaço obsoleto, abandonado e desconectado do rio e da cidade.

Esta zona apresenta edifícios bastante degradados, que foram esquecidos, destruídos pelas intempéries e vandalizados pelo homem. Restam apenas dois edifícios conservados, e que dinamizam a circulação diurna e nocturna, os restaurantes "Ponto Final" e "Atira-te ao Rio", junto às escadilhas que dão acesso a Almada, e rente a estes, a Praia das Lavadeiras, recuperada em 1998, dado o seu cariz histórico.

Em 1992, o estado em que se encontrava este troço de passeio ribeirinho, já era uma preocupação, sendo que, é nesse ano que o consórcio de proprietários elabora um Programa Preliminar para a reabilitação urbana do espaço. As obras nunca arrancaram e o Ginjal foi ficando cada vez mais degradado.

Em 2008 a Câmara Municipal de Almada aprovou o Estudo de Enquadramento Estratégico do Almaraz/Ginjal,⁹³ desenvolvido por uma equipa multidisciplinar e englobando na área de intervenção três zonas de referência do concelho – a envolvente do Castelo, o Cais do Ginjal e a Quinta do Almaraz. Na sequência da aprovação do Estudo de Enquadramento Estratégico, e decorrente das suas orientações, no ano seguinte a Câmara deliberou a elaboração do Plano de Pormenor do Cais do Ginjal.⁹⁴

Em 2018, o plano foi apresentado pelo seu autor, o arquitecto Samuel Torres de Carvalho, na inauguração da exposição realizada no Fórum Municipal Romeu Correia.

O Cais do Ginjal apesar de se apresentar como um espaço devoluto, e por vezes perigoso, dado o risco de derrocada da arriba, bem como do desabamento de fachadas dos edifícios, a maior parte sem coberturas, representa um lugar marcado pela memória e pela sua potencialidade.



21 Estado actual do Cais do Ginjal, edifícios da família Teotónio Pereira



- | | |
|---------------------------------|--|
| A RESTAURANTE "PONTO FINAL" | D IGREJA DE SANTIAGO |
| B RESTAURANTE "ATIRA-TE AO RIO" | E CASTELO DE ALMADA |
| C PRAIA DAS LAVADEIRAS | F QUINTA DO ALMARAZ - SÍTIO ARQUEOLÓGICO |

Planta do Cais do Ginjal
(desenho elaborado pela autora, com base na cartografia apresentada na bibliografia)

0 40 200 m

⁹² Raul Pereira de Sousa, *Almada. Toponímia e história das freguesias urbanas*, p. 129.

⁹³ EUROPAN PORTUGAL, *Quem somos* [Em linha].

⁹⁴ V. Estudo de Enquadramento Estratégico Quinta do Almaraz/Ginjal. Disponível em CMA, *Projectos Estratégicos* [Em linha].

BOCA DO VENTO

A Boca do Vento trata-se de um vale com um acentuado declive, aberto sobre o litoral – as características do lugar assemelham-no a todos os outros sítios onde se encontra a denominação boca⁹⁵. Localiza-se entre o Ginjal e o Olho-de-Boi, e caracteriza-se pelo arranjo ribeirinho que deu origem a um jardim e a um elevador.

De toda a frente ribeirinha, em estudo, esta é a única zona que se encontra recuperada. Em 2000, foi inaugurado o Jardim do Rio, entre a falésia e o rio, apresentando-se como um espaço verde, e o Elevador Panorâmico, que permite o acesso entre cotas e oferece uma vista sobre toda a envolvente – estes são dois marcos que contribuem para a consolidação da reabilitação urbana e dinamização da frente ribeirinha, atestando assim a importância da requalificação de toda esta frente de água.

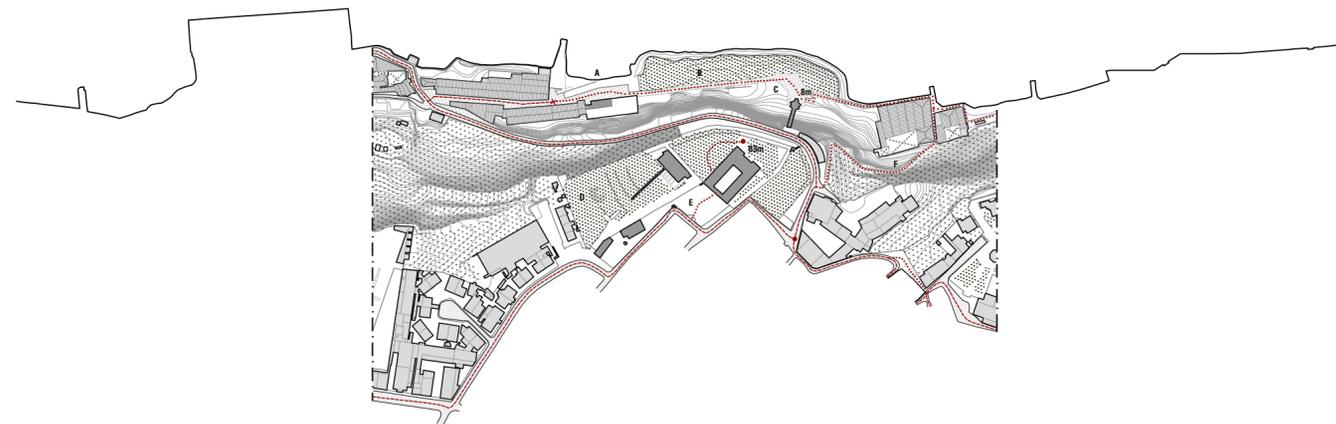
Ainda neste troço é de salientar a presença de um elemento importante, não só para a história do lugar, mas do próprio concelho, a Fonte da Pipa – designação relacionada com a nascente existente no local e o modo de transporte. O chafariz monumental foi construído em 1736, no reinado de D. João V, e as quatro bicas forneciam água de qualidade aos moradores da vila de Almada, e durante os séculos XVIII e XIX, representaram um importante ponto de abastecimento para os barcos que atravessavam o rio.⁹⁶ Em 1998, o chafariz é recuperado, ao abrigo do projecto de recuperação do Núcleo Histórico de Almada Velha, tornando-o num dos pontos de interesse desta área.

A estrada de acesso a Almada Velha, e o elevador, criam uma relação entre este lugar e a cidade. Neste troço, à cota da cidade, é de salientar o miradouro da Boca do Vento, no largo com o mesmo nome; e junto a este, os muros da Casa da Cerca, um edifício que se insere nas tradicionais quintas de recreio, tendo sido alvo de diversas intervenções, encontra-se desde 1993 como Centro de Arte Contemporânea, recebendo inúmeros artistas e exposições, e nos jardins circundantes à quinta o projecto do Jardim Botânico – Chão das Artes, inaugurado em 2001, consolidando assim o cariz cultural de Almada.

Neste sítio, tanto à cota da cidade como junto ao rio, encontramos espaços apreciados por todos os que ali passam. A qualidade espacial e as vistas para o Tejo e Lisboa, fazem deste vale, um lugar único. No jardim, as sombras dadas pela vegetação frondosa e o mobiliário urbano, permitem o usufruto do espaço, uma relação próxima com o rio, e uma vista para a outra margem e para o pôr-do-sol que se coloca sobre a foz do rio.



22 Vista para o Jardim do Rio



- A FONTE DA PIPA
- B JARDIM DO RIO
- C ELEVADOR PANORÂMICO
- D JARDIM BOTÂNICO - CHÃO DAS ARTES
- E CASA DA CERCA - CENTRO DE ARTE CONTEMPORÂNEA
- F ESCADINHAS DO GINJAL

Planta da Boca do Vento
(desenho elaborado pela autora, com base na cartografia apresentada na bibliografia)

0 40 200 m

⁹⁵ Raul Pereira de Sousa, *Almada. Toponímia e história das freguesias urbanas*, p. 80.

⁹⁶ *idem*, p. 124.

OLHO DE BOI

A designação *olho* era correntemente utilizada para designar “exurgências naturais” – e no local existia uma mina de água de caudal abundante.⁹⁷ Este sítio, composto pelos terrenos da extinta Companhia Portuguesa de Pesca, encontra-se compreendido entre a Fonte da Pipa e a Quinta da Arealva.

Em 1920, a Companhia Portuguesa de Pesca instala-se no Olho de Boi, na antiga Fábrica de Algodão da Companhia de Fiação e Tecidos Lisbonenses, surgindo no contexto da expansão da indústria conserveira e piscatória.⁹⁸ Novos edifícios são construídos para instalação de oficinas e armazéns sobre o rio, mediante aterro e construção de uma plataforma apoiada sobre pilares.⁹⁹ Tendo em vista a auto-suficiência é construído um bairro social para os operários que trabalhavam em contínuo, transformando-se assim num complexo industrial. Após o 25 de Abril, a empresa entrou em declínio acabando por se extinguir em 1984. Passados três anos, o Estado adquire toda a área, o património e as dívidas,¹⁰⁰ estando actualmente a tutela entregue em parte à Agência Portuguesa do Ambiente, e uma outra à Câmara Municipal de Almada, que ali instalou o Museu Naval em 1991 e o Núcleo de Arqueologia e História, no ano seguinte.

O lugar encontra-se dividido em duas partes: uma primeira, enquadrada entre a Fonte da Pipa e a estrada de acesso a Almada Velha, onde os edifícios foram alvo de obras de reabilitação para albergar o Museu Naval e o Núcleo de Arqueologia; uma segunda, tem início na mesma estrada, e paralelamente ao rio, segue no sentido oeste, até à Quinta da Arealva, onde se encontram numa plataforma superior junto à arriba, edifícios fabris e o Bairro Social, e numa plataforma inferior junto ao rio, as antigas oficinas e armazéns.

A área pertencente à Câmara, encontra-se num bom estado de conservação, albergando programas de carácter cultural, o que promove o uso da frente ribeirinha. No caso da zona afectada à Agência Portuguesa do Ambiente, o estado de conservação do edificado não é uniforme. Alguns edifícios do Bairro Social encontram-se num estado de conservação razoável, graças aos moradores que vão cuidando das suas habitações, algumas das oficinas da antiga Companhia Portuguesa de Pesca estão ocupadas por pequenas empresas e pescadores locais, o que têm contribuído para a manutenção de alguns espaços, mas os restantes encontram-se devolutos e sem qualquer manutenção.

Em 2015 foi fundada a CIOB – Associação do Complexo Industrial do Olho de Boi, uma entidade sem fins lucrativos que visa defender, preservar e promover o espaço,¹⁰¹ o que comprova a importância deste lugar, na história de Almada, bem como a necessidade da sua reabilitação, quer para a leitura de toda a frente ribeirinha, quer para o usufruto do espaço pelas pessoas.

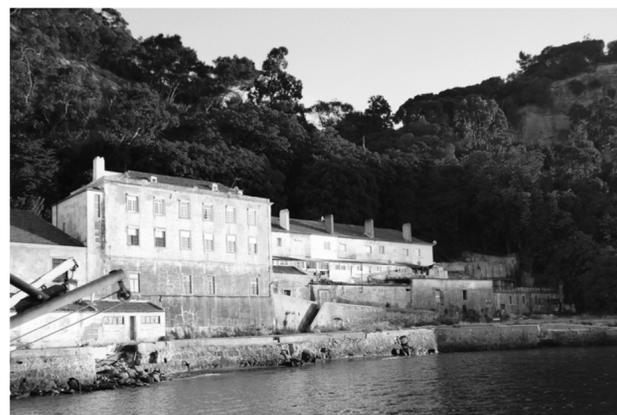
⁹⁷ Raul Pereira de Sousa, *Almada. Toponímia e história das freguesias urbanas*, p. 150.

⁹⁸ CIOB, *Início* [Em linha].

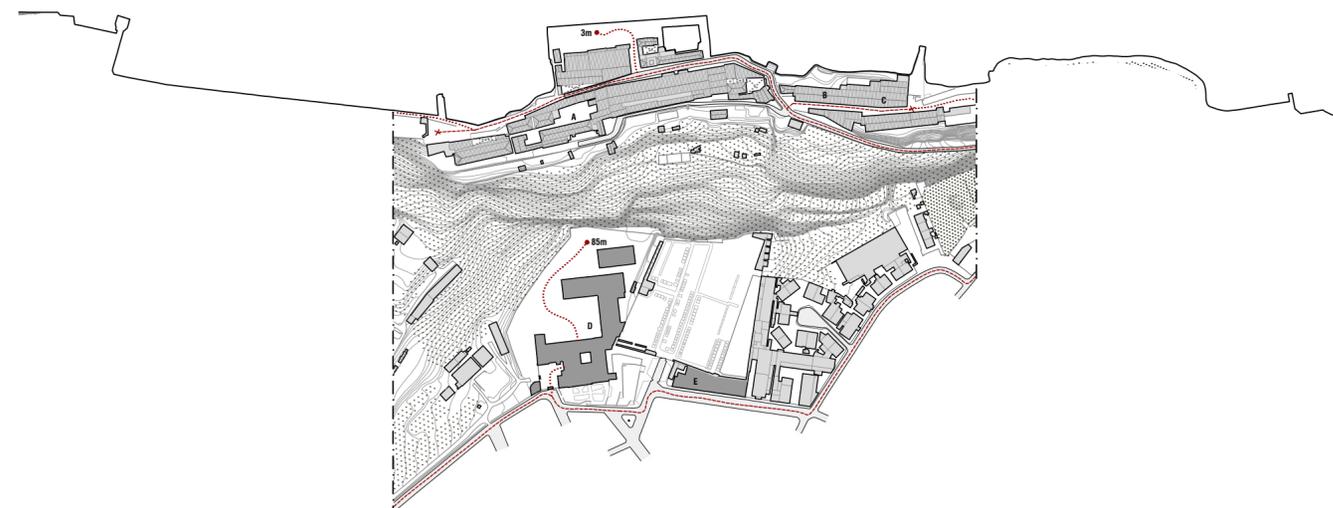
⁹⁹ *A indústria naval em Almada* [Exposição].

¹⁰⁰ Decreto-Lei nº 342/87 de 28 de Outubro.

¹⁰¹ CIOB, *op. cit.* [Em linha].



23 Bairro do Olho de Boi



A BAIRRO DO OLHO DE BOI
B NÚCLEO DE ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA
C MUSEU NAVAL

D CONVENTO DE SÃO PAULO
E QUARTEIRÃO DAS ARTES

Planta do Olho de Boi
(desenho elaborado pela autora, com base na cartografia apresentada na bibliografia)

0 40 200 m

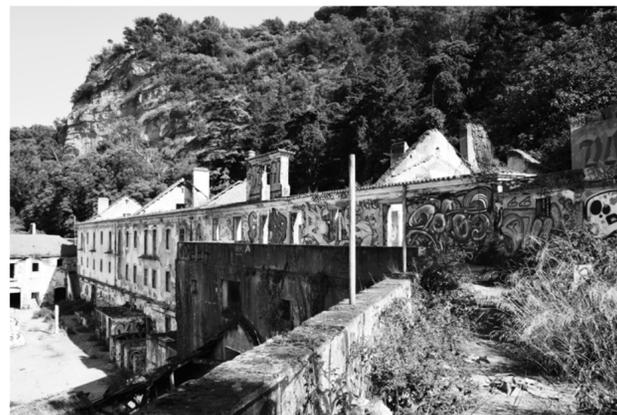
AREALVA

A Arealva encontra-se a oeste do Olho de Boi, no sopé da arriba, junto ao Tejo. E o nome que simboliza *areia alva*, remete para uma praia de areia branca que existiu naquele lugar, da qual nos dias de hoje resta apenas uma pequena franja visível na maré vazia, tendo todo o resto sido ocupado por aterros.¹⁰²

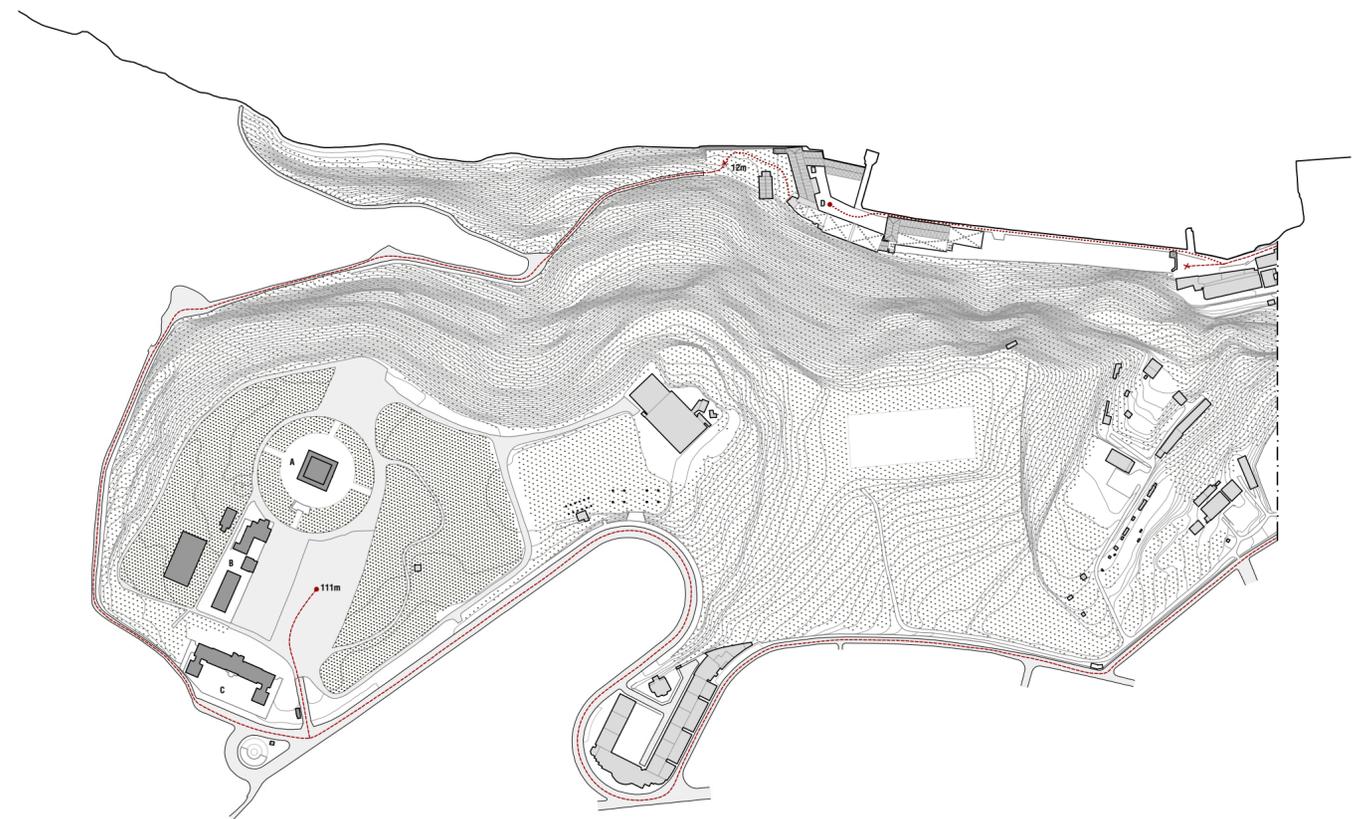
Neste lugar existiu um forte, mandado construir no reinado de D. Pedro II, que foi abandonado no último quartel do século XVIII, posteriormente existiram armazéns de vinho de particulares, e no início do século XX a Quinta da Arealva foi adquirida pela família Serra, proprietária da Sociedade Vinícola Sul de Portugal. Esta empresa que laborou na margem almadense durante quase todo o século, foi a que mais tempo aguentou, tendo sido a última a fechar em toda a frente ribeirinha. Em 1998, a Quinta foi vendida por não existirem descendentes que dessem continuidade ao negócio, pertencendo nos dias de hoje a um particular.¹⁰³

Desde a viragem do século, que este espaço se encontra ao abandono, fortemente exposto às condições meteorológicas adversas e conseqüente erosão, foi também alvo de vandalismo, e um incêndio agravou ainda mais o seu estado de degradação. Todos estes acontecimentos, a falta de cuidado e de acções de salvaguarda do lugar, levaram ao seu estado actual, e se em tempos foi um espaço vivido e de incontestável beleza, hoje restam as ruínas e as memórias.

Este espaço encontra-se enclausurado entre o rio, a norte, e a arriba, a sul, estando à cota alta o monumento ao Cristo Rei. Toda esta área é abrangida pelo Estudo de Enquadramento Estratégico do Santuário Nacional do Cristo Rei,¹⁰⁴ onde o principal objectivo é identificar a vocação ou vocações desta zona, de forma a estabelecer princípios de intervenção, dos quais se destacam: a qualificação do sítio do Cristo Rei e do espaço público, a valorização das arribas e a refuncionalização do corredor ribeirinho.



24 Quinta da Arealva



- A MONUMENTO AO CRISTO REI
- B PAVILHÃO MULTÍTIPOS DO ROSÁRIO
- C SANTUÁRIO NACIONAL DO CRISTO REI
- D QUINTA DA AREALVA

Planta da Arealva
(desenho elaborado pela autora, com base na cartografia apresentada na bibliografia)

¹⁰² Raul Pereira de Sousa, *Almada. Toponímia e história das freguesias urbanas*, p. 78.

¹⁰³ João Soeiro, *Arealva: memórias dispersas no tempo*, p. 44.

¹⁰⁴ V. Estudo de Enquadramento Estratégico do Santuário Nacional do Cristo Rei. Disponível em CMA, *Projectos Estratégicos* [Em linha].

QUINTA DA AREALVA

a pertinência do sítio

As ruínas e as memórias que restam hoje da Arealva resultam da sobreposição de diferentes estruturas que se foram construindo ao longo do tempo, conforme as necessidades, e adaptando-se às construções preexistentes. A implantação de diferentes tipologias – militar, de recreio e industrial, realça a atractividade e o valor intrínseco deste sítio, dada a sua localização privilegiada. O que resta dessas estruturas, apesar de se encontrar em ruínas, confere valor ao sítio, de carácter simbólico, patrimonial e de memória existente.

No subcapítulo anterior, *Frente Ribeirinha Norte de Almada*, entende-se que este é um lugar com história, definido pelo passeio ribeirinho obsoleto e pelos edifícios devolutos que o acompanham, deve ser entendido como um espaço contínuo, composto por diferentes sítios. A contextualização histórica permitiu o entendimento do lugar – através do estudo da génese das estruturas, das várias fases de desenvolvimento e das causas que levaram ao actual estado de obsolescência. A caracterização do estado actual facilitou a leitura dos sítios – através da análise ao estado de conservação da estrutura construída, à tipologia dos edifícios, e a identificação dos planos e projectos idealizados para o futuro. Essa análise permitiu entender o lugar e mesmo que, de forma sumária, entender as potencialidades e as problemáticas de cada sítio.

Na Arealva, a estrutura abandonada e em ruínas, encontra-se numa localização privilegiada, encaixada na topografia do sopé da arriba. O estado de degradação e obsolescência, inibe a permanência e a passagem, o que impossibilita o usufruto deste espaço e a continuidade do passeio ribeirinho. Abrangido pelo Estudo de Enquadramento Estratégico do Santuário Nacional do Cristo Rei, dada a sua proximidade, é apontado como espaço que importa referenciar e documentar com vista à sua preservação e reutilização, reforçando assim a importância de intervenção neste sítio. Estes factores, entre outros, conduziram à escolha da Quinta da Arealva, pela pertinência e pela motivação de trabalhar nas problemáticas apresentadas, através de uma proposta de intervenção na estrutura preexistente.

Interessa por isso, aprofundar e consolidar o conhecimento sobre o sítio. Contextualizar historicamente, analisar a evolução morfológica, entender as várias estruturas e respectivas fases, desde forte, a empresa armazenista de vinho, passando pela época de quinta de recreio, perceber as alterações na estrutura construída e conhecer os avanços sobre o rio, são alguns dos objectivos. Assim como, caracterizar o estado actual quanto ao estado de conservação e acessibilidades, e reconhecer as potencialidades e as problemáticas, permitindo assim um melhor entendimento de como intervir, potenciando os pontos forte, minimizando os pontos fracos, sem desrespeitar o sítio e a memória colectiva do lugar.



25 A Quinta da Arealva entre a arriba e o rio

Esta é uma página de desambiguação.
Se procura por outros artigos, pode utilizar o campo de busca no topo da página.

Esta é uma página de desambiguação.
Se procura por outros artigos, pode utilizar o campo de busca no topo da página.

Esta é uma página de desambiguação.
Se procura por outros artigos, pode utilizar o campo de busca no topo da página.

Esta é uma página de desambiguação.
Se procura por outros artigos, pode utilizar o campo de busca no topo da página.

Esta é uma página de desambiguação.
Se procura por outros artigos, pode utilizar o campo de busca no topo da página.

Esta é uma página de desambiguação.
Se procura por outros artigos, pode utilizar o campo de busca no topo da página.

Esta é uma página de desambiguação.
Se procura por outros artigos, pode utilizar o campo de busca no topo da página.

Esta é uma página de desambiguação.
Se procura por outros artigos, pode utilizar o campo de busca no topo da página.

Esta é uma página de desambiguação.
Se procura por outros artigos, pode utilizar o campo de busca no topo da página.

Esta é uma página de desambiguação.
Se procura por outros artigos, pode utilizar o campo de busca no topo da página.

A evolução da Arealva decorre ao longo de mais de três séculos. Dos diferentes usos e programas resultaram diferentes estruturas edificadas. Esta leitura debruça-se sobre as principais épocas e estruturas que marcaram o sítio da Arealva, o forte da época militar, a quinta que coincide com a exploração agrícola da margem sul, e a empresa de vinho que marca os tempos de indústria. Entender a evolução do sítio, permite respeitar e preservar a memória da Arealva, bem como interpretar o estado actual.

Forte da Arealva

No século XVII, durante o reinado de D. Pedro II, foi reforçada a defesa do estuário do Tejo, com a construção dos fortes da Foz, da Trafária, da Fonte da Pipa e a reedificação do forte de Santa Luzia, posicionados ao longo da margem sul do Tejo.¹⁰⁵

Em 1763, João Baptista de Castro, no *Mappa de Portugal Antigo e Moderno*, descreveu as *Praças, e Fortes marítimos, que estão fundados no rio Tejo para a banda do Sul* ¹⁰⁶, onde faz referência ao Forte de *Arialva* e ao *Forte da Fonte da pipa*, o que sugere a existência simultânea de dois fortes próximos entre si.

Ao longo do tempo, colocaram-se algumas dúvidas sobre a existência e localização exacta desses fortes, nomeadamente sobre se seriam um único com designações diferentes em épocas diferentes, ou se existiam efectivamente edifícios diferentes.

Pereira de Sousa, em Fortalezas de Almada e seu termo, apresenta os factos que julga confirmar a existência de apenas um forte situado na Arealva, uma construção do século XVII a que se tem chamado de Forte da Arealva, mas designado em documentos oficiais por Forte da Fonte da Pipa.¹⁰⁷

No último quartel do século XVIII, o forte acabou por ser abandonado, altura em que se começaram a construir progressivamente vários edifícios, ao longo da praia. De tal forma que toda a praia desapareceu, acabando as casas e os armazéns por encostar à muralha do forte, encobrindo o desembarcadouro e a porta virada ao mar.¹⁰⁸ O pouco que restou da construção militar é bastante visível, e encontra-se em bom estado de conservação, alguns panos de muralha e o parapeito, tudo o resto desapareceu.

Quinta da Arealva

Alguns desses edifícios, de boa traça pombalina, serviam, provavelmente, de residência aos proprietários dos armazéns de vinhos que ali se encontravam estabelecidos.¹⁰⁹ Em 1813 já existia um número significativo de armazéns, por toda a zona da frente ribeirinha, onde se incluía a Quinta da Arealva, propriedade dos Paliarte, talvez de origem inglesa.¹¹⁰

Sabe-se que em 1861, Domingos Afonso era o seu proprietário, e que no início do século XX tentou criar uma cooperativa agrícola na Quinta, mas como não teve grande êxito, acabou por criar os seus próprios armazéns de vinho com a aquisição de tonéis de madeira.¹¹¹

Sociedade Vinicola do Sul

Em 1913, a família Serra propõe o arrendamento da Quinta a Domingos Afonso, para alargar o seu espaço de exploração e armazenamento de vinhos, na margem sul do Tejo. Esta família era proprietária da Sociedade Vinicola do Sul de Portugal desde o final do século XIX, com sede social na Praça do Município, em Lisboa, teve os seus primeiros armazéns no Cais do Ginjal.¹¹² Passados três anos, em 1916, os Serras acabam por adquirir a Quinta a título definitivo, e construir as adegas em nome de uma nova empresa associada - Arealva Lda – fundada nesse ano.

João Serra que tinha estado muitos anos no Brasil, e resolveu aproveitar o seu conhecimento sobre o outro lado do Atlântico para começar a exportar vinho. Foi de tal forma próspero, que na primeira metade do século XX, esse foi o destino de metade do vinho produzido pela Sociedade Vinicola.¹¹³

A conjectura política da altura, obrigou a que a empresa procurasse outros mercados, pois o Brasil decidiu impor cotas na importação a Portugal, o que não foi aceite pelos governantes, impossibilitando assim a exportação do vinho. As colónias de África, que se encontravam em notório crescimento, foram escolhidas, substituindo assim o mercado que se perdera na América do Sul.¹¹⁴ E assim, o mercado externo continuou a ser o principal destino dos vinhos da Quinta, de tal forma que, no final dos anos 50 o mercado interno tinha uma cota de 3%.¹¹⁵

Entre as duas margens, o transporte de vinho era feito com uma tripulação fixa, e numa fragata¹¹⁶ exclusiva, a "Arealva", que pertencia à Casa Serra desde que a Sociedade se instalou na margem sul, em 1913.¹¹⁷ Nos anos 40 do século passado, os Serras pensaram criar um pontão próprio de forma a facilitar o embarque e desembarque do vinho. Depois de as obras serem autorizadas e com o pagamento de uma licença ao Porto de Lisboa, foi possível conquistar alguns metros ao rio.¹¹⁸

A Quinta nunca teve produção própria, e inicialmente compravam-se vinhos da Estremadura e Ribatejo, que eram trabalhados e mantidos de forma a preservar as características especiais. Mais tarde, já nos anos 70, com as alterações de mercado e incentivo aos vinhos em garrafa e de marca, começaram a ser produzidos e tratados na Arealva, vinhos de várias regiões, sobretudo do Douro, Dão e Minho. Depois de estabilizado e envelhecido o vinho era exportado para vários mercados: Canadiano, Inglês, Alemão, Holandês, Dinamarquês e Belga.¹¹⁹

No momento auge, a empresa chegou a ter setenta funcionários e uma tanoaria privada, composta por um mestre e onze oficiais. Grande parte do trabalho era sazonal, por exemplo, as mulheres que lavavam e enchiam as garrafas e garrafões, só eram chamadas quando havia trabalho e ganhavam à jorna.¹²⁰

Em 1985 era a única empresa da sua especialidade a laborar na margem almadense,¹²¹ e em 1998 a Quinta acaba por ser vendida por não haver descendentes que dessem continuidade ao negócio. A família Serra laborou durante quase todo o século XX, com excelentes vinhos, chegando a merecer a exclusividade do patriarcado.¹²²

Ruína

Em 2000 a Quinta da Arealva foi desmantelada, e desde aí, deixada ao abandono. Hoje, pouco resta, observando-se uma completa degradação dos edifícios provocada pelo fogo e pelo vandalismo. Nota-se, ainda assim, a presença de alguns elementos patrimoniais e arquitectónicos, que interessam referenciar e documentar, com o objectivo de preservar e reutilizar em qualquer projecto futuro.


^[1] Raul Pereira de Sousa, Fortalezas de Almada e seu Termo, p. 56.

^[2] João Baptista de Castro, Mappa de Portugal Antigo e Moderno, p. 377.

^[3] Raul Pereira de Sousa, op. cit., p. 80.

^[4] idem, p. 81.

^[5] João Soeiro, Arealva: memórias dispersas no tempo, p. 7.

^[6] Raul Pereira de Sousa, Almada: Toponímia e história das freguesias urbanas, p. 78.

^[7] João Soeiro, op. cit., p. 9.

^[8] ibidem.

^[9] ibidem.

^[10] ibidem.

^[11] idem, p. 13.

^[12] fragata: embarcação mais emblemática do rio Tejo: embarcação à vela de um só mastro, aparelhando uma vela latina quadrangular e uma triangular de estai.

^[13] João Soeiro, op. cit., p. 15.

^[14] idem, p. 16.

^[15] idem, p. 21.

^[16] à jorna: por salário diário.

^[17] Raul Pereira de Sousa, Almada. Toponímia e história das freguesias urbanas, p. 79.

^[18] João Soeiro, op. cit., p. 44.


26 Quinta da Arealva no início da década de 1990

EVOLUÇÃO MORFOLÓGICA

A evolução morfológica da Arealva configura-se de diferentes formas ao longo do tempo, conforme as transformações que existiram nas construções e na linha de costa. Essas alterações foram acontecendo para que os edifícios se adaptassem a novas tipologias e novos usos, ou de forma a ganhar espaço ao rio.

Da implantação do forte, pouco se sabe, pois, a documentação é escassa, e da estrutura construída nessa época pouco resta, tendo sido destruídas algumas partes ou integradas em estruturas que se edificaram posteriormente. Do que resta, alguns panos de muralha e o parapeito, em bom estado de conservação, é possível perceber que houve uma adaptação nada intrusiva da estrutura construída à topografia, respeitando a morfologia do território, e aproveitando a sua posição, ao mesmo tempo que sobranceira ao rio, protegida pela arriba. Condições essas favoráveis à implantação do forte no sítio da Arealva. Após 1755, aquando do terramoto de Lisboa, o forte ficou danificado, e apesar de ter sido sujeito a obras de recuperação em 1771,¹²³ acabou por ser abandonado no último quartel do século XVIII.

Nessa mesma época edificaram-se vários edifícios, alguns de boa traça pombalina, ao longo da praia. Entre os quais, a quinta da Arealva, uma mansão senhorial que pertencia aos Paliarte¹²⁴ em 1813, e a Domingos Afonso em 1861. O cais e as construções avançaram sobre parte da praia que ali existia, notando-se uma intervenção mais intrusiva, face à estrutura anterior. A quinta, adquiriu uma posição privilegiada, à imagem de outras quintas de recreio, edificando-se num lugar agradável da periferia da cidade, com "condições climatéricas agradáveis, disponibilidade de água, bons solos e vistas panorâmicas".¹²⁵ Da quinta de recreio, reconhece-se facilmente a sua estrutura, que encostada ao pano de muralha nascente do forte, ficou encaixada na topografia, à cota do rio.

Posteriormente, em 1913, a quinta é arrendada à família Serra que, proprietária da Sociedade Vinícola do Sul, vê na Arealva um espaço para alargar o espaço de exploração e armazenamento de vinhos. Nessa altura, a quinta passa de um pequeno armazém de vinho de um particular, para uma das empresas que mais laborou na margem almadense.

Passados três anos os Serras adquirem a quinta a título definitivo e constroem as adegas em nome da nova associada, Arealva Lda.¹²⁶ Com o sucesso da empresa, torna-se necessário aumentar as instalações, o que acontece nos anos quarenta, quando os Serras constroem um pontão,¹²⁷ que para além de facilitar o embarque e o desembarque do vinho, também permite ganhar espaço ao rio, onde se constroem mais edifícios. Nas construções e alterações desta fase, nota-se uma intervenção mais intrusiva, na relação do construído com a topografia - o cais avançou sobre o que restou da praia, da qual só se descobre uma pequena franja na maré baixa; e na relação das novas construções com a estrutura inicial - os novos edifícios ocuparam o espaço vazio entre as preexistências da quinta, perdendo esta o seu carácter, com vãos entaipados, sem vista panorâmica e pouca relação com o rio. Esta intervenção permitiu ganhar espaço ao rio e rentabilizar todo o espaço disponível, potenciando a eficiência da empresa.

Em 1998 a quinta foi vendida a um particular, por não existirem descendentes da família Serra que dessem continuidade ao negócio.¹²⁸ Passado dois anos foi desmantelada, e desde aí, devido ao abandono e ao vandalismo, que se encontra em constante degradação. Nesta fase, a estrutura sofreu o processo inverso, e em vez de construções, existiram destruições. Estas alteram por completo a percepção da estrutura construída e do lugar, encontrando-se o sítio, completamente descaracterizado.

¹²³ Raul Pereira de Sousa, *Fortalezas de Almada e seu termo*, p. 78.

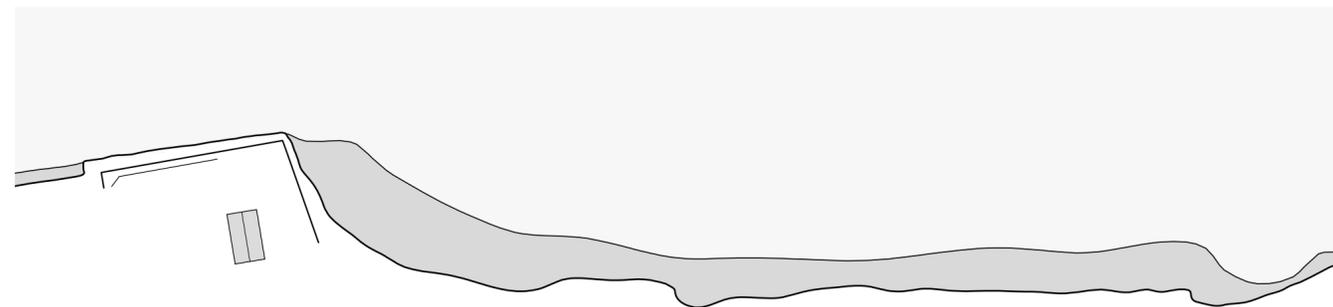
¹²⁴ Raul Pereira de Sousa, *Almada. Toponímia e história das freguesias urbanas*, p. 78.

¹²⁵ Amílcar Gil Pires, *A Villa Renascentista: Arquitectura, Jardins e Paisagem*, p. 33.

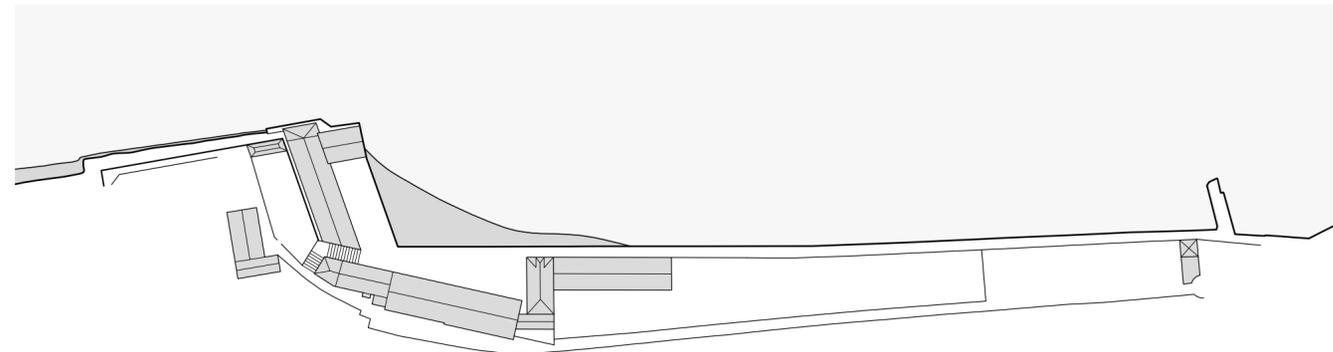
¹²⁶ Vinhos Online, *J. Serra & Sons. Lda* [Em linha].

¹²⁷ João Soeiro, *Arealva: memórias dispersas no tempo*, p. 16.

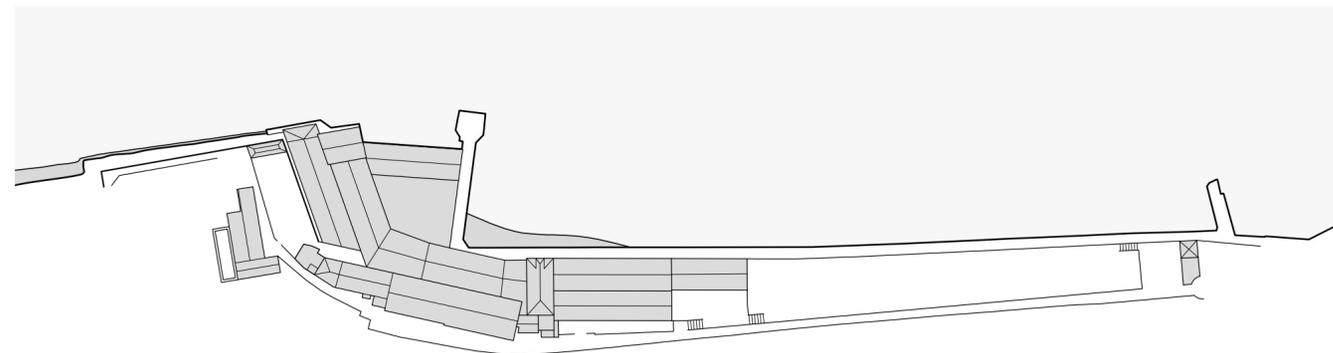
¹²⁸ *idem*, p. 44.



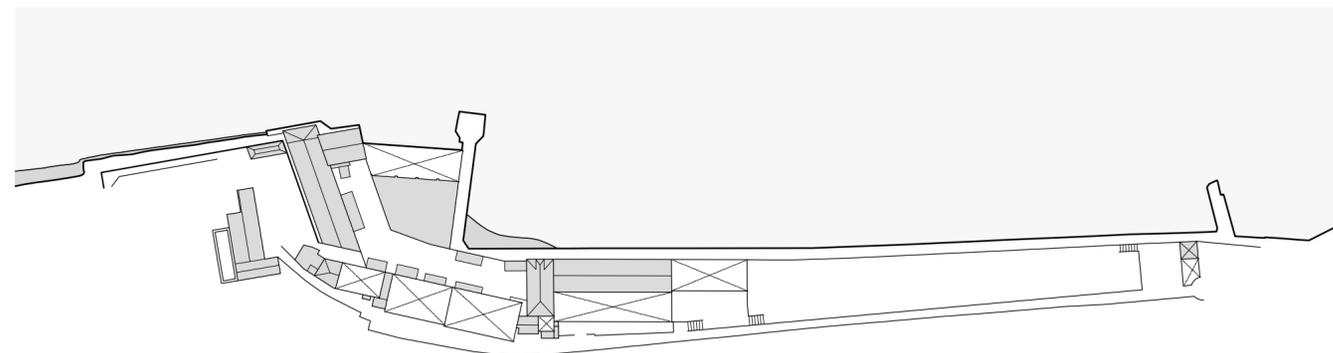
o Forte da Arealva



a Quinta da Arealva



a Sociedade Vinícola do Sul



o estado actual - a Ruína

Esquema da Evolução Morfológica da Arealva
(desenho elaborado pela autora, com base na cartografia apresentada na bibliografia)



DESCRIÇÃO

A evolução do conjunto edificado sugere um desenvolvimento faseado em diferentes momentos ao longo de mais de três séculos o que, conseqüentemente, acompanhou diferentes épocas construtivas e distintos programas. Definem-se como três as etapas construtivas presentes no sítio da Arealva. Na primeira ter-se-á erigido o forte, na segunda fase, surgiu a quinta de recreio que sofreu alterações e acrescentos que levaram à terceira fase, uma empresa de vinhos. Através da observação *in situ* dos indicadores – materialidade, volumetria e implantação - que se distinguem facilmente, apesar do estado de degradação, interessa descrever essas estruturas de forma a entender os edifícios, os acessos e os percursos, bem como a envolvente.

A estrutura que restou do forte, entende-se facilmente pela sua implantação. A muralha e o parapeito, bem conservados, dos quais se observam cerca de 30 metros voltados a nascente, 70 metros paralelos ao rio, e 5 metros do lado poente, formam um socalco com 10 metros de altura, que seria a esplanada da artilharia.¹²⁹ Este espaço encontra-se relativamente próximo do rio, ao qual se tinha acesso por meio de uma rampa, numa posição privilegiada e suficientemente protegida, servindo assim o propósito da sua construção, a defesa da barra do Tejo.

A estrutura que corresponde à quinta da Arealva apresenta edifícios e muros ao longo da frente ribeirinha, implantados no socalco do forte e em parte da antiga praia de areia alva, que deu nome ao sítio. Apesar do seu estado de degradação, é possível identificá-los através da implantação e materialidade. A poente e sobre a esplanada, na cota alta, dois edifícios pontuam a chegada à quinta do lado oeste. À cota do rio, os edifícios encontram-se encaixados na topografia, aguçados ao pano de muralha nascente e à arriba, resolvendo assim a diferença de cotas, entre o cais e a esplanada do forte. Para nascente, dois muros longitudinais encerram o jardim da Arealva, até ao pequeno volume quadrangular que pontua a entrada do lado este. Os edifícios desta época, estão dispostos linearmente, encontrando-se enclausurados entre a arriba e o rio. As suas volumetrias variam entre um e três pisos, e a materialidade é maioritariamente em pedra na estrutura vertical, tijolo maciço de barro como elemento estrutural no suporte de ombreiras de janelas e portas, asnas e ripado de madeira que suportam as tradicionais telhas de cerâmica para as coberturas dos pisos superiores.

A quinta era definida e caracterizada segundo as linhas gerais das quintas de recreio, numa posição privilegiada, com disponibilidade de água, bons solos, e vista panorâmica sobre a envolvente, neste caso o estuário do Tejo. Nesta fase, o uso do edifício tinha um carácter recreativo, como mansão senhorial era um lugar de descanso com uma boa relação com o rio e a paisagem envolvente, tendo sido mais tarde, habitação dos proprietários dos armazéns de vinho.

O desenho do cais existente, os edifícios centrais sobre o cais, e os intersticiais por entre edifícios da quinta, bem como os acrescentos e os edifícios preexistentes, compõe a estrutura ocupada pela empresa Arealva Lda. O cais aumentou de forma a ganhar espaço ao rio, assim como se construíram mais edifícios para rentabilizar ao máximo a capacidade da empresa. Os edifícios acrescentados, apesar de semelhantes na volumetria, têm uma lógica de tipologia espacial e construtiva bastante

diferente dos edifícios da quinta. Ocupando toda a área disponível, estes edifícios tornaram a estrutura mais densa e fechada, perdendo-se a linearidade composta pelos edifícios da quinta. A materialidade é, em betão armado nos elementos estruturais como pilares e vigas, alvenaria de tijolo furado nos panos de parede, e telhas de cerâmica para as coberturas de duas águas.

Nesta fase, o sítio da Arealva ganha um carácter mais funcional, com a transformação da quinta de recreio em empresa armazenista de vinho, entendendo-se as alterações à estrutura como forma de rentabilizar o espaço. Neste caso, deve realçar-se que as alterações menosprezam a estrutura da quinta. Os edifícios que se acrescentaram não foram desenhados de forma a respeitar as dimensões e proporções dos edifícios preexistentes, o que resultou em vãos entaipados, passagens suprimidas, e perda da identidade da estrutura e das principais características da quinta.

Os acessos ao corredor ribeirinho e ao conjunto edificado são difíceis. Do lado nascente, uma estrada ingreme que desce da zona de Almada Velha, e o percurso pedonal ribeirinho que vem de Cacilhas, cruzam-se junto ao antigo complexo da Companhia Portuguesa de Pesca, e por um percurso degradado chega-se à entrada este do conjunto. Do lado poente o conjunto apenas é alcançado através de um percurso sinuoso por entre a arriba que faz a transição da cidade em direcção à margem do Tejo. Apesar dos acessos por terra serem muito limitados à condução automóvel, é possível chegar aos extremos do conjunto edificado. Dentro da quinta, os percursos são apenas pedonais.



27 Edifício da época de Quinta, encaixado na topografia à cota do cais

¹²⁹ Raul Pereira de Sousa, *Fortalezas de Almada e seu termo*, p. 80.

ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO

A escassez de documentação sobre o sítio e os edifícios, o estado de degradação da estrutura edificada e a ausência de elementos caracterizadores do espaço retirados à data do desmantelamento, dificultam a definição e caracterização dos espaços interiores. É possível, ainda assim, através da observação *in situ* do pouco que resta, e com recurso a fotografias antigas tiradas antes do desmantelamento e do processo de degradação, retirar ilações sobre algumas tipologias espaciais do último uso, como empresa armazenista de vinho a Arealva Lda.

Começando a poente, na cota alta, sobre a antiga esplanada do forte, dois edifícios de apenas um piso e um antigo espaço de jardim, marcam a chegada para quem desce a estrada de acesso, desde o Cristo Rei.

O edifício que se adapta à topografia, foi sofrendo alterações. Entende-se no espaço principal, uma represa de água, com dois tanques em pedra, onde provavelmente se lavavam os tonéis. E um outro edifício, implantado no canto da estrutura do forte, como espaço de miradouro. Os vãos virados a norte são abertos sobre o rio Tejo, enquanto que os do alçado sul, voltados para o jardim, tem portadas de madeira. Estes edifícios e os muros, delimitavam um jardim, espaço agradável com vegetação densa, arbustos e árvores, das quais resta o cipreste.

À cota do cais são vários os edifícios. Continuando a interpretação de poente para nascente, encontramos junto ao pano de muralha, um edifício longitudinal, de duas águas, com apenas um piso, que contém cinco silos, o que ajuda a determinar a última utilização do espaço, como lugar de armazenamento. No topo deste, um outro volume de dois pisos, faz o remate e estabelece a relação com o rio, através de vãos voltados a norte. Neste espaço, não existem elementos caracterizadores, que ajudem a definir a sua provável utilização. Também junto ao rio, e ao lado destes edifícios, o volume de dois pisos, divide-se verticalmente. De um lado, dois corredores transversais, um a cada cota, que permitem o atravessamento do edifício, e a relação entre o interior e o exterior; do outro, uma sala de duplo pé direito, que tem uma estrutura também de armazenamento.

O edifício maior de três pisos, encosta-se à arriba, servindo de muro de contenção e ao mesmo tempo, resolve a diferença de cotas entre a esplanada e o cais. Este edifício divide-se em três através de dois lances de escadas transversais, que permitem o acesso ao piso intermédio, assim como à cota alta nas traseiras do edifício. No piso inferior, o espaço é definido por pilares, arcos e abóbadas, o que sugere que este espaço tenha sido a adega, o lugar onde é armazenado o vinho. Neste caso, através das fotografias antigas, identificam-se tonéis, corroborando assim com a hipótese apresentada. Nos pisos superiores, o estado de degradação é demasiado avançado, o que não permite especulações.

Encaixados nestes edifícios, que correspondem à estrutura inicial da quinta, estão outros edifícios acrescentados já na fase de empresa. Um deles, encontra-se completamente destruído, restando apenas as marcas nas paredes dos edifícios da quinta, de uma cobertura que terá existido, e alguns depósitos, espalhados pelo espaço que se encontra agora a céu aberto. Entre o edifício que existiu,

e o edifício longitudinal mais próximo ao rio, encontra-se uma estrutura de betão, de cobertura plana assente em pilares e vigas. Através das fotografias antigas, onde se identifica a estrutura construída, é possível ter uma ideia do que terá sido o espaço. A maquinaria e as cubas de inox, sugerem o espaço de um laboratório. Acredita-se que seria neste lugar que aconteciam os processos de fermentação, maturação, e posteriores análises, com recurso a material específico da área da vitivinicultura. No edifício mais a norte, que se encontra paralelo ao rio, com características formais de armazém – espaço amplo, cobertura de duas águas, pé direito alto, e vãos no limite superior do pano de parede – o espaço identifica-se facilmente nas fotografias antigas, onde se observam inúmeras paletes com garrafas em caixas, por encher, ou já prontas para exportar.

Imediatamente a seguir a estes edifícios, encontram-se outros no sentido este. Um longitudinal, na mesma direcção que o edifício maior, com apenas um piso, encontra-se completamente alterado por outras estruturas que foram acrescentadas à *posteriori*, não sendo possível entender qual o uso, dada a falta de referências. O edifício transversal ao rio, apresenta uma volumetria de dois pisos e um estado de conservação razoável dada a realidade das restantes estruturas. No piso superior, ainda se encontram paredes divisórias, o que permite perceber a organização espacial, os pavimentos são em madeira, existindo ainda num dos espaços loiça sanitária, e noutro, algo que se assemelha a uma cozinha, com bancadas e chaminé. Estes espaços parecem ser antigas áreas administrativas, quer pela estrutura espacial, quer pela materialidade. No piso inferior, o edifício relaciona-se com os dois edifícios que lhe são transversais. Um encontra-se junto ao rio, e à cota do cais, com a volumetria de um piso, e cobertura de duas águas, tendo servido de local de armazenamento. O outro edifício, foi construído já na época de empresa, e encontra-se imediatamente ao lado. Apresenta a volumetria de um piso, mas a uma cota superior, a uma altura intermédia entre o cais e o percurso traseiro. Este espaço, entende-se pelas fotografias antigas, como uma tanoaria, o local onde se fazem os tonéis e as barricas. Na evolução histórica há referência a uma tanoaria privada, o que corrobora com esta hipótese. Nas fotografias observam-se tonéis e barricas por terminar, assim como aduelas, aros e tampos, para se montarem posteriormente. As aduelas e aros eram feitos em carpintarias e serralharias, respectivamente, e no edifício que se encontra imediatamente a seguir, que se implanta também a uma cota alta, mas entre o percurso dianteiro junto ao rio e o espaço de jardim, um edifício de um piso, também com cobertura de duas águas, é o local onde provavelmente se faziam estes trabalhos. Através das fotografias antigas, é possível identificar maquinaria que corresponde à necessária para este tipo de trabalhos, e pela proximidade faria todo o sentido que estes espaços se encontrassem próximos, e em edifícios que correspondam às construções tardias, pois a tanoaria privada, e as dependências, só aparecem na fase de empresa.

Para nascente, dois muros altos encerram o espaço do jardim da Arealva, até ao pequeno edifício quadrangular que pontua, juntamente com o portão de metal, a entrada a este do conjunto arquitectónico. A vegetação disposta em todo o terreno, e em particular no jardim, era provavelmente transversal às outras áreas agrícolas do concelho, onde dominava a oliveira e a vinha, e um ou outro ponto com uma

pequena horta no meio da vinha¹³⁰. A vegetação hoje visível é muito diferente da que terá existido tanto na época de quinta como na de empresa, como resultado da falta de manutenção e rega, perda das espécies antes cultivadas, e infestação de espécies invasoras. De salientar o cipreste, que à cota alta e com muitos metros, é um marco importante, para além de existir certamente há décadas.



28 Edifício dos silos

¹³⁰ Raul Pereira de Sousa, *Almada. Toponímia e história das freguesias urbanas*, p. 20.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO

O estado de conservação do conjunto da antiga quinta e empresa da Arealva corresponde ao de ruína. As razões que levaram este exemplar de valor patrimonial, histórico e arquitectónico à condição de degradação em que hoje se encontra são conhecidas e transversais aos outros edifícios industriais que se encontram por toda a frente ribeirinha, muitos dos quais também deixados ao abandono.

Actualmente, o espaço que foi antes utilizado como quinta de recreio e empresa armazenista encontra-se muito degradado e descaracterizado. Logo após o desmantelamento, no ano de 2000, o estado de degradação avançou muito rapidamente, o abandono e a utilização abusiva, como o vandalismo e o fogo de um incêndio, provocaram danos em alguns edifícios, e a deterioração dos restantes.

Os acessos, o cais, o jardim, e o exterior dos edifícios, revelam rapidamente as más condições gerais em que se encontra o conjunto edificado. Apesar de, numa primeira análise, o mau estado de conservação ser geral, é necessário ressaltar a diferença do estado de deterioração entre os edifícios da quinta de recreio e os de construção posterior que datam da época de empresa armazenista.

A estrutura que corresponde à quinta de recreio foi construída depois do terramoto, e apesar de ser mais antiga encontra-se em melhor estado de conservação face às construções posteriores. O sistema construtivo pré-pombalino e os materiais nobres permitiram que a estrutura aguentasse melhor a passagem do tempo. Os edifícios desta época mantêm, na sua maioria, as coberturas, com excepção do edifício principal, de três pisos, que só conserva a estrutura vertical. A causa da destruição desse edifício em particular, para além da passagem do tempo e falta de conservação comum aos restantes edifícios, deve-se a um incêndio, que destruiu a estrutura da cobertura, provavelmente em madeira, assim como a estrutura de pavimento do último piso, deixando o interior bastante danificado e exposto. A falta de coberturas e pisos intermédios contribuiu e acelerou a deterioração dos espaços interiores.

Os últimos edifícios a serem construídos, que correspondem à fase de empresa, são os mais degradados. A fraca construção e má qualidade dos materiais, são factores que contribuíram para o acelerado processo de deterioração destes edifícios, que se encontram em pior estado de conservação do que os da quinta de recreio. As coberturas que cobriam estes volumes degradaram-se com o tempo, acabando por desabar, com excepção do espaço central, que mantém a sua cobertura plana acessível, ainda de pé, apesar do estado de degradação.

Os vãos encontram-se sem janelas e portas, e não foram entaipados, permitindo a entrada nos espaços interiores, o que levou ao uso indevido e desrespeitoso dos edifícios. Para além do lixo e entulho que estão por toda a parte, também os *graffiti* que preenchem as paredes e retiram toda a brancura proveniente do revestimento original, denigrem a imagem do conjunto arquitectónico.

Diversos elementos estruturais e complementares desapareceram, consumidos pelo fogo, ou devido à natural erosão dos materiais - que neste caso, é agravada pela situação geográfica, um lugar ribeirinho voltado a norte – o que para além de dificultar a leitura da preexistência, desfavorece a imagem da quinta. O desgaste dos materiais das paredes e das coberturas, resultam em detritos que acabam por

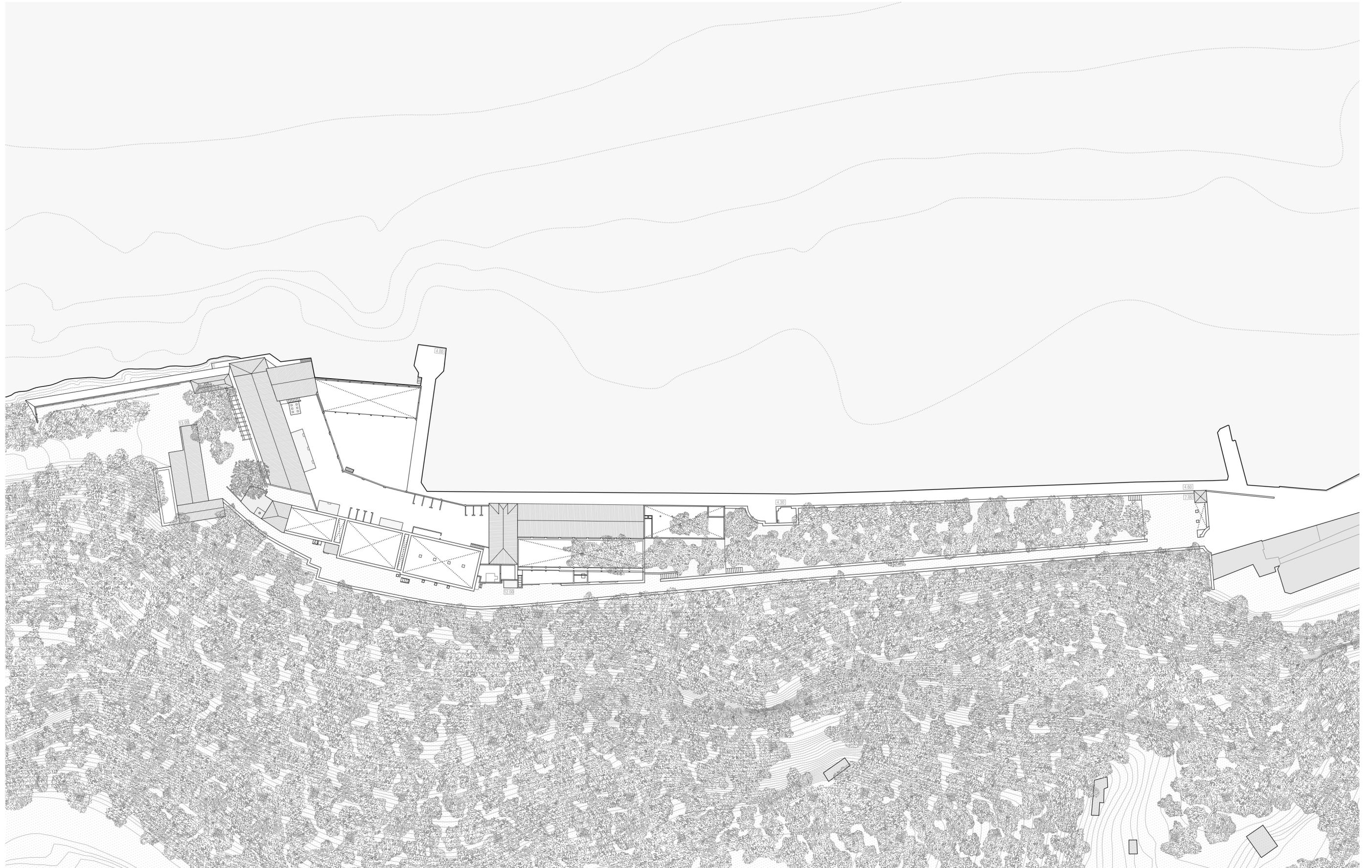
esconder os pavimentos interiores. Ainda assim, através da observação *in situ*, é possível entender que todos os pisos que se encontram à cota do cais, são um mesmo material, cinzento e uniforme, semelhante a betonilha. Ao contrário dos pisos intermédios, onde se observam estruturas do piso e pavimentos em madeira.

A falta de elementos caracterizadores dos espaços interiores, o avançado estado de desgaste de algumas estruturas, ao nível de pavimentos, paredes e coberturas, dificultam o trabalho de identificação e interpretação espacial. A ausência de elementos estruturais, de materiais e de revestimentos desfiguram o edifício, adulterando a sua verdadeira imagem através da sua actual condição, em ruína.

Esta condição não tem de ser definitiva, dependendo apenas de uma acção imediata sobre o conjunto, que, valorizando o património através de um uso que o dignifique, deve transformar o edifício devoluto num espaço agradável, aproveitando as suas potencialidades, permitindo novas vivências.



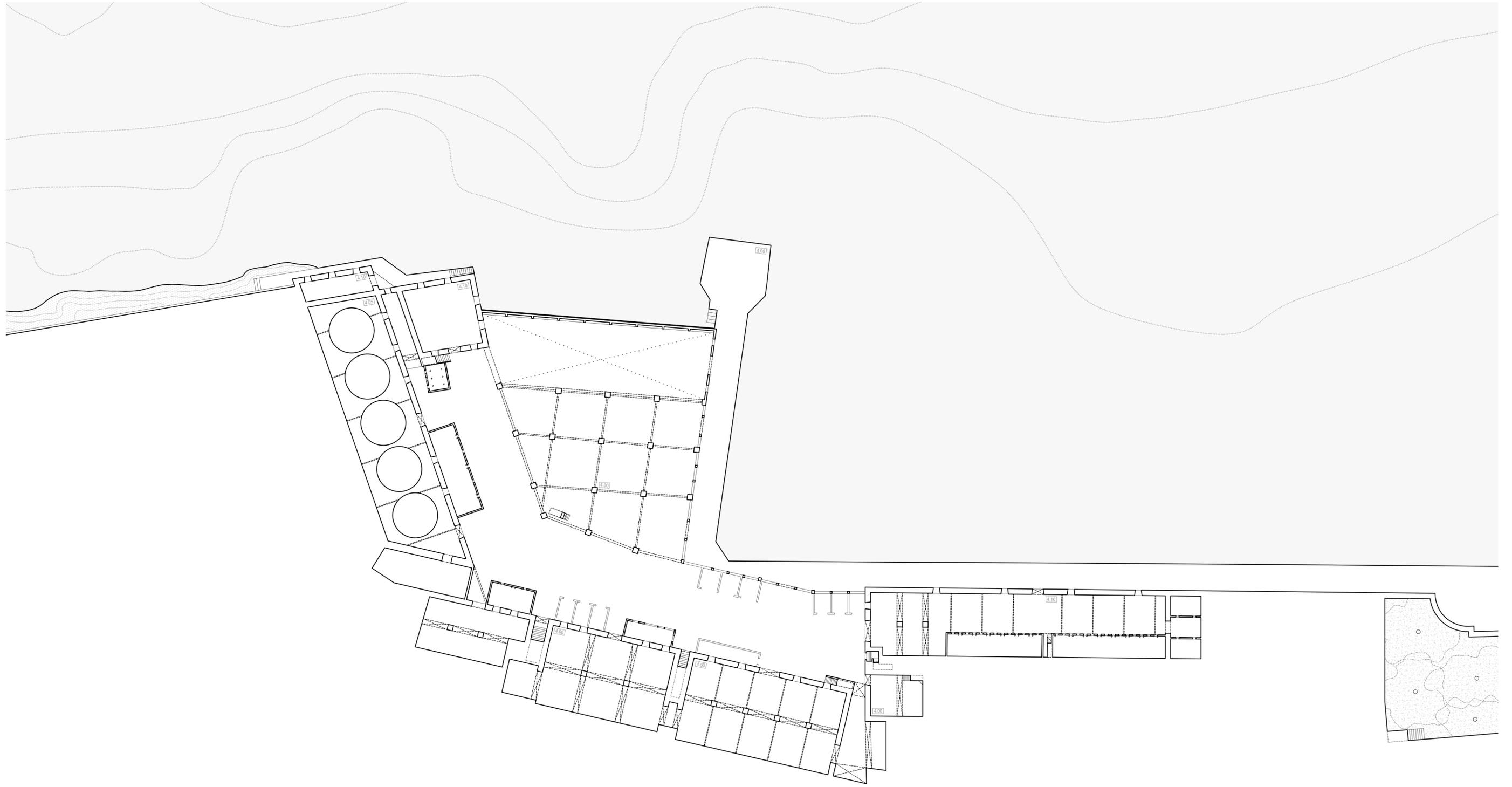
29 Edifício principal de três pisos



— LINHA DE COSTA
- - - CURVAS ALTIMÉTRICAS DE 1 M
- - - CURVAS BATIMÉTRICAS DE 5 M
0.00 COTAS ALTIMÉTRICAS, APRESENTADAS EM M

Planta de Implantação
(desenho elaborado pela autora, com base no levantamento in situ)





— LINHA DE COSTA
- - - CURVAS ALTIMÉTRICAS DE 1 M
..... CURVAS BATIMÉTRICAS DE 5 M
[0.00] COTAS ALTIMÉTRICAS, APRESENTADAS EM M

Planta de piso 0 - cota +6.00
(desenho elaborado pela autora, com base no levantamento in situ)

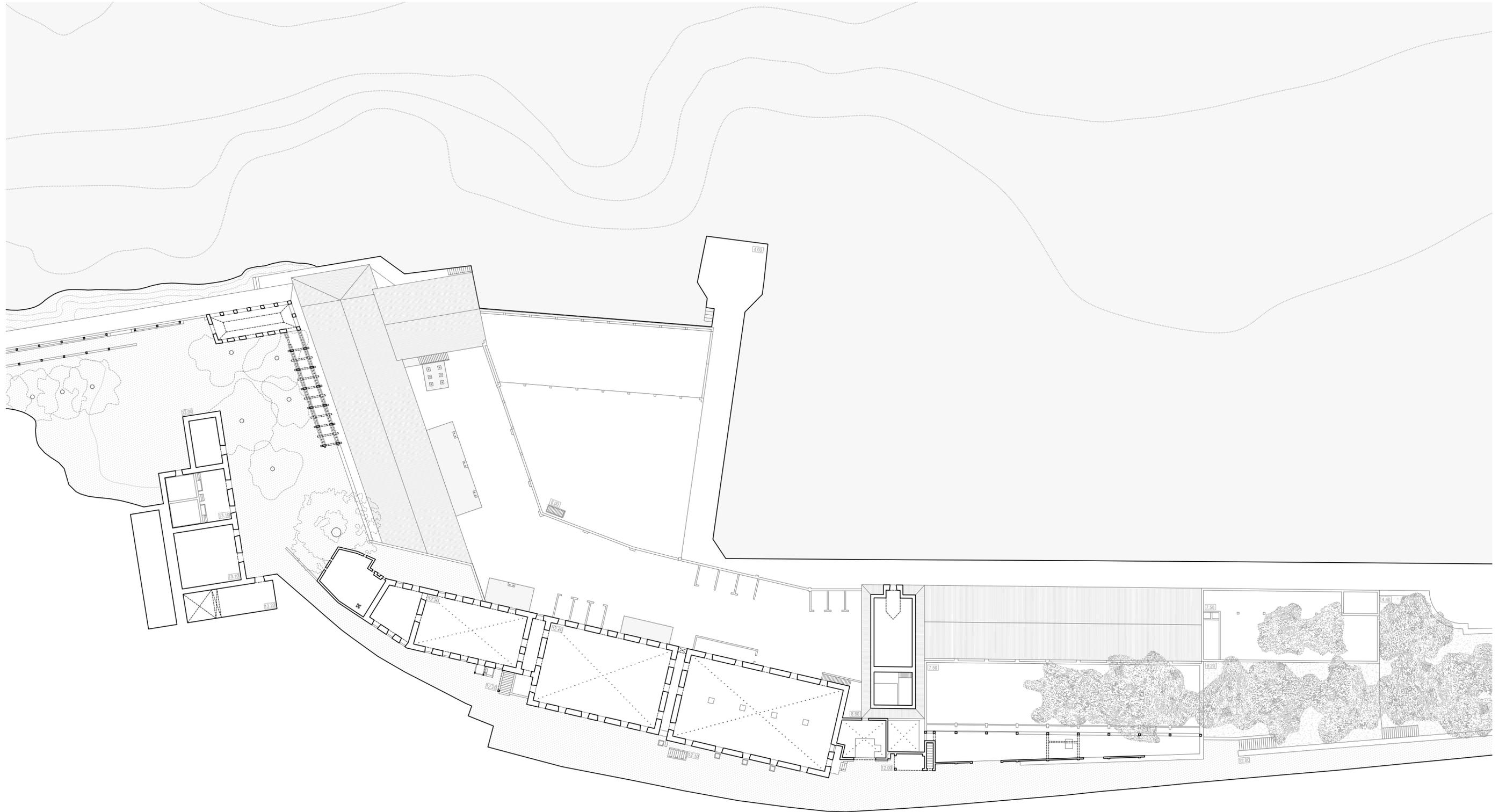




— LINHA DE COSTA
— CURVAS ALTIMÉTRICAS DE 1 M
- - - CURVAS BATIMÉTRICAS DE 5 M
[0.00] COTAS ALTIMÉTRICAS, APRESENTADAS EM M

Planta de piso 1 - cota +9.60
(desenho elaborado pela autora, com base no levantamento in situ)

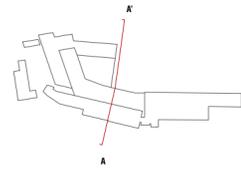




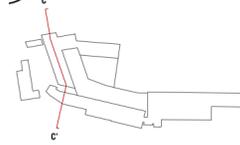
— LINHA DE COSTA
— CURVAS ALTIMÉTRICAS DE 1 M
- - - CURVAS BATIMÉTRICAS DE 5 M
[0.00] COTAS ALTIMÉTRICAS, APRESENTADAS EM M

Planta de piso 2 - cota +13.20
(desenho elaborado pela autora, com base no levantamento in situ)

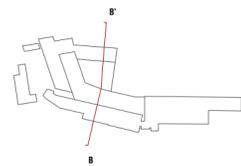
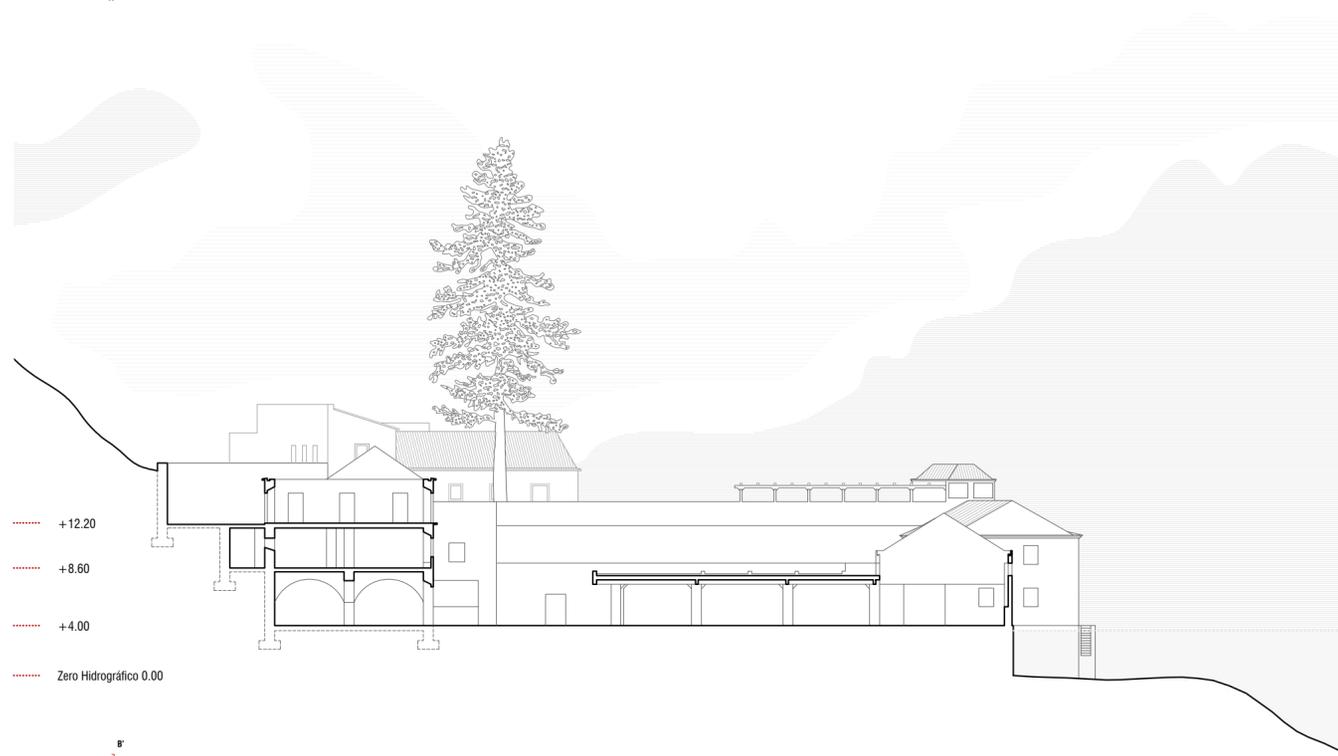




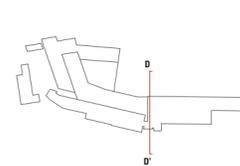
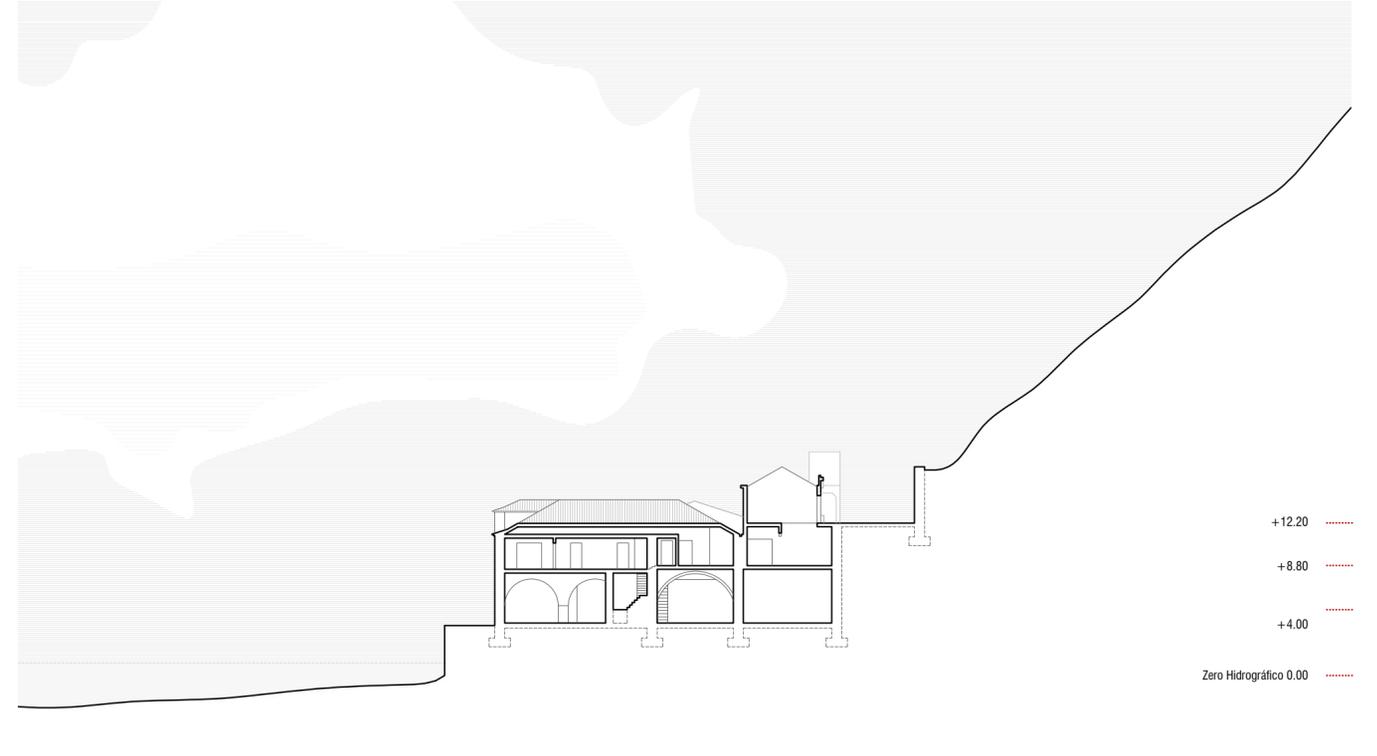
Corte AA'



Corte CC'



Corte BB'



Corte DD'

(desenhos elaborados pela autora, com base no levantamento in situ)



CONSIDERAÇÕES PARA PROJECTO

A contextualização histórica, a análise à evolução morfológica, e o entendimento das várias estruturas que se foram sobrepondo, alterando e acrescentando, assim como a descrição da quinta, a análise à sua estrutura e a caracterização do estado de conservação, permitem um melhor entendimento sobre o sítio - tanto ao nível dos edifícios, na tipologia de alguns espaços interiores e aspectos particulares dos espaços exteriores, como percursos e áreas ajardinadas; e ainda do espaço envolvente, onde se consideram os acessos, a arriba e a relação com o rio.

Estas considerações pretendem consolidar o conhecimento adquirido neste subcapítulo - *Quinta da Arealva*, de forma a evidenciar as potencialidades e problemáticas da quinta, o que permitirá desenvolver linhas de pensamento e premissas base para a ideia de projecto e forma de intervenção, que potencie os pontos fortes, minimize os pontos fracos, com respeito pelo sítio e pela memória colectiva do lugar.

O redesenho do passeio ribeirinho e a possibilidade de desenhar espaço público que devolva o rio à cidade e consequentemente às pessoas, é urgente e fundamental. Hoje, e no estado em que se encontra o conjunto da quinta, a passagem encontra-se constrangida, o que impossibilita o atravessamento e o passeio ao longo da margem. Assim, a continuidade do passeio ribeirinho deve ser reposta, reforçando a ideia da frente ribeirinha norte como um espaço contínuo e possível de percorrer. Em relação ao espaço público, que continua a ser pouco ao longo de toda a frente de água, apesar das intervenções nesse sentido, como é o caso do sítio da Boca do Vento e parte da zona de Olho de Boi, o projecto deve apresentar como espaço principal, o desenho de um espaço público, amplo e livre, colmatando assim a falta de elementos deste género, e pela capacidade destes serem geradores de inúmeras actividades.

Ao nível da estrutura edificada deve-se considerar o valor histórico, patrimonial e arquitectónico de alguns elementos e edifícios, e por outro lado, reconhecer a falta de interesse que algumas construções podem revelar. A estrutura que resta do forte, apesar de vandalizada, encontra-se a nível estrutural bem conservada, e deve ser recuperada, bem como a maior parte dos edifícios construídos na época de quinta de recreio, que apesar do estado de degradação, devem ser recuperados pelo seu valor arquitectónico e qualidade técnica, dado o sistema construtivo pombalino e a utilização de materiais nobres. Pelo contrário, as poucas estruturas, panos de parede e elementos referentes à fase de empresa, encontram-se em avançado estado de degradação dada a fraca construção e má qualidade dos materiais, pelo que não tem qualquer valor que conduza à sua recuperação, devendo por isso ser demolidos.

Os edifícios abandonados e as estruturas obsoletas, tornam-se espaços degradados e perigosos, e o mesmo acontece com os espaços ajardinados e sua a vegetação, que sem manutenção, perderam as espécies antes cultivadas, e foi infestado por espécies invasoras. O tempo conduziu assim a que estas áreas permeáveis do conjunto se tornassem espaços sem qualquer regra, cheios de vegetação, impossibilitando até a entrada dada a altura e densidade da vegetação. Interessa por isso, redesenhar os espaços verdes, bem como devolver regra e espécies autóctones, possibilitando o usufruto desses espaços e contribuindo para as funções ambientais, comuns aos espaços verdes, como conforto

bioclimático, melhoria na qualidade do ar, conservação do solo e da água, desenvolvimento da biodiversidade e qualidade estética.

As acessibilidades são tão importantes para o projecto, como o desenho de arquitectura. Não devemos esquecer que a má acessibilidade automóvel foi apontada como um dos motivos que desencadeou o abandono da frente ribeirinha norte, pois constrangidos pelo acesso rodoviário, os espaços ao longo da frente de água foram perdendo a funcionalidade, tornando-se obsoletos, o que levou ao seu abandono e consequentemente à sua degradação. Assim, o desenho dos acessos automóvel, fluvial e pedonal, devem ser pensados de forma a garantir o acesso a tudo e a todas as pessoas, promovendo o acesso ao sítio e a continuidade do passeio ribeirinho.

O programa deve respeitar a história do sítio e a memória do lugar, e de carácter maioritariamente cultural, de forma a contribuir para o crescimento e qualidade da oferta na área da cultura, deve abranger mais tipologias de espaços, para que se torne um espaço de uso sucessivo e continuado, capaz de reactivar a frente ribeirinha e o seu percurso.

Diferentes acessos, programas diversos, e o desenho de espaço público claro e amplo, bem como a continuidade ribeirinha, numa proposta que respeite a estrutura edificada do sítio, a sua relação com a arriba e o rio, e as memórias do lugar, devem ser as principais linhas de pensamento que ajudam a conduzir a estratégia de intervenção. Um projecto que convide todas as pessoas, para diferentes actividades, a qualquer hora do dia, durante todo o ano, é o principal objectivo e deve ser a premissa principal do projecto. Desta forma será possível enriquecer o lugar, requalificar o sítio, reconverter os espaços, e desenvolver características e ambientes diferentes.



30 Quinta da Arealva no momento actual, num avançado estado de degradação



03 O PROJECTO

CONCEITOS E REFERÊNCIAS

No decorrer da descrição, análise e interpretação da Quinta da Arealva, bem como na caracterização do estado de conservação da estrutura construída, foi possível desenvolver linhas de pensamento, apresentadas no fim do capítulo anterior em *Considerações para Projecto*, que permitem conduzir a estratégia de intervenção.

Dessas considerações surgiram conceitos e referências que apresentam semelhanças nas premissas e pretensões, bem como, paralelismo nas lógicas espaciais, tipológicas, programáticas ou materiais, ao desenvolvimento do projecto de arquitectura.

Assim, serve o presente subcapítulo para analisar os conceitos e apresentar as referências, de forma a consolidar uma base teórica que permita informar e validar as opções a desenvolver na proposta de intervenção.

Numa primeira aproximação, dada a localização e o contexto do conjunto da Quinta da Arealva, surge o tema o *redesenho da frente de água*, que pretende dar a conhecer a importância da água na fundação das cidades, a relação que o Homem foi estabelecendo com os cursos de água ao longo do tempo, e quais os tipos de intervenção, bem como a sua importância do ponto de vista ambiental, social, histórico e cultural.

Os edifícios preexistentes na Arealva e a vontade de aproveitamento de alguns, introduzem a *reconversão do edifício*. Este tema pretende esclarecer sobre os diferentes conceitos de aproveitamento de estruturas e intervenção em preexistências, a origem, a necessidade e a pertinência da reconversão, a importância e responsabilidade inerentes à escolha das referências do passado, que resultam da avaliação dos elementos que se consideram relevantes e que devem ser conservados, ou pelo contrário, demolidos, e ainda o tipo de programas adequados a este tipo de intervenção.

Por fim, da possibilidade de desenho de um espaço público na frente de água, surge a *materialidade do espaço*. Tema que pretende contribuir para a percepção da importância do espaço público na coesão material e social da cidade, e da necessidade de construção de centros de vivências urbanas como lugar de encontro e socialização, bem como dar a entender o uso de pavimentos ao longo dos tempos, e a motivação da escolha de diferentes materiais para as diversas funções que este pode adquirir.

A escolha dos conceitos a explorar, encontra-se intimamente ligada à necessidade de entendimento de questões que surgiram na investigação do sítio, de forma a que seja possível adquirir conhecimento que beneficie o desenho da proposta. Esses conceitos tratam ideias diferentes, que se encontram associados a escalas de aproximação distintas, pois também o projecto será apresentado de forma gradual, tentando seguir a lógica de entendimento comum de um projecto de arquitectura, de fora para dentro. Assim, cada tema contribuirá para a interpretação e forma de raciocínio, pela relação directa ou pontual, a questões transversais às de cada fase de aproximação - o conjunto, os edifícios, e a materialidade.

A selecção das referências foi um processo mais complicado pela quantidade desmesurada de projectos e imagens, que fazem parte do nosso imaginário ou com que todos os dias nos deparamos. Assim, a escolha de três projectos para cada tema, por entre inúmeros outros que poderiam ter sido seleccionados, é feita com base na preferência técnica ou estética, na vontade de apresentar projectos de diferentes zonas do mundo, com soluções arquitectónicas interessantes, e diferentes do ponto de vista formal, tipológico, material e estético. Desta forma será possível adquirir mais conhecimento permitindo uma proposta mais coesa e que se relaciona com as condicionantes e características do sítio.

Referências

Este artigo cita fontes, mas que não cobrem todo o conteúdo do artigo. Por favor, **melhore este artigo** adicionando fontes de pesquisa adicionais.

A **relação das cidades com a água** constitui um tema recorrente na história do urbanismo e da arquitectura. Outra coisa não seria de esperar, tratando-se de um recurso indispensável à sobrevivência humana, e, por isso, à da própria cidade.[[]^{*?*}

A proximidade do Homem, e consequentemente das cidades, com a água encontra-se bem evidenciada ao longo da história.

A água é um elemento essencial à vida humana, e a sua presença motivou a fixação dos povos em lugares estratégicos, nas margens dos rios ou nas baías abrigadas dos mares, de forma a beneficiar de todas as suas potencialidades e recursos, como o abastecimento de água, a existência de terrenos férteis para a agricultura e recursos piscícolas. Os rios e mares foram inicialmente importantes vias de comunicação, permitindo a ligação e trocas comerciais entre civilizações, bem como a descoberta e conquista de novos territórios, o que levou ao desenvolvimento dos aglomerados urbanos que mais tarde seriam as grandes cidades que actualmente conhecemos. Desenvolveu-se assim, uma dinâmica entre as cidades e a água com origem nas antigas práticas sociais e económicas. E apesar de existir, ao longo da história uma relação de interdependência entre estes elementos, o contacto nem sempre foi privilegiado.

Ao longo dos tempos, a relação entre cidades e rios foi mudando, e essa evolução enquadra-se nas diversas fases dos paradigmas subjacentes às relações entre o Homem e a água. Segundo Graça Saraiva essa evolução está estabelecida em cinco fases.[[]^{*?*}

A primeira, fase de temor e sacralização, associada a rituais de purificação como o baptismo, ou de punição como o episódio do dilúvio bíblico, nesta fase os rios são associados a divindades, sendo respeitados e temidos, por possuírem o poder da vida e da morte.

A seguir, a fase de harmonia e ajustamento, corresponde a uma relação de mútua convivência que assenta numa gestão social e económica organizada em função do rio. Desenvolveram-se, nesta fase, formas de ajustamento que não provocaram alterações nos sistemas naturais, tirando partido das funções e recursos dos rios, nomeadamente, o aproveitamento de energia para a moagem, a pesca, o aproveitamento da vegetação ribeirinha, e o uso das zonas ribeirinhas como locais de lazer, servindo de inspiração a poetas e pintores.

Na fase de controlo e domínio a sociedade urbana tem uma atitude mais agressiva em relação ao rio, modificando-o, alterando as suas margens e o seu curso, e sobreexplora os seus recursos. Nesta fase, é reflectida a intenção de subordinação dos cursos de água às actividades humanas, potenciada pelos conhecimentos hidráulicos.

De seguida, a fase de degradação e sujeição, como consequência de um desenvolvimento urbano e industrial intenso, sobretudo após a revolução industrial, os rios são usados como sistema de recolha de resíduos e esgotos, levando à progressiva alteração da qualidade da água, atingindo valores de

contaminação muito elevados. Sujeitos à artificialização e à poluição, os rios deixam de ser uma mais valia para as cidades, e tornam-se elementos indesejados pela sociedade e pelo poder público, o que resulta num afastamento, em muitos dos casos, intensificado pelas indústrias.

Por fim, a fase da recuperação e sustentabilidade, que resulta da revalorização, e respectiva consciência social, ambiental, ecológica, cultural e económica do recurso ribeirinho. Nesta fase aplicam-se novas estratégias de limpeza, revitalização, renaturalização dos rios, e recuperação das relações entre a cidade e a água. Esta mudança permite que os rios voltem a ser uma parte integrante e activa das cidades, graças à cedência de terrenos na frente ribeirinha, que possibilitam que as pessoas voltem a ter contacto com a água.

Uma reflexão à estrutura apresentada pela autora, Graça Saraiva, sobre a evolução cultural da relação entre a sociedade e o rio, permite compreender as pressões ao nível do uso do solo e as profundas transformações que incidiram sobre o rio e as suas margens no decorrer da história. Destaca-se a fase de controlo e domínio em que o desenvolvimento das actividades de pesca e comércio marítimo se consolidam e acabam por adquirir o carácter de indústria, um importante sector da economia urbana.

Esta fase coincide com a revolução industrial/tecnológica e com a origem das cidades portuárias. Deste ponto de vista é importante entender que as cidades portuárias, com a configuração e morfologia de docas e cais, marcam o surgimento dos portos especializados e o início da segregação entre as duas realidades, a cidade e o porto, o que resulta no afastamento da sociedade às frentes de água.

Han Meyer, no livro “City and Port”[[]^{*?*}, explica o processo de evolução das cidades portuárias, onde a relação entre a cidade e o porto muda consoante as transformações dos processos tecnológicos das actividades industriais. Essa evolução, sistematizada por Meyer, resulta em quatro diferentes portos.

Até meados do século XIX, o porto era dentro da cidade e o local onde as mercadorias eram armazenadas e comercializadas, e o cais era considerado espaço público da cidade – o Porto Entrepoto. No final do século XIX, surge o Porto de Trânsito, que se situa junto à cidade onde passa o fluxo de mercadorias. O Porto Industrial surge já a partir de meados do século XX, e situava-se ao lado da cidade, mas numa realidade autónoma, onde as mercadorias já são processadas na área portuária. Por fim, separado da cidade, sem uma configuração linear, o Porto de Distribuição que passa a fazer parte de uma rede de núcleos especializados.[[]^{*?*}

A transferência das grandes áreas industriais e portuárias dos centros das cidades para as periferias, resulta da incapacidade de resposta dos antigos portos às novas necessidades portuárias e tecnológicas. As antigas áreas portuárias eram bastante restritas para os navios porta-contentores, os equipamentos modernos eram dificilmente manobráveis e a água não era suficiente para aproximar os navios. Assim, os portos de menores dimensões localizados junto às cidades, foram perdendo o seu protagonismo inicial, dada a impossibilidade de expansão territorial. Existiram ainda casos, em que a deslocalização resultou da pressão exercida pela cidade para o abandono dos portos nas frentes de

água de forma a fazer desaparecer a poluição física, visual e ambiental, com o objectivo de recuperar estes espaços para as pessoas.[[]^{*?*}

Como consequência da deslocação desses terminais para novas áreas portuárias mais favoráveis aos requisitos exigidos pelo tráfego marítimo internacional, resultou o abandono e a obsolescência das antigas frentes de água das ancestrais cidades portuárias.[[]^{*?*} Estas acabaram por se tornar espaços desocupados, abandonados e sem utilidade, chegando alguns a entrar em decadência, originando desemprego, marginalização e vandalização. Desta forma, tornaram-se zonas problemáticas da cidade, com necessidade de resolução imediata, em alguns casos.

Neste sentido, e de forma a tirar partido da localização privilegiada e do alto valor estratégico que estes espaços ocupam na cidade, surge como oportunidade óbvia a recuperação das frentes de água. Esta têm sido uma temática muito presente na actualidade e despertou a atenção do mundo em meados do século passado.

Desde a segunda metade do século XX, que começaram a surgir projectos de requalificação de frentes de água, reconhecendo nestes lugares uma oportunidade de desenvolvimento do território urbano, transformando-os em novos espaços da vida, que procuram contribuir para a reprodução de novas paisagens sustentáveis com mais equilíbrio entre os interesses imobiliários e as necessidades ambientais, sociais e culturais.

Um dos maiores desafios dos projectos de reconversões em frentes de água prende-se pelo facto da transformação não ser meramente de solo rural para urbano, mas sim uma substituição de solo urbano por uma ocupação de natureza completamente distinta. Este facto deve-se às complexas precedências deixadas pelas anteriores funções que marcam e condicionam a nova utilização espacial.

Apesar de ser recente, a história deste tipo de intervenções, cumpre olhar para os projectos de reconversões em frentes de água, de forma a entender as diferentes linhas de pensamento que conduziram a três correntes distintas. Joan Busquets[[]^{*?*} formula a hipótese de um comportamento estrutural por cada grande região geográfica, o que leva a considerar, até à data, três grandes modelos de renovação.

O modelo norte-americano é pioneiro e surge com as revitalizações de Boston e Baltimore no final dos anos 50, data em que se iniciam os grandes projectos de reabilitação das frentes de água. A maior dificuldade reside na incapacidade de estabelecer sistemas de referência mais gerais. Este modelo foi essencialmente vocacionado para o turismo, lazer e recreação, temas centrais para o desenvolvimento destas áreas, assentes em estratégias comerciais e culturais.

O modelo europeu baseia-se no norte-americano, sendo reinterpretado de diferentes formas. Para além de se desenvolverem estratégias culturais, incrementam-se outras de ordem estética e artística, e além da importância dada ao turismo e ao lazer, passa também a haver um investimento em centros de

negócios. Este modelo diferencia-se do pioneiro principalmente pelo facto das cidades europeias terem um passado correspondente a séculos de história, que tem sem dúvida peso nos territórios e que deve ser tido em consideração nas regenerações. Nestas cidades há uma preocupação na manutenção das características urbanas locais, como por exemplo ao nível da escala, privilegiando uma forte ligação ao contexto da cidade. Define-se como sendo uma expansão da malha urbana da cidade, até chegar ao seu limite natural, a água. Exemplos desta geração são os portos de Londres, Barcelona e Génova.

O modelo asiático, com grande dinâmica no arquipélago japonês, tende a criar um novo território. Prolongam-se as cidades sobre a água, constroem-se ilhas e plataformas que servem de base à expansão urbana, e deslocam-se os antigos portos. Pode-se dizer que a criação de novos solos é mais importante do que a renovação do existente, provocando uma ruptura entre as duas realidades. Tóquio e Yokohama reflectem esta abordagem asiática, destacando-se do tecido urbano preexistente.

As acções em frente de água variam na escala, no tipo de intervenção, nos modelos de gestão e nos usos. Interessa analisar espaços ao nível da requalificação de escala intermédia, de acordo com o projecto que se propõem para a Quinta da Arealva. Não fazendo assim referência a modelos de grandes intervenções urbanas, como tem acontecido em diversas cidades nas últimas décadas.

Na capital norueguesa, na margem do Fjord de Oslo, a zona industrial de Bjørvika é considerada historicamente o ponto de encontro da Noruega com o resto do mundo. Associada aos usos industriais do porto, deu o primeiro passo para a transformação e desenvolvimento, com a construção do edifício Ópera e Ballet de Oslo. Na linha divisória entre o solo e a água, entre a arte e a vida, é ao mesmo tempo limite real e simbólico.

O concurso é lançado em 2000 e faz parte da estratégia de revitalização da cidade para reconverter a zona ribeirinha industrial da cidade num espaço público activo. O Norwegian National Opera and Ballet é o usuário final do edifício e as regras do concurso estipulavam que o edifício devesse ser de alta qualidade arquitectónica e monumental na sua expressão, e de fácil acesso, aberto a todos.

O projecto premiado de Snøhetta foi caracterizado pelo júri como tendo temas fortemente identificáveis que ligam o edifício à sua cultura e lugar, ao mesmo tempo que apresenta uma expressão incomum e única. O projecto desenvolveu um programa altamente complexo num plano geral simples que integrou uma abordagem escultórica prática e intuitiva para modelar a forma exterior. O telhado acessível e os foyers públicos amplos e abertos fazem do edifício um monumento social em vez de um monumento escultórico, tornando-se um elo de ligação entre a cidade e a orla costeira.

A base conceptual do edifício é a combinação dos três elementos principais – a parede curva, a fábrica e a cobertura. A parede curvilínea, de carvalho, possui uma superfície clara e variada. Define o limite do foyer, espaço amplo que se encontra sempre aberto. A fábrica, espaço de produção e desenvolvimento tanto artístico como técnico, apresenta um revestimento simples e moderno de metal, associado a fábricas e oficinas. Esse material, painéis de alumínio anodizados, apresenta longevidade, maleabilidade e a possibilidade de fazer um painel bastante achatado. O revestimento metálico com segmentos esféricos côncavos e convexos, foi desenvolvido pelos artistas, Løvaas e Wagle. A cobertura, em mármore italiano, La Facciata, foi o material escolhido, depois de um concurso internacional. A qualidade técnica necessária em termos de estabilidade, densidade, longevidade, e a capacidade de reter o brilho e cor, mesmo quando molhado, foram os principais factores que determinaram a escolha. Projectado pelos artistas Kristian Blystad, Kalle Grude e Jorunn Sannes, foi desenhado para ser acessível em todas as estações, permitindo que os visitantes subam à cobertura em qualquer altura do ano.

O edifício é composto por programa principal, do qual fazem parte a administração, os auditórios, as salas de ensaio, as oficinas, os espaços educativos, os escritórios e diversos arquivos. E ainda por algum programa complementar como os restaurantes, os bares, a cafetaria e a loja. Este, como pode funcionar separadamente das performances, para além de promover a visita ao edifício, permite que qualquer pessoa, mesmo que não seja público de um espectáculo, usufrua do espaço.

Antes da construção, toneladas de metais pesados, dos tempos como doca seca e porto industrial, poluíam o fiorde. Grande parte dessa poluição foi removida e o restante contido na rocha antes do início da construção, o que tornou o local rico em avifauna. O edifício reconectou a cidade e o fiorde, a urbanidade e a paisagem, devolvendo espaço da beira-mar ao público. Pode-se dizer que é tao paisagístico quanto arquitectónico e, portanto, fomenta a consciencialização pública e o envolvimento com as artes. A criatividade e inovação do projecto, valeu o Prémio de Arquitectura Contemporânea Mies van der Rohe, no ano seguinte à sua inauguração.

Outrora uma área abandonada e contaminada pela anterior função, uma instalação de transferência de petróleo, foi transformado numa paisagem construída contínua, onde arte, natureza e infra-estrutura coexistem harmoniosamente no projecto Olympic Sculpture Park.

Por volta dos anos 90, o Seattle Art Museum teve uma ideia para reconverter o último troço de frente de água esquecido. Em 2001, com o apoio da NEA National Endowment of the Arts, o museu realizou um concurso internacional para encontrar um projecto que para além de reinventar o local, conseguisse estabelecer uma conexão entre a cidade e a costa que se encontrava negligenciada.

Weiss/Manfredi foi o atelier seleccionado, com um projecto que oferece uma variedade de processos de restauração ambiental, vistas panorâmicas e o atravessamento suave entre a cidade e a costa, um desafio significativo, dada a infra-estrutura do local, uma artéria rodoviária e linhas ferroviárias.

Na cidade, à cota alta, um pavilhão de exposições oferece espaço para arte, performances e programação educacional. Desse pavilhão, através de uma praça adjacente e anfiteatro, um caminho em forma de Z desce dez metros gradualmente até à água, ligando três paisagens típicas, com vistas privilegiadas sobre o horizonte e a Baía de Elliot.

O projecto traz a escultura para fora das paredes do museu, o que define uma nova experiência para a arte moderna e contemporânea. Olympic Sculpture Park, é completamente aberto, resolve percursos, atravessamentos, e integra o parque na paisagem da cidade.

O espaço da Ribeira das Naus, na margem norte do rio Tejo, entre o Cais do Sodré e o Terreiro do Paço, remonta aos Descobrimientos Portugueses. Como local de actividade naval, constituiu o conjunto dos maiores estaleiros do Império Oceânico Português, onde se construíram e repararam embarcações de vários tipos ao longo de séculos. Recentemente requalificado, este espaço oferece espaço público, vistas privilegiadas e contacto com o rio, devolvendo-o à cidade e preservando a história do lugar.

A requalificação do espaço público da Ribeira das Naus, projecto prioritário para a autarquia, foi entregue aos arquitectos paisagistas João Nunes (PROAP) e João Gomes da Silva (global) em 2009. A intervenção englobou a requalificação das infra-estruturas, o avanço da margem e o desenho de espaço público.

Os arquitectos projectam a partir da tensão entre os diversos elementos presentes no espaço, o conjunto edificado, a doca seca, os diversos estratos que se encontravam abaixo da cota de superfície da época, a doca do Arsenal e as paredes da praia. A revelação e a integração desses elementos, que se encontravam parcialmente enterrados, foi determinante na definição do carácter do espaço, e tonaram-se cruciais no processo de recriação da Ribeira das Naus. A Doca Seca, onde eram recuperadas as embarcações, encontra-se totalmente exposta, a Doca do Arsenal foi coberta de água e é transponível através de um passadiço que faz a ligação ao Terreiro do Paço. Nas rampas, utilizadas pelas embarcações, foi proposto um jardim de planos inclinados que permitem usufruir do Tejo.

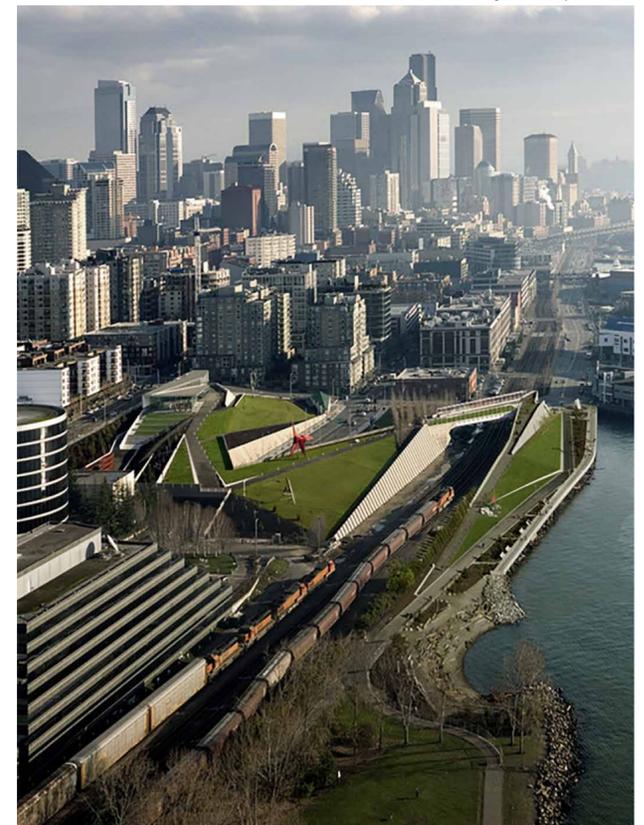
O limite original da linha de costa foi implementado e materializado por uma extensa superfície basáltica, onde circulam veículos, bicicletas e pedestre, separados por sinais de pedra ou madeira que definem direcções, atravessamentos ou superfícies compartilhadas. A nova avenida ribeirinha desenha também uma escadaria que desce até ao rio, e que se assume como a nova praia urbana da cidade.

Esta intervenção é sinónimo de respeito pelo espírito do lugar, pela capacidade de articular elementos fósseis com elementos contemporâneos, e de qualidade, na criação de espaço público que privilegia as pessoas e o contacto com o rio. É de notar a mudança de paradigma desta intervenção, a par de outras na frente ribeirinha de Lisboa, em que o peão é o principal foco, em vez do tráfego automóvel, denotando uma nova preocupação. O que resulta no percurso pedonal e clicável que liga Belém ao Parque das Nações, ao longo de toda a margem norte do rio Tejo.

As referências apresentadas permitem entender que as frentes ribeirinhas com necessidade de intervenção apresentam-se como territórios de oportunidades que devem ser devolvidos às cidades para usufruto das pessoas. Estes espaços quando são recuperados demonstram um elevado valor do ponto de vista ambiental, social, histórico e cultural, o que simboliza um dever especial de intervenção neste tipo de território urbano. Cada projecto evidencia diferentes aspectos de intervenção, que contribuem para a interpretação e para a forma de raciocínio com base na experiência, relacionando-se directa ou pontualmente com questões transversais ao conjunto da Quinta da Arealva.



32 Norwegian National Opera and Ballet



33 Olympic Sculpture Park



34 Ribeira das Naus

O Museu de Arte Moderna de São Paulo, obra de Oscar Niemeyer, é um exemplo de modernismo brasileiro.

O Museu de Arte Moderna de São Paulo, obra de Oscar Niemeyer, é um exemplo de modernismo brasileiro.

O Museu de Arte Moderna de São Paulo, obra de Oscar Niemeyer, é um exemplo de modernismo brasileiro.

O Museu de Arte Moderna de São Paulo, obra de Oscar Niemeyer, é um exemplo de modernismo brasileiro.

O Museu de Arte Moderna de São Paulo, obra de Oscar Niemeyer, é um exemplo de modernismo brasileiro.

O Museu de Arte Moderna de São Paulo, obra de Oscar Niemeyer, é um exemplo de modernismo brasileiro.

O Museu de Arte Moderna de São Paulo, obra de Oscar Niemeyer, é um exemplo de modernismo brasileiro.

O Museu de Arte Moderna de São Paulo, obra de Oscar Niemeyer, é um exemplo de modernismo brasileiro.

O Museu de Arte Moderna de São Paulo, obra de Oscar Niemeyer, é um exemplo de modernismo brasileiro.

O Museu de Arte Moderna de São Paulo, obra de Oscar Niemeyer, é um exemplo de modernismo brasileiro.

O Museu de Arte Moderna de São Paulo, obra de Oscar Niemeyer, é um exemplo de modernismo brasileiro.

O Museu de Arte Moderna de São Paulo, obra de Oscar Niemeyer, é um exemplo de modernismo brasileiro.

O Museu de Arte Moderna de São Paulo, obra de Oscar Niemeyer, é um exemplo de modernismo brasileiro.

O Museu de Arte Moderna de São Paulo, obra de Oscar Niemeyer, é um exemplo de modernismo brasileiro.

O Museu de Arte Moderna de São Paulo, obra de Oscar Niemeyer, é um exemplo de modernismo brasileiro.

O Museu de Arte Moderna de São Paulo, obra de Oscar Niemeyer, é um exemplo de modernismo brasileiro.

O Museu de Arte Moderna de São Paulo, obra de Oscar Niemeyer, é um exemplo de modernismo brasileiro.

O Museu de Arte Moderna de São Paulo, obra de Oscar Niemeyer, é um exemplo de modernismo brasileiro.

O Museu de Arte Moderna de São Paulo, obra de Oscar Niemeyer, é um exemplo de modernismo brasileiro.

O Museu de Arte Moderna de São Paulo, obra de Oscar Niemeyer, é um exemplo de modernismo brasileiro.

O Museu de Arte Moderna de São Paulo, obra de Oscar Niemeyer, é um exemplo de modernismo brasileiro.

O Museu de Arte Moderna de São Paulo, obra de Oscar Niemeyer, é um exemplo de modernismo brasileiro.

O Museu de Arte Moderna de São Paulo, obra de Oscar Niemeyer, é um exemplo de modernismo brasileiro.

O Museu de Arte Moderna de São Paulo, obra de Oscar Niemeyer, é um exemplo de modernismo brasileiro.

O Museu de Arte Moderna de São Paulo, obra de Oscar Niemeyer, é um exemplo de modernismo brasileiro.

O Museu de Arte Moderna de São Paulo, obra de Oscar Niemeyer, é um exemplo de modernismo brasileiro.

O Museu de Arte Moderna de São Paulo, obra de Oscar Niemeyer, é um exemplo de modernismo brasileiro.

O Museu de Arte Moderna de São Paulo, obra de Oscar Niemeyer, é um exemplo de modernismo brasileiro.

O Museu de Arte Moderna de São Paulo, obra de Oscar Niemeyer, é um exemplo de modernismo brasileiro.

O Museu de Arte Moderna de São Paulo, obra de Oscar Niemeyer, é um exemplo de modernismo brasileiro.

O Museu de Arte Moderna de São Paulo, obra de Oscar Niemeyer, é um exemplo de modernismo brasileiro.

O Museu de Arte Moderna de São Paulo, obra de Oscar Niemeyer, é um exemplo de modernismo brasileiro.

O Museu de Arte Moderna de São Paulo, obra de Oscar Niemeyer, é um exemplo de modernismo brasileiro.

O Museu de Arte Moderna de São Paulo, obra de Oscar Niemeyer, é um exemplo de modernismo brasileiro.

O Museu de Arte Moderna de São Paulo, obra de Oscar Niemeyer, é um exemplo de modernismo brasileiro.

O Museu de Arte Moderna de São Paulo, obra de Oscar Niemeyer, é um exemplo de modernismo brasileiro.

O Museu de Arte Moderna de São Paulo, obra de Oscar Niemeyer, é um exemplo de modernismo brasileiro.

O Museu de Arte Moderna de São Paulo, obra de Oscar Niemeyer, é um exemplo de modernismo brasileiro.

O Museu de Arte Moderna de São Paulo, obra de Oscar Niemeyer, é um exemplo de modernismo brasileiro.

O Museu de Arte Moderna de São Paulo, obra de Oscar Niemeyer, é um exemplo de modernismo brasileiro.

O Museu de Arte Moderna de São Paulo, obra de Oscar Niemeyer, é um exemplo de modernismo brasileiro.

O Museu de Arte Moderna de São Paulo, obra de Oscar Niemeyer, é um exemplo de modernismo brasileiro.

O Museu de Arte Moderna de São Paulo, obra de Oscar Niemeyer, é um exemplo de modernismo brasileiro.

O Museu de Arte Moderna de São Paulo, obra de Oscar Niemeyer, é um exemplo de modernismo brasileiro.

O Museu de Arte Moderna de São Paulo, obra de Oscar Niemeyer, é um exemplo de modernismo brasileiro.

O Museu de Arte Moderna de São Paulo, obra de Oscar Niemeyer, é um exemplo de modernismo brasileiro.

O Museu de Arte Moderna de São Paulo, obra de Oscar Niemeyer, é um exemplo de modernismo brasileiro.

O Museu de Arte Moderna de São Paulo, obra de Oscar Niemeyer, é um exemplo de modernismo brasileiro.

O Museu de Arte Moderna de São Paulo, obra de Oscar Niemeyer, é um exemplo de modernismo brasileiro.

O Museu de Arte Moderna de São Paulo, obra de Oscar Niemeyer, é um exemplo de modernismo brasileiro.

O Museu de Arte Moderna de São Paulo, obra de Oscar Niemeyer, é um exemplo de modernismo brasileiro.

O Museu de Arte Moderna de São Paulo, obra de Oscar Niemeyer, é um exemplo de modernismo brasileiro.

O Museu de Arte Moderna de São Paulo, obra de Oscar Niemeyer, é um exemplo de modernismo brasileiro.

O Museu de Arte Moderna de São Paulo, obra de Oscar Niemeyer, é um exemplo de modernismo brasileiro.

O Museu de Arte Moderna de São Paulo, obra de Oscar Niemeyer, é um exemplo de modernismo brasileiro.

O Museu de Arte Moderna de São Paulo, obra de Oscar Niemeyer, é um exemplo de modernismo brasileiro.

O Museu de Arte Moderna de São Paulo, obra de Oscar Niemeyer, é um exemplo de modernismo brasileiro.

O Museu de Arte Moderna de São Paulo, obra de Oscar Niemeyer, é um exemplo de modernismo brasileiro.

O Museu de Arte Moderna de São Paulo, obra de Oscar Niemeyer, é um exemplo de modernismo brasileiro.

O Museu de Arte Moderna de São Paulo, obra de Oscar Niemeyer, é um exemplo de modernismo brasileiro.

O Museu de Arte Moderna de São Paulo, obra de Oscar Niemeyer, é um exemplo de modernismo brasileiro.

O Museu de Arte Moderna de São Paulo, obra de Oscar Niemeyer, é um exemplo de modernismo brasileiro.

O Museu de Arte Moderna de São Paulo, obra de Oscar Niemeyer, é um exemplo de modernismo brasileiro.

O Museu de Arte Moderna de São Paulo, obra de Oscar Niemeyer, é um exemplo de modernismo brasileiro.

O Museu de Arte Moderna de São Paulo, obra de Oscar Niemeyer, é um exemplo de modernismo brasileiro.

O Museu de Arte Moderna de São Paulo, obra de Oscar Niemeyer, é um exemplo de modernismo brasileiro.

O Museu de Arte Moderna de São Paulo, obra de Oscar Niemeyer, é um exemplo de modernismo brasileiro.

O Museu de Arte Moderna de São Paulo, obra de Oscar Niemeyer, é um exemplo de modernismo brasileiro.

O Museu de Arte Moderna de São Paulo, obra de Oscar Niemeyer, é um exemplo de modernismo brasileiro.

O Museu de Arte Moderna de São Paulo, obra de Oscar Niemeyer, é um exemplo de modernismo brasileiro.

existentes e por consequência criou lacunas no tecido urbano; existiu uma exploração descontrolada dos recursos, o que resultou em maior poluição; e por fim, muitos edifícios, principalmente de indole industrial, foram deixados ao abandono ou destruídos, resultando em estruturas devolutas que denigrem a imagem das cidades, ou levando ao desaparecimento de vários exemplares industriais significativos.¹⁴²

Essa destruição, captou a atenção de historiadores e investigadores para os testemunhos e edifícios da actividade industrial. Inicialmente na Grã-Bretanha, o berço da industrialização, e mais tarde em vários países Europeus e nos Estados Unidos, começou a existir maior atenção e preocupação com o património e a arqueologia industriais, a fim de proteger, preservar e estudar esses testemunhos. Assitiu-se à criação de associações, e à reutilização de edifícios industriais desactivados com programas museológicos e culturais.

Nas últimas décadas, de forma a responder à democratização do património e à necessidade de integração de testemunhos industriais nas leis do património cultural e urbano, a legislação internacional tem vindo a actualizar-se. Realizaram-se investigações, estudos e inventários, no âmbito da protecção de vestígios, e inúmeras organizações surgiram, no âmbito do património. Entre as quais, destaca-se a TICCIH, incorporada no ICOMOS, pela investigação, protecção e divulgação que tem efectuado a nível mundial.

A dificuldade de reconhecimento de edifícios industriais como património, prende-se principalmente pela falta de distanciamento temporal, comum noutros elementos considerados património, e pela própria natureza dos elementos, com função exclusivamente utilitária, estética específica e o estado obsolescente em que a maior parte das vezes se encontram. Existe, por isso, muitas vezes um comportamento negligente para com os testemunhos industriais, o que tende a dificultar a sua protecção e preservação.

Em Portugal, vários autores consideram que não se realizou uma revolução industrial, como noutros países da Europa, mas sim uma industrialização - tratando-se de uma designação mais neutra, e por isso, mais apropriada.¹⁴³ Ainda assim, Ferreira do Amaral ¹⁴⁴ adverte para o interesse em conhecer a industrialização em Portugal, mesmo que não tenha nada de especial para contar, pois, conta com inúmeros exemplos qualificados e já com significado histórico.¹⁴⁵

A desindustrialização começou a deixar marcas em todo o país a partir da década de 80, do século passado,¹⁴⁶ e em 1985, realiza-se a grande exposição Arqueologia Industrial: Um Mundo a Descobrir, um Mundo a Defender, na Central Tejo em Lisboa, no âmbito dos testemunhos e vestígios da indústria nacional. Esta exposição conduziu à realização do I Encontro Nacional sobre o Património Industrial, realizado em Lisboa, Coimbra e Guimarães, em 1986. Ao longo das últimas décadas, o património industrial foi ganhando lentamente importância no âmbito do património nacional, em particular no final do século XX e início do século XXI.

As estruturas e complexos industriais obsoletos são frequentemente relacionados com as problemáticas da cidade actual, a par com a estagnação e degradação de antigas áreas, e a densificação não planeada das periferias, o que resultou em espaços desconexos e sem função. Mas correspondem, ao mesmo tempo, a uma parte integrante de um conjunto urbano com valor histórico e apresentam elementos constituintes de uma imagem urbana com valor e significado. Os projectos que visam a recuperação e revalorização de edifícios devolutos, revelam-se um instrumento fundamental para a requalificação urbana. Estes espaços constituem áreas de oportunidade localizadas dentro ou próximo das cidades, onde são introduzidos novos equipamentos, como espaços culturais, de restauração, de hotelaria, e até habitação.¹⁴⁷

Estas transformações vão determinar a qualidade do espaço urbano e dar continuidade aos elementos construídos que constituem um elemento importante para a sociedade. Aproveitar uma preexistência permite dar continuidade à imagem da cidade, revalorizando o conjunto, que conta com valor histórico, social e de memória colectiva.

No território surgem edifícios industriais sob diversas formas, escalas e tipologias. A variedade de realidades obriga a diferentes soluções de intervenção e, cada caso tem características e condicionantes particulares que levam ao tipo de estratégia a adoptar.

Nas intervenções a edifícios industriais, e transversal a qualquer estratégia, o primeiro passo é a selecção das estruturas a manter, ou pelo contrário, a demolir. Esta decisão é de grande responsabilidade, pela importância inerente à escolha das referências do passado, que condicionarão o conhecimento para o futuro, a imagem da cidade e a memória colectiva. Torna-se por isso, essencial saber identificar e avaliar os elementos que se consideram singulares e importantes, pois nem todos são passíveis de serem conservados.¹⁴⁸ Sendo que o tipo de intervenção está directamente relacionado com a natureza do objecto, as suas potencialidades e condicionantes, considera-se pertinente a definição de alguns conceitos utilizados dentro da temática como reabilitação¹⁴⁹, revitalização¹⁵⁰ e reconversão.

A reabilitação urbana é um processo de transformação que compreende a execução de obras de conservação, recuperação e readaptação de edifícios e espaços urbanos. Tem como objectivo principal melhorar as condições de uso permitindo a habitabilidade, mas conservando o seu carácter, pois a aplicação deste conceito pressupõe o respeito pela arquitetura do edificado, no sentido de manter fachadas e coberturas. Complementarmente, o conceito de revitalização urbana, que tem implícito a alteração do uso dos espaços, define-se como um conjunto de operações que visam articular intervenções pontuais de edifícios com intervenções mais gerais, de carácter social, económico e cultural, de forma a promover a qualidade de vida nessas áreas degradadas. Através da sobreposição destes dois conceitos, e considerando uma perspectiva interventiva tanto na alteração do uso como na alteração das funções do edificado e do espaço público, surge o conceito de reconversão. Este é o conceito adoptado para a proposta de intervenção sobre a área de estudo, e por isso, a sua definição merece maior aproximação para uma melhor compreensão.

A reutilização ou reconversão de edifícios não industriais não é uma situação recente.¹⁵¹ As estruturas tendem a prolongar-se para além da função, e ao longo da história muitos edifícios receberam outras funções. A demolição era um processo custoso e a adaptação de edifícios existentes acontecia por questões práticas, como economia de tempo e dinheiro, mais do que pelo seu valor histórico ou patrimonial.

A evolução e expansão do conceito de património nas últimas décadas do século XX, permitiu que outros elementos e tipologias fossem abrangidas pelas acções de protecção e intervenção. Assim a reconversão deixou de ser uma acção exclusiva a edifícios históricos e passou a abranger mais estruturas, incluindo as de carácter industrial. Estas têm, tendencialmente, características que as tornam favoráveis a receber novas funções e, por isso, são facilmente reconvertidas – construção sólida, sóbria e de fácil manutenção, adaptáveis às novas normas de utilização e versatilidade no tipo de uso, quer seja público, ou privado.

O programa escolhido deve resultar de uma investigação sobre a história do lugar e a envolvente urbana, resultando na escolha mais adequada para cada caso. Desta forma será possível garantir o sucesso da reconversão e não colocar em risco os valores do edifício original.

Inicialmente, em Portugal, o mais frequente era a criação de museus em antigos edifícios fabris, focados principalmente nas histórias das empresas e nas actividades industriais aí exercidas. Desta forma, era possível perpetuar a memória colectiva do lugar e preservar o espólio recolhido. Hoje observam-se, por todo o país, inúmeras estruturas industriais apropriadas para a criação de espaços museológicos e culturais, mas também se encontram alguns exemplares de habitação, educação, restauração, comerciais e de lazer, entre outros serviços.

As cartas e convenções sobre o património arquitectónico referem-se com maior detalhe a outros tipos de intervenção, como a reabilitação ou restauro, pelo que o conceito de reconversão não apresenta ainda, directrizes tão rigorosas. Assim, as soluções encontradas não reúnem consenso, existindo uma diversidade considerável de respostas que variam com as escolhas adoptadas pelos arquitectos de cada projecto. Para Françoise Choay a prática da reconversão deve ser objecto de uma pedagogia especial, que deriva do bom senso e da sensibilidade inscrita nas tradições urbanas e nos comportamentos patrimoniais.¹⁵²

Assim, a reconversão deve respeitar o edifício, os espaços e a materialidade, bem como a envolvente, pelo privilégio e responsabilidade que existe ao trabalhar em lugares com história, memória e identidade.

Interessa analisar edifícios que tenham sido alvo de reconversões, independentemente do programa ou processo de intervenção, pois, interessa entender diferentes transformações, no plano formal, tipológico, material e estético, de forma a que diferentes soluções possam servir de referência à reconversão que se propõem para os edifícios da Quinta da Arealva.

Onde outrora funcionara uma fábrica, construída em 1938, pela empresa alemã Mauser & Cia Ltda., para a produção de tambores e mais tarde de frigoríficos, surge em 1982 um novo lugar na cidade de São Paulo. Um novo Centro Cultural e Desportivo, um espaço catalisador de encontros, um projecto que mudou a vida social e cultural da cidade e do país.

Em 1976, Lina Bo Bardi entra pela primeira vez na antiga fábrica, no coração de Pompeia – um bairro operário, perto do centro da cidade. A convite do SESC¹⁵³, que havia adquirido o imóvel anos antes, a arquitecta foi contratada para realizar o projecto – SESC Fábrica da Pompeia.

Se a proposta inicial, ainda antes de Lina Bo Bardi assumir a obra, era de demolir toda a fábrica, depois da sensibilização para a sua reutilização, uma vez que é um exemplar único da América Latina de François Hennebique¹⁵⁴, o SESC resolve manter a velha fábrica e reconvertê-la para novas funções. Assim os elementos originais do local foram preservados, e para a arquitecta não fazia sentido de outra forma, pois, são elementos da industrialização de São Paulo e do Brasil.

A reconversão de Lina Bo Bardi parte da premissa da recuperação e manutenção da antiga fábrica, mas a partir de uma perspectiva contemporânea. Se por um lado preserva antigos elementos, por outro faz chamar a atenção para novos conceitos como a democratização dos espaços. Para a arquitecta os espaços deveriam ser democráticos, realizados com materiais resistentes e de fácil manutenção.

O conjunto é composto por três volumes prismáticos de betão armado, dois deles ligados por passerelles, armazéns em tijolos de barro, e um grande deck. Os armazéns albergam o programa cultural, com espaços como ateliers de pintura, cerâmica e tipografia, laboratórios de fotografia, estúdios de música, teatro, biblioteca, salas de exposição, administração e restaurante. Dois dos edifícios em betão contêm o programa desportivo, contando com espaços como piscina, ginásio, salas de ginástica, lutas e danças. O terceiro volume em betão é uma torre projectada com 70 metros de altura para ser a caixa-d'água do centro, e está no lugar da antiga chaminé da fábrica, já destruída. Muitas outras soluções técnicas e construtivas podiam ser enumeradas, mas interessa destacar a marca social e cultural que o edifício deixou na arquitectura e nas pessoas. Mais de trinta anos depois, o SESC continua a contribuir para a vida em comunidade, para a socialização, para a cultura e para processos de aprendizagem que estimulam a cidadania, para além dos paralelepípedos e tijolos que fazem parte da memória colectiva e afectiva da cidade.

Na margem do rio Manzanares, no princípio do século XX, foi construído pelo arquitecto Luis Bellido, o Matadouro e Mercado Municipal de Gado de Madrid. Em 1996 o complexo deixou de ter as funções para as quais foi concebido, e depois de um conjunto de reconversões, tornou-se o que conhecemos hoje - Matadero Madrid. Centro de Criação Contemporânea.

Em 2005, sob a direcção de Artes da Câmara Municipal de Madrid, foi concedida a autorização para o aproveitamento do complexo como espaço cultural. Iniciaram-se os trabalhos dos novos projectos, tendo como premissa fundamental a preservação arquitectónica do exterior dos armazéns, e a reversibilidade da obra executada. As intervenções mantêm os vestígios do passado e que reforça o carácter experimental das novas propostas, processo esse que tem atraído interesse e sido reconhecido. Em 2012 dois dos edifícios – a Nave de Música e a Nave 16 - foram finalistas dos prémios FAD de

Arquitectura. Após a visita do júri, numa decisão inédita, decidiram reconhecer colectivamente a obra de todos os arquitectos que participaram do processo de reconversão dos diferentes edifícios.

A Nave 16, inaugurada em 2011 com um projecto dos arquitectos Alejandro Virseda, José Ignacio Carnicero e Ignacio Vila Almazán, transformou o armazém num grande espaço de exposição versátil e polivalente. Através de grandes portas de aço, o espaço pode ser a maior sala de exposições de Madrid, ou pelo contrário, quando se encontram fechadas, torna-se num conjunto de espaços menores e independentes, permitindo a programação simultânea de diferentes conteúdos: projecções, exposições, workshops, palestras, performances, e actividades sociais. As portas que garantem a versatilidade do espaço, também permitem diferentes iluminações de acordo com o ambiente exigido para as diferentes actividades a desenvolver. O material utilizado para as portas e outros elementos, o aço, contrasta com o tijolo maciço da nave, o que evoca a estética industrial como pano de fundo para as novas funções. A conjugação dos vários factores, escala, localização, qualidade espacial e construtiva, permitem que o Matadero Madrid, se torne um verdadeiro laboratório de intervenções contemporâneas sobre o Património Industrial. O posicionamento alternativo e fora dos modelos convencionais contribui para que a imagem da cidade seja melhorada e reforçada.

A Central Tejo foi construída em 1908, em terrenos da zona ribeirinha de Lisboa, e a sua construção ficou a cargo da empresa Vieillard & Touzet. No mesmo local viria a ser sucessivamente ampliada e reedificada, para ser, durante mais de três décadas, a maior central de produção de energia eléctrica do país, que forneceu electricidade à cidade de Lisboa e todo o seu distrito. Abriu ao público pela primeira vez em 1990, como Museu da Electricidade, mas é depois das obras de 2001 que se torna no museu que conhecemos hoje.

Exemplar único da arqueologia industrial da primeira metade do século XX, funcionou ininterruptamente até cerca de 1951, e até 1972 como central de reserva, servindo apenas para complementar a oferta das centrais hidro-eléctricas. Em 1974 foi desclassificada e encerrada, saindo do sistema produtivo, e em 1976 integrada na nova empresa EDP, aquando da sua formação. Em 1985 teve lugar a sua primeira exposição: Arqueologia Industrial: Um Mundo a Descobrir, um Mundo a Defender - onde era possível visitar toda a estrutura e maquinaria ainda em bom estado de conservação. Em 1986 é classificado como Imóvel de Interesse Público, e é nessa altura que começam os trabalhos para o futuro museu.

Nas operações de reconversão foram preservados todos os equipamentos e mecanismos industriais. Desde o início que se fez por manter as máquinas e instrumentos no bom estado de conservação em que se encontravam, de forma a que estes elementos pudessem potenciar o lado didáctico e educativo do museu, percorrendo a história desde que a electricidade surge até à forma como era produzida e distribuída através daquela central.

Uma das antigas Salas das Caldeiras já tinha sido anteriormente desmantelada, e esse amplo espaço vazio foi aproveitado para exposições temporárias. Para além deste, foram associadas outras tipologias de espaço, como restaurante, espaço educativo, exposições permanentes alusivas à electricidade, e num espaço exterior, uma nova construção com instalações sanitárias e cacifos. Estes permitem uma multiplicidade de funções dentro do edifício e acrescenta dinâmicas diferentes ao museu.

Hoje os edifícios continuam a destacar-se pela sua arquitectura, tanto na forma e volumetria, como pela utilização plástica dos materiais, o ferro, o vidro e o tijolo vermelho, de indiscutível modernidade e com grande impacto urbano. E a sua base industrial é palco para um dos polos museológicos mais visitados em todo o país, em particular pela comunidade escolar.

Os projectos apresentados permitem entender que qualquer intervenção sobre património industrial deve assentar sobre um estudo aprofundado dos diversos elementos de valor, tanto históricos, como documentais ou poéticos. A partir da história do lugar e da leitura do estado actual é possível encontrar factos relevantes que interferem directamente com as opções de projecto. Como por exemplo, o que deve ser recuperado ou demolido, tanto a nível da estrutura edificada como de elementos decorativos; qual o programa adequado ao edifício respeitando a memória deste, e necessário ao espaço envolvente contribuindo para uma melhor cidade; e quais os materiais a adoptar, consoante a intenção de projecto, considerando sempre a premissa de respeito pela preexistência. Cada referência apresenta diferentes aspectos de intervenção, que contribuem directa ou indirectamente para a interpretação e forma de pensar, em relação a questões idênticas às dos edifícios da Quinta da Arealva.

¹³⁸ TICCIH, *Carta de Nizhny Tagil sobre o património industrial*, p. 1.

¹³⁹ *idem*, p. 2.

¹⁴⁰ José Amado Mendes, *Industrialização e património industrial: desenvolvimento e cultura*, p. 2.

¹⁴¹ *idem*, p. 1.

¹⁴² Em 1961, Euston Station, uma das primeiras estações londrinas do caminho de ferro foi demolida.

¹⁴³ José Amado Mendes, *op. cit.*, p. 4.

¹⁴⁴ Jorge Custódio, *A indústria portuguesa época do Movimento moderno, 1925-1965*, p. 14: "A industrialização de Portugal não tem nada de especial para contar, mas tal não diminui, eventualmente, o possível interesse em conhecê-la."

¹⁴⁵ José Manuel Fernandes, *Arquitectura e Indústria em Portugal no século XX*, p. 7.

¹⁴⁶ Eugénia Santos e Madalena Cunha Matos, *Estruturas Industriais Correntes em Desuso - Reutilização ou Ruína?*, p. 307.

¹⁴⁷ Álvaro Domingues, *Património Industrial e Requalificação Urbana*, p. 126.

¹⁴⁸ Victoria Rabal Merola, *Reflexiones sobre la rehabilitación y musealización de los espacios industriales*, p. 38.

¹⁴⁹ DGOTDU, *Vocabulário do Ordenamento do Território*, p. 153.

¹⁵⁰ *idem*, pp. 153-154

¹⁵¹ Eugénia Santos e Madalena Cunha Matos, *op. cit.*, p. 307.

¹⁵² Françoise Choay, *Alegoria do património*, p. 236.

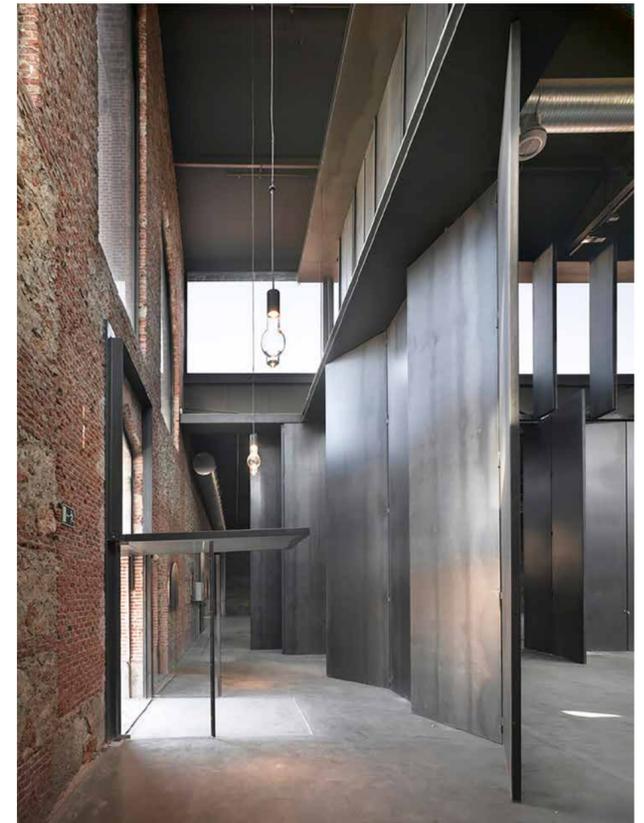
¹⁵³ SESC - Serviço Social do Comércio, entidade local responsável pela cultura.

¹⁵⁴ Engenheiro e construtor, pioneiro na utilização do betão armado.

Nota: a análise dos projectos é sustentada na leitura das memórias descritivas e elementos gráficos disponíveis nos sites de cada atelier ou arquitecto responsável, referenciados na bibliografia.



35 SESC Pompeia



36 Nave 16



37 Central Tejo

3.1 O Espaço Público

3.1.1 O Espaço Público e a Cidade

“O espaço público é o local onde as pessoas se encontram, onde se sentam, onde conversam. É onde se fazem as manifestações e as procissões, as grandes festas e os funerais, é onde se expressam colectivamente as grandes alegrias e as grandes dores. Vendo bem, o espaço público é a essência da cidade e é através dele que ela é representada.”¹⁵⁵

Os espaços públicos são, através da forma, imagem e significado, a essência da cidade. Estes são espaços de representação e identificação social, para lazer, que devem ser sempre de utilização livre, e, portanto, acessível a todos, em qualquer momento e para desenvolver qualquer actividade.

A evolução lenta e progressiva das cidades tradicionais possibilitou a adaptação entre as necessidades e as funções da cidade. Deste tipo de processos surgiram espaços públicos que ainda hoje oferecem condições para a vida urbana.¹⁵⁶ No final do século XIX, a súbita evolução industrial alterou o modo de vida, e o espaço público começou a ser palco de incompatibilização entre os usos fundamentais, de encontro, troca e circulação, e o aparecimento de novos modelos de tráfego, comércio e comunicação. No fim do século XX começa a assistir-se ao retorno dos espaços públicos como peça central nos projectos urbanos, dada a percepção que finalmente se ganha em relação ao valor e importância destes espaços para a coesão material e social da cidade.¹⁵⁷

Das diferentes tipologias de espaço público, interessa abordar a praça, pois este é o tipo adoptado para a proposta de intervenção.

“Se a rua é o lugar de circulação, a praça é o lugar intencional do encontro, da permanência, dos acontecimentos, de práticas sociais, de manifestações de vida urbana e comunitária e de prestígio.”¹⁵⁸

A praça funciona como centro de vivências urbanas, com um papel muito importante nos aglomerados urbanos, ao longo dos tempos. Na sua tradição é, por excelência, um espaço de implantação de edifícios importantes, como igrejas, paços do concelho e palácios, apresentando-se ainda como o sítio privilegiado para o comércio e serviços de prestígio.

Hoje a praça contemporânea não tem, na maior parte dos casos, uma função específica ou um edifício como referência. A finalidade principal é a de construir um lugar de encontro e socialização. O objecto do projecto é a praça em si mesma, como um espaço unificado e definido por meio do desenho, onde o pavimento ganha um grande protagonismo.

“Porque o pavimento – base e elemento de ligação de todo o tecido urbano – é um dos factores essenciais do equipamento dos seus espaços. Do traçado, dos materiais utilizados, da textura, da cor, do desenho, depende a sua eficácia, estética e psicologia.”¹⁵⁹

O pavimento é, para além do elemento de ligação da estrutura urbana, o suporte de toda a vida urbana, que deve dar resposta às várias solicitações e exigências, através de um conjunto de retalhos, mais ou menos fluidos, que devem relacionar-se com todo e qualquer uso a que se destine o espaço.

3.2 O Espaço Privado

3.2.1 O Espaço Privado e a Cidade

Diferenciar os percursos entre o pedonal e o ciclável, desenhar caleiras para o escoamento da água ou construir umas escadas que permitem vencer um desnível da topografia, são algumas alterações que os pavimentos sofrem de forma a que se adequem aos requisitos impostos. Desta forma, é possível ornamentar como resultado de funções práticas.

O pavimento como elemento visual do espaço urbano permite tornar a escala mais humana, potenciar o movimento ou a permanência, e aumentar o interesse através da introdução de elementos atractivos por si só. Pode ainda ser usado como meio de comunicação com o utilizador, transmitindo informações importantes, como prioridades ou variações no tipo de uso, através da rugosidade, ou a existência de sinalética. Como elemento simbólico, o pavimento também transmite informação e conhecimento, mas de um momento da história, ou sobre o passado do lugar. Estes podem ser mais ou menos abstractos.

Datam da pré-história os vestígios encontrados dos primeiros pavimentos. Geralmente muito simples, com o intuito de facilitar a circulação, consistiam em pedras colocadas de forma alinhada, sobretudo em zonas lamacentas ou terrenos alagáveis.¹⁶⁰

Os romanos criaram e consolidaram uma vasta rede viária apesar dos rios e mares continuarem a ser as principais vias de comunicação, os percursos terrestres para além de desenvolverem melhor as suas actividades comerciais, permitiam deslocar os exércitos rapidamente de um lado para o outro, o que assegurava o controlo e o domínio sobre os seus territórios.¹⁶¹

A utilização do pavimento para cobrir o solo começou por questões funcionais, como facilitar percursos, ou pavimentar lugares importantes das cidades, e espaços nobres, evitando assim os inconvenientes do solo, como a lama e o pó.¹⁶²

No entanto, no século XVII, começa a surgir a necessidade de adicionar valor simbólico aos elementos do espaço público, e os pavimentos adquirem outros valores para além da sua função inicial, principalmente nos espaços de maior importância. Os pavimentos deixam de ser elementos neutros e subtis, para desempenhar um papel importante na essência do lugar, um papel de representação, passando a ser considerados elementos visuais e simbólicos.

Se até esta data, apenas os espaços importantes eram pavimentados, no século XVIII assiste-se a uma grande mudança no modo de vida, com o aumento considerável de tráfego pedonal e de carruagens na cidade resultante do crescimento da actividade comercial.¹⁶³

A invenção do automóvel criou uma barreira ainda maior e introduziu novas exigências ao pavimento. Ainda assim, é a evolução tecnológica e as grandes alterações que esta introduz nos modos de vida, que acaba por alterar por completo a essência da cidade. Se até então a base de suporte ao encontro e à socialização eram os espaços públicos, com o aparecimento de uma vida urbana virtual, os espaços urbanos são cada vez menos, e cada vez mais descaracterizados, perdendo assim a identidade dos lugares.

3.3 O Espaço Público e o Espaço Privado

3.3.1 O Espaço Público e o Espaço Privado

Os avanços tecnológicos, através dos sistemas mecanizados, também contribuíram para a homogeneização dos espaços. Dada a eficácia e rapidez, estes processos substituíram os realizados artesanalmente, e cada vez são menos os exemplos de tipologias tradicionais.

Interessa por isso destacar a Calçada Portuguesa, uma das tipologias tradicionais que transcendem a sua função utilitária, atendendo aos seus respectivos elementos decorativos que tem um grande valor patrimonial.¹⁶⁴

“A Calçada Portuguesa é uma actividade com história e tradição.”¹⁶⁵

Nas cidades de Lisboa e Porto, no reinado de D. João II, a abundância e o luxo trazidos pela rentabilidade comercial abrem caminho a uma nova sociedade. Esta, com maior capacidade económica, levou à criação das chamadas “Ruas Novas” junto às áreas ribeirinhas, onde se encontravam as grandes fortunas e as lojas de mercadorias.¹⁶⁶

Portugal acompanhou a evolução do resto da Europa, dada a preocupação da cidade burguesa com o pavimento como um contributo para o bem-estar. E lentamente as ruas foram sendo pavimentadas, em particular, nas ocasiões importantes e espaços especiais.

Depois do terramoto de 1755, o pavimento começa a ganhar consistência e extensão em Lisboa, principalmente devido ao grande projecto de recuperação, na reconstrução de edifícios, na abertura de novas ruas e na recuperação de antigas.¹⁶⁷

A grande revolução ao nível de pavimentos em Portugal deu-se no séc. XIX, com o aparecimento da que viria a ser reconhecida como Calçada Portuguesa. O seu grande impulsor foi o governador do Castelo de S. Jorge entre 1840 e 1846, Tenente-General Eusébio Furtado, que transformou o castelo e arredores em espaços de passeio com flores, arvoredos e calçada mosaico. Depois de reconhecido o seu trabalho, prosseguiu para novas iniciativas de carácter paisagístico com uso da calçada mosaico, como a Praça do Rossio, onde foi introduzido o padrão designado “Mar Largo” como homenagem aos descobrimentos portugueses.¹⁶⁸

No início do século XX surge assim a Calçada Portuguesa, provavelmente a maior contribuição do nosso país no processo de caracterização dos espaços urbanos.¹⁶⁹

Apesar dos custos de manutenção e equipamentos para a extracção da pedra, que alguns consideram problemático, nos últimos 25 anos a Calçada Portuguesa tem sido uma técnica muito utilizada nacional e internacionalmente, tanto com desenhos mais tradicionais, como com texturas e padrões mais contemporâneos, desenhados por designers e artistas.

3.4 O Espaço Público e o Espaço Privado

3.4.1 O Espaço Público e o Espaço Privado

A análise desta escala recai sobre o espaço público, em particular a tipologia da praça, e sobre o pavimento, em especial a Calçada Portuguesa. Interessa por isso analisar, praças e espaços pavimentados com calçada, de forma a entender soluções técnicas e materiais, como referência para a praça que se propõem na Quinta da Arealva.

3.4.2 O Espaço Público e o Espaço Privado

A análise desta escala recai sobre o espaço público, em particular a tipologia da praça, e sobre o pavimento, em especial a Calçada Portuguesa. Interessa por isso analisar, praças e espaços pavimentados com calçada, de forma a entender soluções técnicas e materiais, como referência para a praça que se propõem na Quinta da Arealva.

3.4.3 O Espaço Público e o Espaço Privado

A análise desta escala recai sobre o espaço público, em particular a tipologia da praça, e sobre o pavimento, em especial a Calçada Portuguesa. Interessa por isso analisar, praças e espaços pavimentados com calçada, de forma a entender soluções técnicas e materiais, como referência para a praça que se propõem na Quinta da Arealva.

3.4.4 O Espaço Público e o Espaço Privado

A análise desta escala recai sobre o espaço público, em particular a tipologia da praça, e sobre o pavimento, em especial a Calçada Portuguesa. Interessa por isso analisar, praças e espaços pavimentados com calçada, de forma a entender soluções técnicas e materiais, como referência para a praça que se propõem na Quinta da Arealva.

A análise desta escala recai sobre o espaço público, em particular a tipologia da praça, e sobre o pavimento, em especial a Calçada Portuguesa. Interessa por isso analisar, praças e espaços pavimentados com calçada, de forma a entender soluções técnicas e materiais, como referência para a praça que se propõem na Quinta da Arealva.

3.4.5 O Espaço Público e o Espaço Privado

A análise desta escala recai sobre o espaço público, em particular a tipologia da praça, e sobre o pavimento, em especial a Calçada Portuguesa. Interessa por isso analisar, praças e espaços pavimentados com calçada, de forma a entender soluções técnicas e materiais, como referência para a praça que se propõem na Quinta da Arealva.

3.4.6 O Espaço Público e o Espaço Privado

A análise desta escala recai sobre o espaço público, em particular a tipologia da praça, e sobre o pavimento, em especial a Calçada Portuguesa. Interessa por isso analisar, praças e espaços pavimentados com calçada, de forma a entender soluções técnicas e materiais, como referência para a praça que se propõem na Quinta da Arealva.

3.4.7 O Espaço Público e o Espaço Privado

A análise desta escala recai sobre o espaço público, em particular a tipologia da praça, e sobre o pavimento, em especial a Calçada Portuguesa. Interessa por isso analisar, praças e espaços pavimentados com calçada, de forma a entender soluções técnicas e materiais, como referência para a praça que se propõem na Quinta da Arealva.

3.4.8 O Espaço Público e o Espaço Privado

A análise desta escala recai sobre o espaço público, em particular a tipologia da praça, e sobre o pavimento, em especial a Calçada Portuguesa. Interessa por isso analisar, praças e espaços pavimentados com calçada, de forma a entender soluções técnicas e materiais, como referência para a praça que se propõem na Quinta da Arealva.

3.4.9 O Espaço Público e o Espaço Privado

A análise desta escala recai sobre o espaço público, em particular a tipologia da praça, e sobre o pavimento, em especial a Calçada Portuguesa. Interessa por isso analisar, praças e espaços pavimentados com calçada, de forma a entender soluções técnicas e materiais, como referência para a praça que se propõem na Quinta da Arealva.

No centro de Rabat, capital de Marrocos, em 2007, surge uma nova praça que cria um espaço público de encontro e partilha, que incentiva e promove os eventos urbanos e culturais, tanto planeados como espontâneos.

A Place Pietri ocupa hoje o que era um espaço residual circunscrito a quatro estradas. Um espaço confuso e sem interesse tornou-se num novo espaço para a cidade e para as pessoas.

Os arquitectos Ouallalou+Choi optaram por rebaixar a praça, e reconectar dois dos lados da praça às vias pedestres, criando assim um grande espaço de estar urbano para actividades públicas, protegido da confusão das ruas movimentadas. A entrada principal, numa das laterais, consiste numa estrutura de escada que confere à praça a ideia de auditório ao ar livre, e integrada nesta está uma rampa, concedendo à praça a principal premissa de intervenção em espaço público, a acessibilidade de todos, numa utilização livre e democrática. Estes factores ajudam a criar um espaço público de qualidade.

A materialidade, granito local, reforça a ideia de que o projecto é esculpido na paisagem e não um edifício construído.

Em 1905 era pavimentada a famosíssima calçada de Copacabana, com pedras e mão-de-obra de Portugal, com o padrão “Mar Largo” feito em 1848 na Praça do Rossio pelo Tenente-General Eusébio Furtado.

Perpendiculares à praia e menos sinuosas do que são hoje, permaneceram assim até ao início dos anos 30 quando, devido a uma ressaca que destruiu todo o pavimento a calçada teve de ser refeita, mas com as ondas paralelas ao mar.

Na década de 70 o passeio de Copacabana foi reformulado com um projecto do arquitecto paisagista e artista plástico Roberto Burle Marx. A obra incluiu um aterro hidráulico, ampliando as faixas para veículos, o calçada e o areal.

O projecto preservou as ondas em pedra portuguesa, paralelas ao mar, mas com uma pequena alteração, as curvas foram acentuadas. No espaço central da avenida e junto aos edifícios, Burle Marx optou por inovar na pavimentação, e fazendo uso das pedras portuguesas com três cores, desenhou as composições plásticas características do seu trabalho. E assim, com desenhos contemporâneos, tornou-se no espaço que conhecemos hoje.

Na Baixa Pombalina, a Praça do Município, palco da proclamação da república em 1910, tem desde 1997 no pavimento um desenho geométrico da autoria do pintor Eduardo Nery. A praça teve até então, para além de outros nomes, também outros pavimentos.

O artista plástico e pintor quis criar um padrão de triângulos, rectângulos e quadrados, de forma a que se parecesse com um longo “tapete” homogéneo, que se estendesse a todas as áreas, com o intuito de organizar plasticamente o espaço urbano, concedendo-lhe a máxima unidade interna. Procurou também resolver a ideia de centro bem definido, reforçando assim o pelourinho que sempre esteve no centro da praça. Para tal, criou um desenho circular dividido em triângulos semelhantes ao da restante área, garantindo assim a unidade no desenho global do pavimento que idealizou. O padrão tem o nome de Espinhado, e é um dos diferentes tipos de assentamento decorativo na arte da calçada.

As referências evidenciam a necessidade de desenhar espaços públicos que respeitem a premissa principal, a utilização livre e acessível a todos. Bem como a importância da escolha do material e a sua aplicação, permitindo que o pavimento ganhe carácter simbólico ou visual. Cada projecto conta com pormenores que contribuem para enriquecer o conhecimento sobre o tema – a materialidade do espaço, o que contribui para o desenho da praça e do pavimento propostos para a Quinta da Arealva.

¹⁵⁵ Manuel Salgado, *Espaços Públicos*, p. 90.

¹⁵⁶ Jan Gehl e Lars Gemzoe, *Novos Espaços Urbanos*.

¹⁵⁷ Alexandra Castro, *Espaços Públicos, Coexistência Social e Cívildade: Contributos para uma Reflexão sobre os Espaços Públicos Urbanos*, pp. 53-67.

¹⁵⁸ José M. Ressano Garcia Lamas, *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*, p. 102.

¹⁵⁹ Francisco K. Amaral e José Santa-Bárbara, *Mobiliário dos Espaços Urbanos em Portugal*, p. 76.

¹⁶⁰ J. Paulino Pereira, *O Pavimento e sua Evolução*, p. 14.

¹⁶¹ *idem*, p. 15.

¹⁶² Antoni Remesar, *Do Projecto ao Objecto: Manual de Boas Práticas de Mobiliário Urbano em Centros Históricos*, p. 25.

¹⁶³ *idem*, p. 30.

¹⁶⁴ Francisco K. Amaral e José Santa-Bárbara, *op. cit.*, p. 76.

¹⁶⁵ António Henriques, António Moura e Francisco Santos, *Manual da Calçada Portuguesa*, p. 14.

¹⁶⁶ *idem*, p.13.

¹⁶⁷ *ibidem*.

¹⁶⁸ *idem*, p. 14.

¹⁶⁹ Francisco K. Amaral e José Santa-Bárbara, *op. cit.*, p. 76.

Nota: a análise dos projectos é sustentada na leitura das memórias descritivas e elementos gráficos disponíveis nos sites de cada atelier ou arquitecto responsável, referenciados na bibliografia.



39 Place Pietri



40 Calçada de Copacabana



41 Praça do Município

UM PROJECTO ENTRE A ARRIBA E O RIO

A intenção do presente subcapítulo passa pela reflexão e resposta às questões levantadas dada a situação devoluta em que se encontra o conjunto da Quinta da Arealva, através da formulação de uma hipótese de projecto, considerando os conceitos e referências apresentados anteriormente.

Num avançado estado de degradação e obsolescência, a Quinta da Arealva perdeu a sua identidade e tornou-se um obstáculo na frente ribeirinha, o que impossibilita a relação entre a cidade e o rio bem como a continuidade do passeio ribeirinho. Este sítio constitui, a par com os restantes sítios da Frente Ribeirinha, uma primeira imagem da cidade de Almada. Em contacto com o Tejo e voltado para Lisboa. O estado actual deste lugar revela desprezo por uma importante parte da cidade, desvalorizando a importância que este teve na construção da cidade e negando a possibilidade do usufruto destes sítios às pessoas. Torna-se evidente a necessidade de devolver significado a este lugar por meio de intervenções nos sítios que o constituem, desde Cacilhas à Quinta da Arealva e devem ser restabelecidas relações com o território e ligações com a população, contrariando o estado actual.

No caso concreto da Quinta da Arealva – objecto de estudo escolhido, tendo em consideração a investigação apresentada no capítulo *02 O Lugar*, é urgente a reconversão do conjunto e do espaço envolvente, dotando o sítio de valências que devolvam habitabilidade, que confirmem uma nova identidade, e que permitam novos ambientes e vivências. A valorização do conjunto deve assentar na interpretação crítica e analítica do existente. E deve ser conduzida tendo em consideração a salvaguarda do património e a sua conservação, de forma a perpetuar a memória da Arealva nas gerações futuras. A revitalização do sítio deve, para além de revelar o seu potencial, permitir a descoberta do espaço e do património que, com usos e apropriações diferentes, deve respeitar o conjunto apesar das necessidades actuais. A intervenção principal, na frente ribeirinha, procura o desenho de um novo limite, que permite a concepção de um espaço público, de um vazio urbano, de uma praça ampla voltada ao rio, para usufruto das pessoas. Da intervenção menos intrusiva nos edifícios, pretende-se a reconversão dos espaços com respeito pelo património, para um novo uso de índole cultural relacionado com a história do sítio.

Um novo espaço na frente ribeirinha, um espaço público para a cidade, que oferece às pessoas a possibilidade de usufruir da relação com o rio. Um edifício recuperado, que recupera o património e a história da Arealva. Um programa de diversos domínios, através da polivalência de usos no edifício e no espaço envolvente. Um lugar estratégico, potenciador de inúmeras actividades fundamentais para o quotidiano da cidade actual e para o seu futuro. Um património resgatado, que devolve vida ao sítio, requalifica o lugar e melhora a cidade.

Este subcapítulo apresenta primeiramente a estratégia, a implantação e o programa, que devem responder de forma sumária às questões: como, onde e o quê sobre a hipótese de proposta apresentada, definindo assim um fio condutor que assente no conhecimento anterior, permite a orientação e concepção do projecto. De seguida a formulação do projecto apresenta-se a três escalas de aproximação – o conjunto, os edifícios e a materialidade.

Nesse sentido, considerando uma aproximação gradual, a linha de pensamento tenta seguir a lógica de entendimento de um projecto de arquitectura, de fora para dentro, introduzindo o conjunto da quinta, e a sua relação com a cidade e com o rio, focando posteriormente nos edifícios principais e no seu programa, acabando por rematar na praça e na sua materialidade. Cada escala é sustentada pela parte teórica apresentada anteriormente em *Conceitos e Referências*. Assim, o *redesenho da frente de água* serve de base ao projecto numa primeira fase de desenho, mais geral e distante; a *reconversão do edifício* auxilia numa aproximação aos edifícios e à forma de intervir considerando um novo programa; e por fim, a *materialidade do espaço* que serve para uma maior aproximação, e por consequência uma ideia mais concreta, do espaço construído, em particular o desenho do pavimento da praça

A proposta surge como um elemento entre a arriba e o rio que usufrui do espaço da quinta e da envolvente, com vista para o Tejo e para a cidade de Lisboa.



42 Quinta da Arealva, entre a arriba e o rio

ESTRATÉGIA

Ao longo do presente trabalho de profunda análise ao território, que conduziu à escolha de um lugar também este analisado, de forma a contextualizar o sítio, onde se entende o objecto de estudo através da evolução histórica e morfológica, foram levantadas questões e problemáticas que se pretende ter em consideração na formulação da hipótese de projecto. Partindo dessa premissa, a intervenção é responsável por restabelecer a relação da Quinta da Arealva com o rio e com a cidade, consequentemente devolver o rio à cidade e às pessoas, permitindo a continuidade do percurso ribeirinho, e ainda devolver ao edifício valor e significado através de uma transformação pontual que beneficie as necessidades actuais.

A partir da análise ao espaço construído, considerando as suas características e relações, foi possível compreender os edifícios e estruturas existentes que contêm qualidades arquitectónicas, ou não, e por isso, quais os que devem ser mantidos e reapropriados, ou pelo contrário, demolidos. Os edifícios que pertencem à traça original da quinta, devem ser reconvertidos, o seu programa deve ser reestruturado pois as funções que serviam já não servem, mas ainda assim, devem ser conservadas as suas características principais. Por outro lado, os edifícios que foram construídos à posteriori, devem ser retirados. Esses para além de comprometerem a leitura da estrutura principal da quinta, retirando as qualidades implícitas numa estrutura que define uma quinta de recreio, são edifícios de fraca construção, sem qualidade espacial e construídos com materiais pobres, encontrando-se por isso, num avançado estado de degradação.

Numa primeira fase, retiram-se alguns edifícios e estruturas, o que resulta numa linha de costa desajustada, sem relação com a estrutura construída ou com o rio, gerando um espaço disforme e incapaz de responder a novas exigências. Torna-se evidente a necessidade de redesenhar a linha que define a frente de água, que desenha o novo espaço de cais, que define o espaço exterior entre o edifício e o rio, a linha que estabelece a relação entre a terra e a água. Este novo limite possibilita o desenho de um novo espaço, vazio e versátil, capaz de albergar qualquer actividade, bem como amplo e aberto, numa relação directa com o rio, capaz de o devolver à cidade e às pessoas. Este novo limite deve por isso, reconquistar a relação da estrutura construída da quinta com o rio, e ser gerador de espaço público.

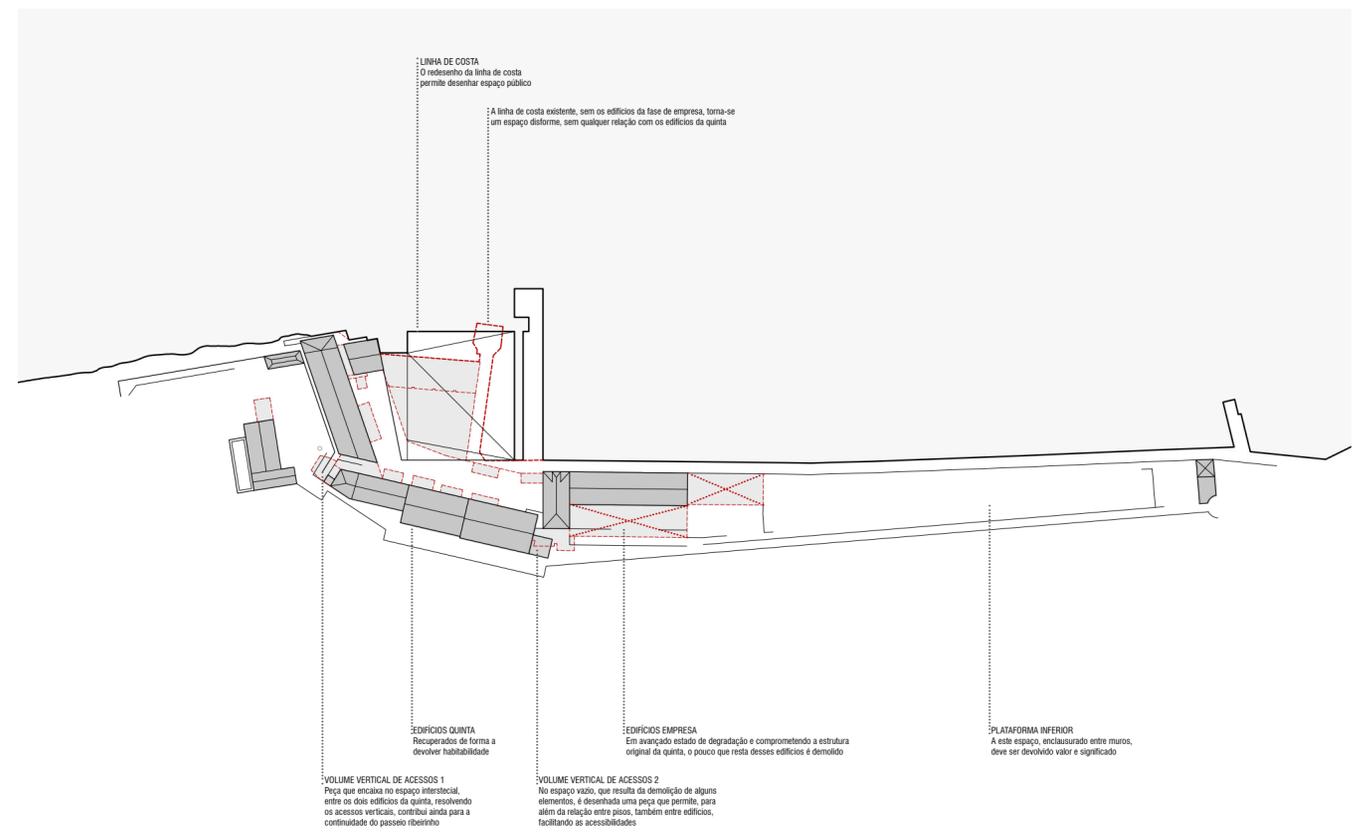
Num segundo momento é necessário entender a estrutura construída da quinta, os edifícios preexistentes e os muros, bem como os percursos existentes e os antigos espaços verdes. Desta forma, entende-se a possibilidade de intervir de forma pontual e consciente, procurando recuperar e fortalecer a essência dos espaços e dos edifícios no conjunto, com um programa adaptado que respeite e se aproxime da história do lugar.

Nos espaços exteriores, encontra-se a necessidade de devolver qualidade paisagista. Nos espaços verdes é necessário introduzir espécies locais e espaços de sombra, que permitam criar ambientes de recolhimento e intimidade de forma a aproveitar o espaço exterior e as vistas sobre a paisagem. A plataforma que se encontra enclausurada entre os muros, é necessário devolver valor e significado,

através da composição e organização de uma vinha, que permita criar o ambiente adequado, tendo como base a história do sítio e o programa proposto. Os percursos existentes devem ser recuperados, através de pavimentação e mobiliário urbano, e complementados, de forma a criar um conjunto de percursos pedonais que se estendam por toda a área, possibilitando o atravessamento do conjunto de diversas formas.

Nos edifícios preexistentes que se mantêm, a intervenção deve ser pouco intrusiva de forma a manter as características e particularidades do espaço. Tendo em vista a salvaguarda do património, a conservação da estrutura principal da quinta surge como resposta única no processo, cuja consolidação no sentido da durabilidade e habitabilidade dos espaços permite a reconversão dos edifícios. Os volumes propostos encaixam de forma serena, no espaço vazio que resulta das demolições. Desenhados com base no espaço intersticial entre as preexistências devem ser colocados sem desvirtuar a tipologia original da quinta, de forma a dar coesão e uma leitura clara à estrutura da mesma. Estes servem para comunicar entre os edifícios e entre as várias cotas possibilitando assim uma maior permeabilidade e mobilidade no conjunto.

Assim, através do redesenho da linha de água e de uma intervenção mínima e sem profundas alterações na estrutura da quinta que asseguram a adaptabilidade dos espaços a novas funções decorrentes do novo programa, é potenciada a reconversão do edifício, a requalificação da frente de água e a regeneração de uma parte da cidade, respeitando as memórias colectivas do sítio e do lugar.



Esquema da Estratégia



IMPLANTAÇÃO

O conhecimento prévio da Arealva, permite perceber que este é um local de contemplação da paisagem. A sua localização privilegiada, a implantação no sopé da arriba ao longo da linha de costa, e a organização espacial dos edifícios que permite vistas desafogadas, são características que permitem perceber a importância da relação da quinta com o espaço envolvente. De um lado, o nascer do sol, do outro, o horizonte; para trás a arriba, alta, áspera e imponente, que faz sombra em parte do dia, sobre toda a frente ribeirinha norte; para a frente, o rio, que nos embaia na sua suave ondulação, e nos conduz até à outra margem e à vista sobre a cidade de Lisboa.

A quinta da Arealva, assim como toda a frente ribeirinha, encontra-se voltada a norte, e por isso, no Inverno é inevitavelmente um lugar frio, dado o vento das nortadas e a sombra resultante da altura da arriba. Em contrapartida, no Verão é um espaço fresco e agradável, que convida a longos passeios pelo cais, mergulhos no rio, actividades ao ar livre e tardes de conversa que se estendem pela noite. A proposta tenta tirar partido dessas circunstâncias, oferecendo um programa cultural com uma utilização praticamente diurna, os espaços complementares são maioritariamente interiores, os espaços verdes são definidos por muros que atenuam a desagradável sensação causada pelo vento, e o espaço exterior proposto, a praça, avança sobre o rio, procurando uma maior exposição solar ao longo do dia.

O acesso à Arealva é possível a nascente na continuidade do percurso ribeirinho, pela Boca do Vento, e descendo a estrada desde Almada Velha. A poente, a estrada que desce a arriba, permite o acesso desde o Pragal passando pelo Santuário Nacional de Cristo Rei. Para além dos acessos terrestres, que são recuperados, a proposta permite a criação de um acesso fluvial. O redesenho do cais permite a atracagem de pequenas e médias embarcações, possibilitando a ligação deste ponto a estações fluviais como Cacilhas, Cais do Sodré, Porto Brandão ou Belém, resultando numa maior acessibilidade e consequentemente, maior actividade.

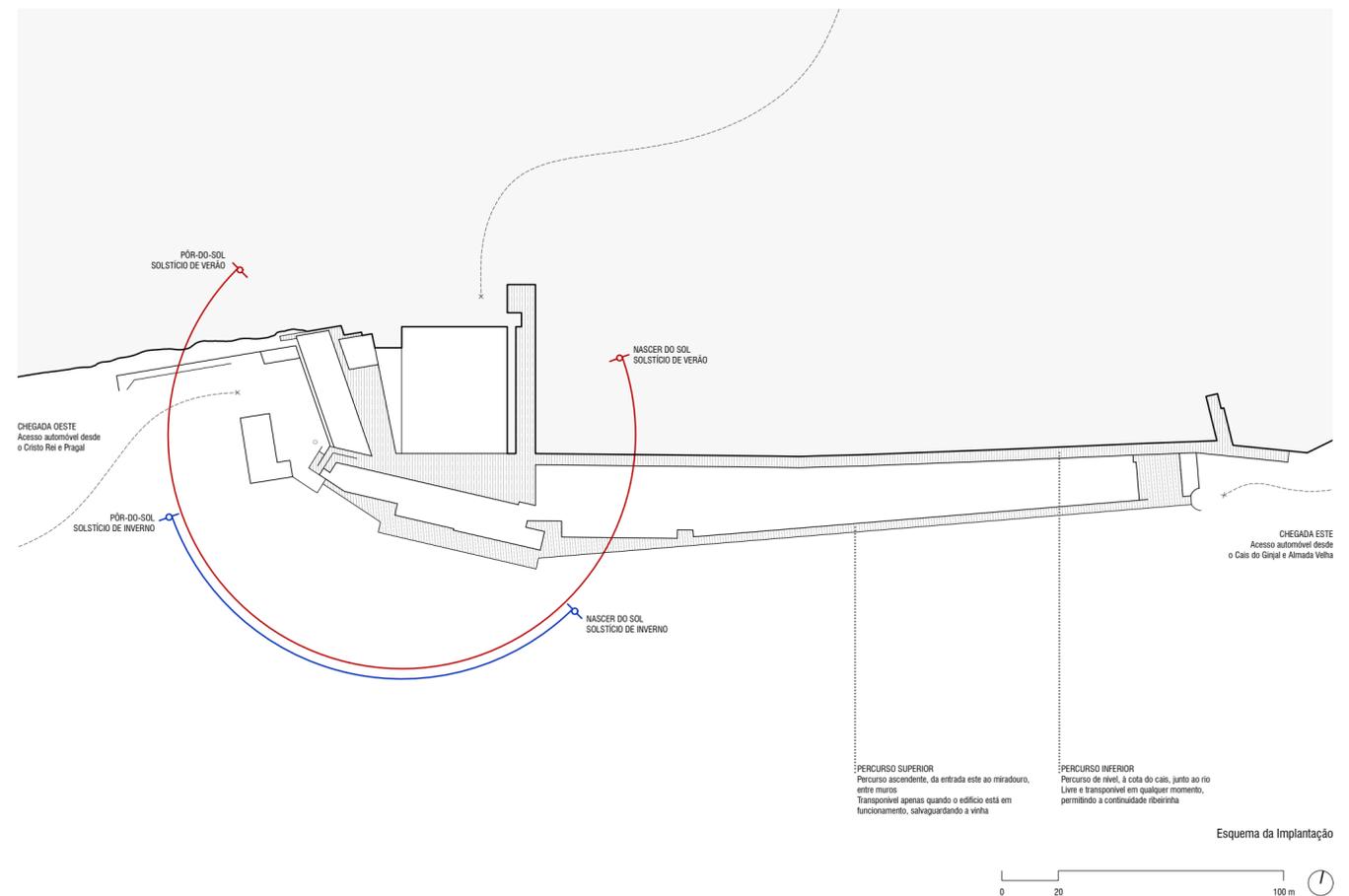
O conjunto organiza-se linearmente sobre a frente de água, através de edifícios, plataformas e muros. Os muros contêm as plataformas, definem limites e conduzem até aos edifícios. Os edifícios encontram-se encaixados na topografia, e ao mesmo tempo que servem de contenção às plataformas permitem a transição entre o ponto mais alto e a cota do cais.

Os edifícios preexistentes implantados a nascente e a poente, nos extremos do conjunto, marcam os pontos de chegada à Arealva. A poente, a chegada é definida por um pequeno terreiro e dois edifícios. Este espaço é contido pelo pano de muralha que restou do Forte da Arealva, encontrando-se sobranceiro ao rio com amplas vistas sobre a água e a cidade de Lisboa. A nascente, a chegada é feita à cota do cais, sendo marcada por um pequeno edifício quadrangular e pelo início de dois percursos, que apesar de seguirem paralelos, são diferentes. O percurso junto ao rio, definido pelo exterior do muro do jardim e pela linha de costa, chega directamente ao espaço central do conjunto e é um percurso de nível que se encontra livre e transponível em qualquer momento permitindo assim a continuidade do percurso ribeirinho. Paralelamente, entre a arriba e o jardim, o percurso é definido pelo muro de contenção da arriba e com uma suave inclinação leva até ao terreiro poente, passando pelas traseiras

do edifício principal. Este percurso tornar-se intransponível quando não existe supervisão, de forma a proteger o espaço do jardim e a plantação da vinha. O espaço do jardim, enclausurado entre os muros, é composto por duas plataformas. Pouco acima da altura do cais, a plataforma inferior tem grandes dimensões e é definida por dois muros altos. Imediatamente ao lado, num plano superior, a plataforma é definida por um muro e pelos alçados dos edifícios subjacentes.

Os edifícios principais da quinta, no centro do conjunto, encontram-se encaixados na topografia, encostados ao pano de muralha, ao terreiro superior e às plataformas do jardim. As peças propostas são desenhadas com base nos espaços vazios que existem entre os edifícios preexistentes, devolvendo continuidade à estrutura construída. Os edifícios preexistentes e os volumes propostos definem o limite entre a arriba e o cais. Esse novo limite define o espaço central do programa e do conjunto e desenha o alçado da praça. A praça e o cais, definem o limite entre a estrutura construída e o plano da água, restabelecendo a ligação da quinta com o rio.

A implantação do conjunto encontra-se encaixada entre a arriba e o rio, a sua localização é privilegiada, beneficiando da proximidade com o rio e a vista sobre Lisboa. Revitalizar e valorizar este sítio permite reintegrar o conjunto na cidade, restabelecer percursos e aproveitar a paisagem.



PROGRAMA

A investigação levou à percepção de Almada como referência no domínio cultural, quer no contexto metropolitano, bem como a nível nacional. A vida cultural é intensa e tem raízes no associativismo cultural popular, que mais tarde se desenvolveu apoiado em projectos culturais dinamizados por agentes locais e pela criação de infra-estruturas culturais que cresceram de forma acentuada. Antes do 25 de Abril, o município restringia-se a dois equipamentos municipais. Hoje, depois de um maior investimento nas funções de cultura e lazer, por parte do município e dos agentes culturais, são mais de 15 espaços, uns em edifícios históricos, outros em equipamentos modernos, com todas as formas de expressão, das artes plásticas à música, do teatro à dança, da literatura às artes performativas.

Almada tem a cultura como pilar de desenvolvimento do concelho, pelo que interessa continuar a investir na implementação de propostas inovadoras que contribuam para o crescimento e qualidade da oferta cultural. Assim, e associada à ideia de devolver a frente de água à cidade e às pessoas, torna-se evidente a resposta de revitalização da Quinta da Arealva como espaço público com programa de carácter cultural. Quer-se um espaço de todos, um espaço da cidade e do rio, e por isso, é pertinente considerar um lugar de uso pontual para turistas, mas também de uso sucessivo e continuado pela comunidade local, capaz de reactivar esta parte de cidade, a frente de água e o percurso ribeirinho.

Museu das Memórias Vitivinícolas do Lugar - é o programa proposto, que tendo como alicerce a história do lugar, respeita as memórias colectivas da Arealva e permite perpetuá-las às gerações vindouras. Adequado à população residente e visitante, é pensado como um espaço polivalente, um espaço de exposição, restauração e educação, de troca de experiências e acontecimentos, de encontros, de inspiração e de bem-estar.

Nos edifícios preexistentes implantados a poente, sendo este um espaço de chegada, são inseridos programas complementares. O edifício que se encontra no limite do pano de muralha mantém o seu carácter de miradouro; no edifício mais recuado, encaixado na arriba, são propostos os espaços de cafetaria, loja e espaço de fresco. Entre estes, um pequeno jardim dá sombra e a possibilidade de sentar com uma vista privilegiada, sobranceira ao rio, à praça e aos edifícios.

O jardim, implantado a este, é composto por três plataformas que, para além de diferentes na forma, têm também tipologias diferentes, permitindo assim ambientes diferentes. A plataforma inferior é preenchida pela plantação de uma vinha, é um espaço de carácter funcional, de onde é possível retirar a matéria-prima - a uva, que dá forma ao programa. Numa relação mais estreita com os edifícios e percursos, as plataformas superiores resultam num espaço de passagem, por isso, a vegetação é mais dispersa e variada, sendo ainda assim, possível desfrutar de um momento de descanso junto ao tanque de água e na sombra das árvores.

Os núcleos que definem o programa principal do museu - exposição, restauração e educação - dividem-se pelos principais edifícios da quinta. O vinho é o tema principal, e apesar de ser tratado de forma diferente em cada núcleo, está presente em todos.

Nos edifícios junto ao pano de muralha e ao rio, é inserido o núcleo a - exposição, composto por três salas, cada uma delas ocupa um edifício. A sala dos artefactos permite conhecer os utensílios utilizados

ao longo do tempo na vitivinicultura do lugar. A sala audiovisual permite dar a conhecer a história da Arealva de forma dinâmica. Na sala dos sentidos, os cinco silos preexistentes são reconvertidos em cinco espaços, cada um deles dedicado a um dos cinco sentidos, assim é possível ver, ouvir, cheirar, saborear e tocar, coisas relacionadas com as uvas, a vinha ou vinho, permitindo uma aprendizagem lúdica. A proposta definida para o espaço expositivo, tenta ultrapassar a dimensão normal de um museu, através de salas interactivas que recorrem a diferentes suportes de transmissão de conhecimento.

No edifício principal, de três pisos, é inserido o núcleo b - restauração. A adega, o restaurante e o bar, são os espaços que ocupam os pisos, de baixo para cima, respectivamente. A adega é complementada por uma sala de prova de vinhos, os espaços do restaurante e do bar oferecem uma vista excepcional. Estes espaços permitem dar ao conjunto um uso sucessivo e continuado, uma dimensão social e urbana, contrariando assim a utilização pontual recorrente nas visitas a museus.

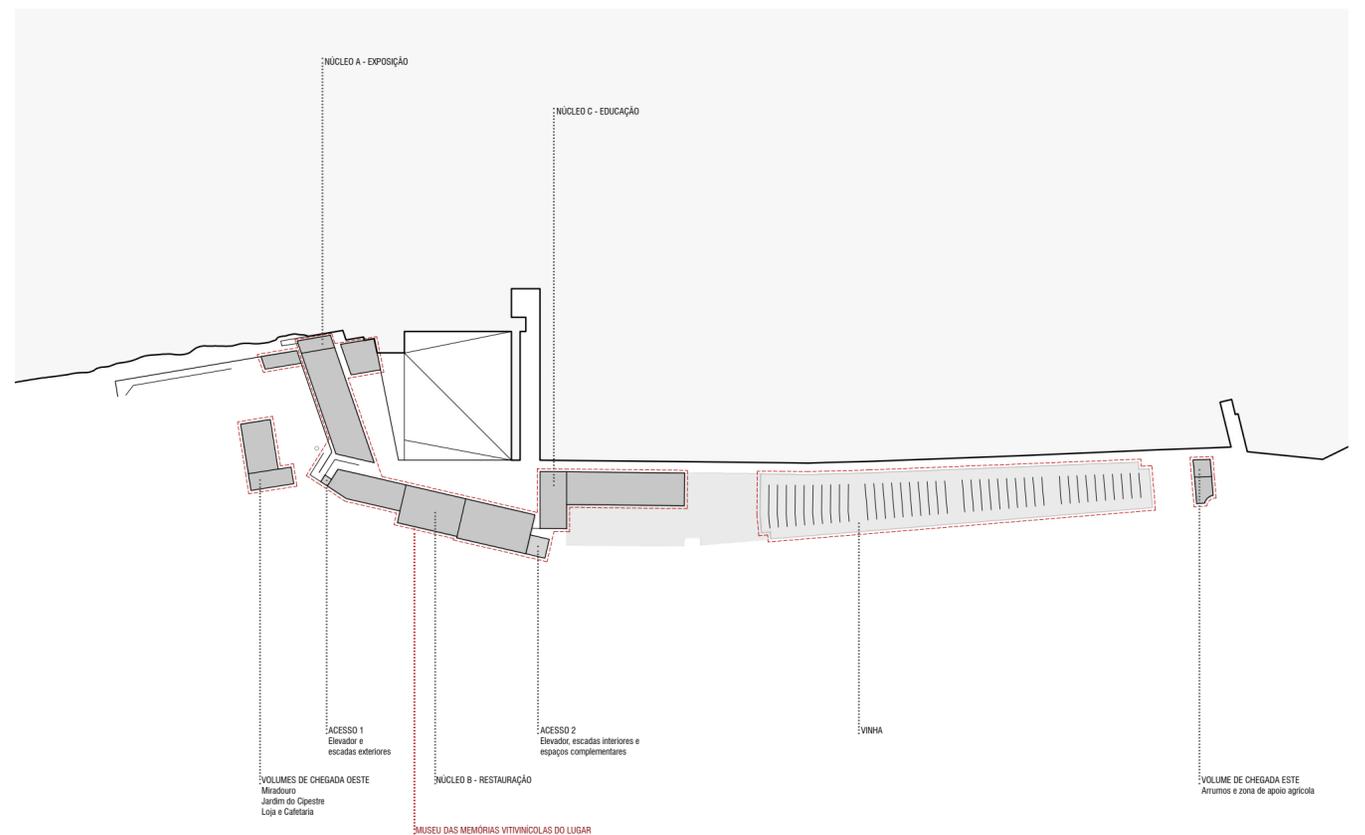
Nos edifícios que delimitam o espaço do jardim, voltados para o rio e para o espaço central, encontra-se o núcleo c - educação, composto por espaços mais reservados. Nestes edifícios integra-se a zona administrativa, composta por um gabinete e uma de sala de reunião, espaços que permitem a gestão do museu e das actividades complementares; e a zona educativa, definida por salas de trabalho e laboratórios, onde é possível fazer estudos sobre o vinho, workshops, visitas guiadas que permitem perceber o processo da vitivinicultura, ou ainda, receber grupos para realizar actividades também relacionadas com o tema. Este núcleo permite dar ao conjunto uma dimensão educativa, permitindo o usufruto do espaço por todos na vertente do ensino.

Os três núcleos compõem a estrutura principal do programa, que abrange um largo espectro de actividades em diferentes domínios - cultural, social e educativo, possibilitando o desenvolvimento e o crescimento económico, bem como diferentes experiências, vivências e ambientes ao longo de todo o ano e para todas as pessoas.

Os volumes propostos são desenhados como espaços de distribuição, tornando possível restabelecer percursos e transições, entre edifícios e entre cotas. Desta forma garante-se o acesso a todos os níveis, as transições entre todas as partes, tornando o conjunto num elemento permeável, que permite não só o percurso ribeirinho, longitudinal ao conjunto, como também os acessos verticais e transversais.

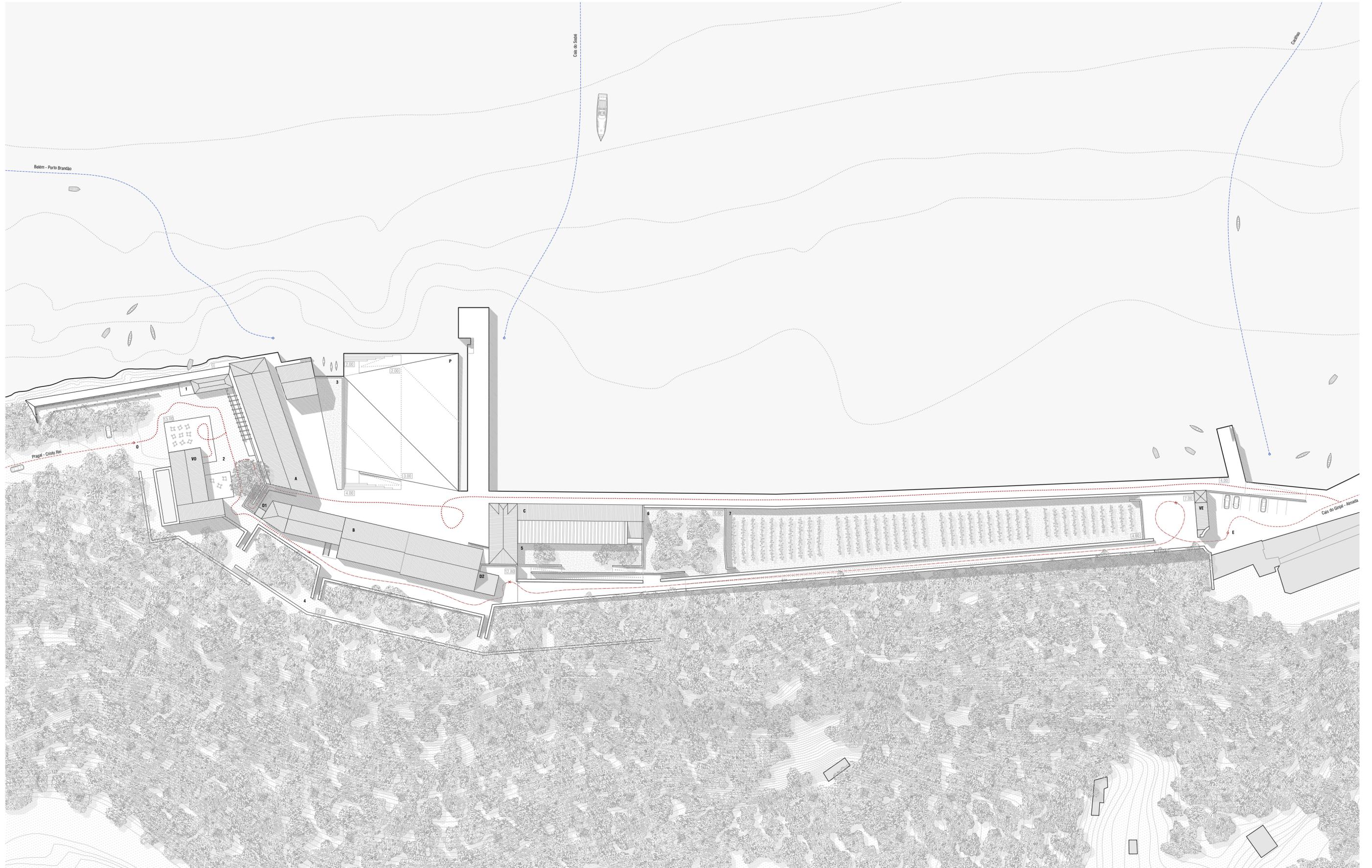
No centro do conjunto, delimitado a Sul pelos edifícios, e a Norte pelo rio, desenha-se a praça e o cais. Um espaço vazio de construções, mas cheio de possibilidades. Um espaço de estar, que se pode tornar palco de diversos eventos, como concertos, espectáculos performativos e exposições, ou apenas para desfrutar do espaço envolvente e da vista, sobre o horizonte, o rio e a cidade de Lisboa. Um espaço para todas as horas, para todos os dias, e acima de tudo para todas as pessoas. Um espaço não só para o museu, mas também para toda a frente ribeirinha.

Um programa recreativo e variado de vocação maioritariamente cultural e de usufruto público. Um espaço de experiências e ambientes que se deve afirmar como parte essencial na vida urbana, social e cultural da cidade. Um sítio de estadia ou de passagem focado no quotidiano da população.



Esquema do Programa





- A NÚCLEO A - EXPOSIÇÃO
- B NÚCLEO B - RESTAURAÇÃO
- C NÚCLEO C - EDUCAÇÃO
- D1 NÚCLEO D1 - PEÇA VERTICAL
- D2 NÚCLEO D2 - PEÇA VERTICAL
- P PRAÇA
- O ZONA DE CHEGADA OESTE
- VO VOLUME OESTE - LOJA E CAFETARIA
- 1 MIRADOURO
- 2 JARDIM DO OPISTRE
- 3 JARDIM DO RIO
- 4 JARDIM DA ARRIBA
- 5 PATIO
- 6 RECREIO
- 7 VINHA
- VE VOLUME ESTE - ARRUMOS AGRICOLAS
- E ZONA DE CHEGADA ESTE

- LINHA DE COSTA
- CURVAS ALTIMÉTRICAS DE 1 M
- CURVAS BATIMÉTRICAS DE 5 M
- 0.00 COTAS ALTIMÉTRICAS, APRESENTADAS EM M
- ACESSO FLUVIAL
- PORTO DE RECREIO / SERVIÇOS
- ACESSO AUTOMÓVEL
- ZONA DE ESTACIONAMENTO
- ACESSO AUTOMÓVEL P/ CARGAS E DESCARGAS
- ZONA DE CARGAS E DESCARGAS
- × PERCURSO PEDONAL



Planta Geral do Conjunto





Núcleo A . EXPOSIÇÃO

- A01 Sala dos Artefactos
- A02 Sala dos Sentidos
- A02a Audição
- A02b Tacto
- A02c Visão
- A02d Olfato
- A02e Paladar
- A03 Sala Audiovisual / Multusos

Núcleo B . RESTAURAÇÃO

- B01 Cozinha de apoio
- B02 Sala de Prova de Vinhos
- B03 Acesso piso 1 +8.60
- Reservado a funcionários
- B04 Adega
- B04a Depósito
- B04b Desengaçadeira e esmagadora
- B04c Prensa
- B04d Cubas de fermentação
- B04e Cubas de tráfega
- B04f Cubas de amadurecimento
- B04g Barricas de amadurecimento
- B04h Máquina de engarrafamento
- B05 Acesso percurso superior +12.20

Núcleo C . EDUCAÇÃO

- C01 Átrio e Recepção
- C02 Arrumos / Depósito
- C03 Acesso mezanino +7.80
- C04 Sala de trabalho colectivo
- C05 Sala audiovisual
- C06 Laboratório
- C07 I.S.
- C08 Zona de estar

Núcleo D2 . Peça Vertical

- D2.1 Elevador de acesso
- piso 1 +8.60
- piso 2 +12.20
- D2.2 Escadas de acesso
- piso 1 +8.60
- D2.3 I.S. / Banheiro

- 01 Jardim do Rio
- 02 Vinha

Vinificação e Processo de Produção do Vinho

1. Vindima - colheita da uva
2. Desengace e Esmagamento - as uvas são separadas do caule e esmagadas
3. Prensagem - o mosto da uva é prensado
4. Fermentação - o açúcar natural transforma-se em álcool e dióxido de carbono, passa de mosto a vinho
5. Tráfega - o vinho transita de um tanque, no qual se depositaram resíduos sólidos e matérias orgânicas, para outro, limpo e desinfectado
6. Clarificação e Estabilização - adicionam-se componentes para que o vinho se torne mais limpo, e são feitas análises em laboratório
7. Amadurecimento - o vinho amadurece em tanques de aço inoxidável ou barris de carvalho
8. Engarrafamento - depois de adquirirem todas as propriedades, os vinhos são engarrafados, onde podem ser mantidos em repouso

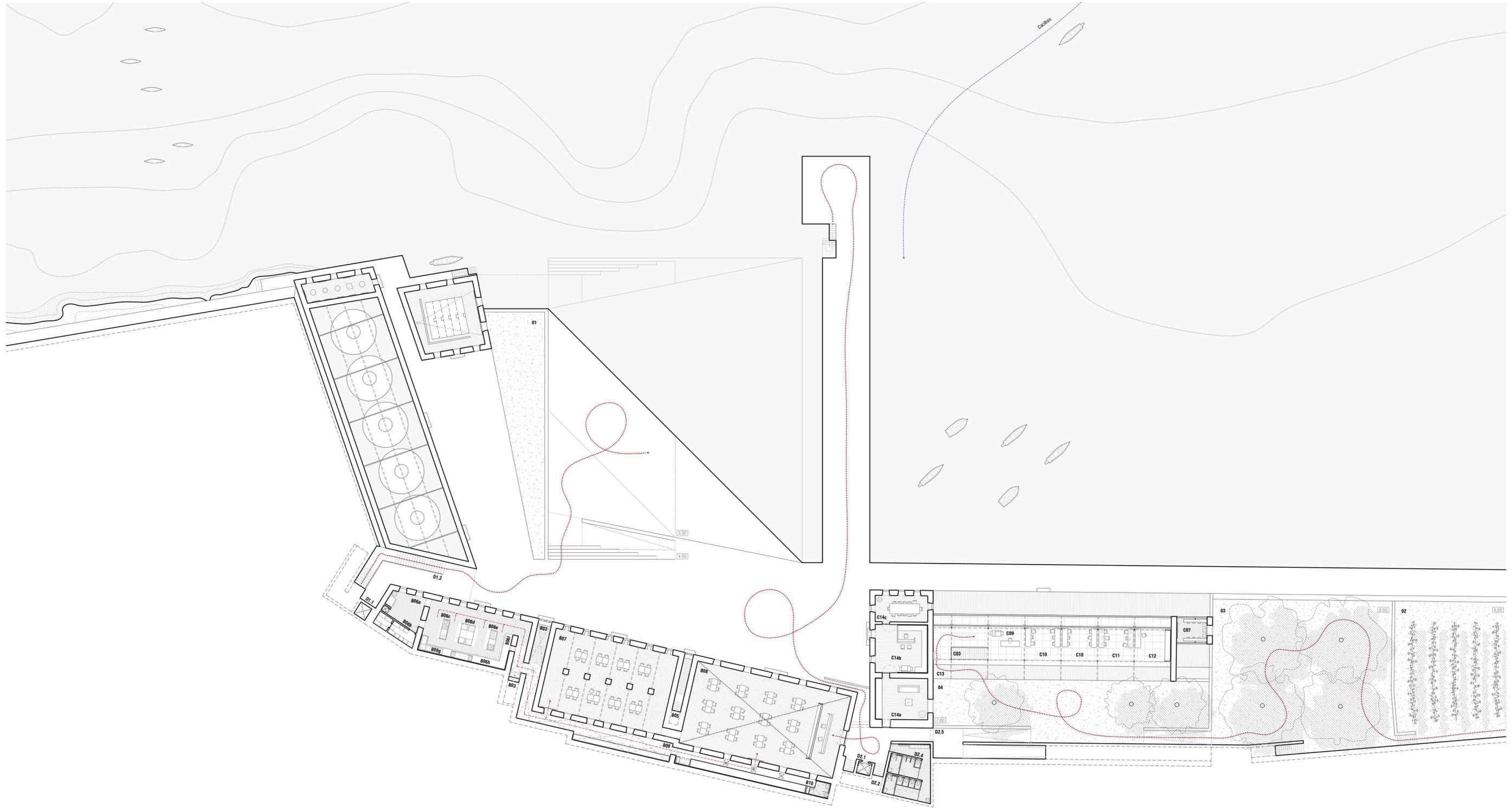
— LINHA DE COSTA - NÍVEL MÉDIO DA BAIXA-MAR +1.00
 — CURVAS ALTIMÉTRICAS DE 1 M
 CURVAS BATIMÉTRICAS DE 5 M
 [0.00] COTAS ALTIMÉTRICAS, APRESENTADAS EM M

— ACESSO FLUVIAL
 ● PORTO DE RECREIO / SERVIÇOS

— ACESSO AUTOMÓVEL CONDICIONADO
 PERCURSO PÚBLICO

0 5 25 m

Planta dos Edifícios à cota +6.00



Núcleo D1 . Peça Vertical

- D1.1** Elevador de acesso
cais +4.00
jardim do cipreste +13.00
- D1.2** Escadas de acesso
cais +4.00
jardim do cipreste +13.00

Núcleo B . RESTAURAÇÃO

- B03** Acesso piso 0 +4.20
percurso superior +12.20
Reservado a funcionários
- B05** Acesso piso 0 +4.20
percurso superior +12.20
- B06** Cozinha
- B06a** Armazém de secos
- B06b** Câmara frigorífica
- B06c** Preparação cozinha fria
- B06d** Cocção e Preparação
- B06e** Cocção e Finalização
- B06f** Pratos confeccionados
- B06g** Lavagem de louças
- B06h** Apoio e Preparação
- B07** Sala de refeições 1
- B08** Sala de refeições 2
- B09** Corredor de serviço
Reservado a funcionários
- B10** I.S. funcionários

Núcleo C . EDUCAÇÃO

- C03** Acesso piso 0 +4.20
- C07** I.S.
- C09** Recepção mezanino
- C10** Zona de leitura
- C11** Zona de multimédia
- C12** Zona de consulta / Arquivo
- C13** Acesso ao pátio
- C14** Administração
- C14a** Zona de espera
- C14b** Gabinete administração
- C14c** Sala de reuniões

Núcleo D2 . Peça Vertical

- D2.1** Elevador de acesso
piso 0 +4.20
piso 2 +12.20
- D2.2** Escadas de acesso
piso 0 +4.20
piso 2 +12.20
- D2.4** I.S.
- D2.5** Rampas de acesso
pátio +7.60
percurso superior +12.00

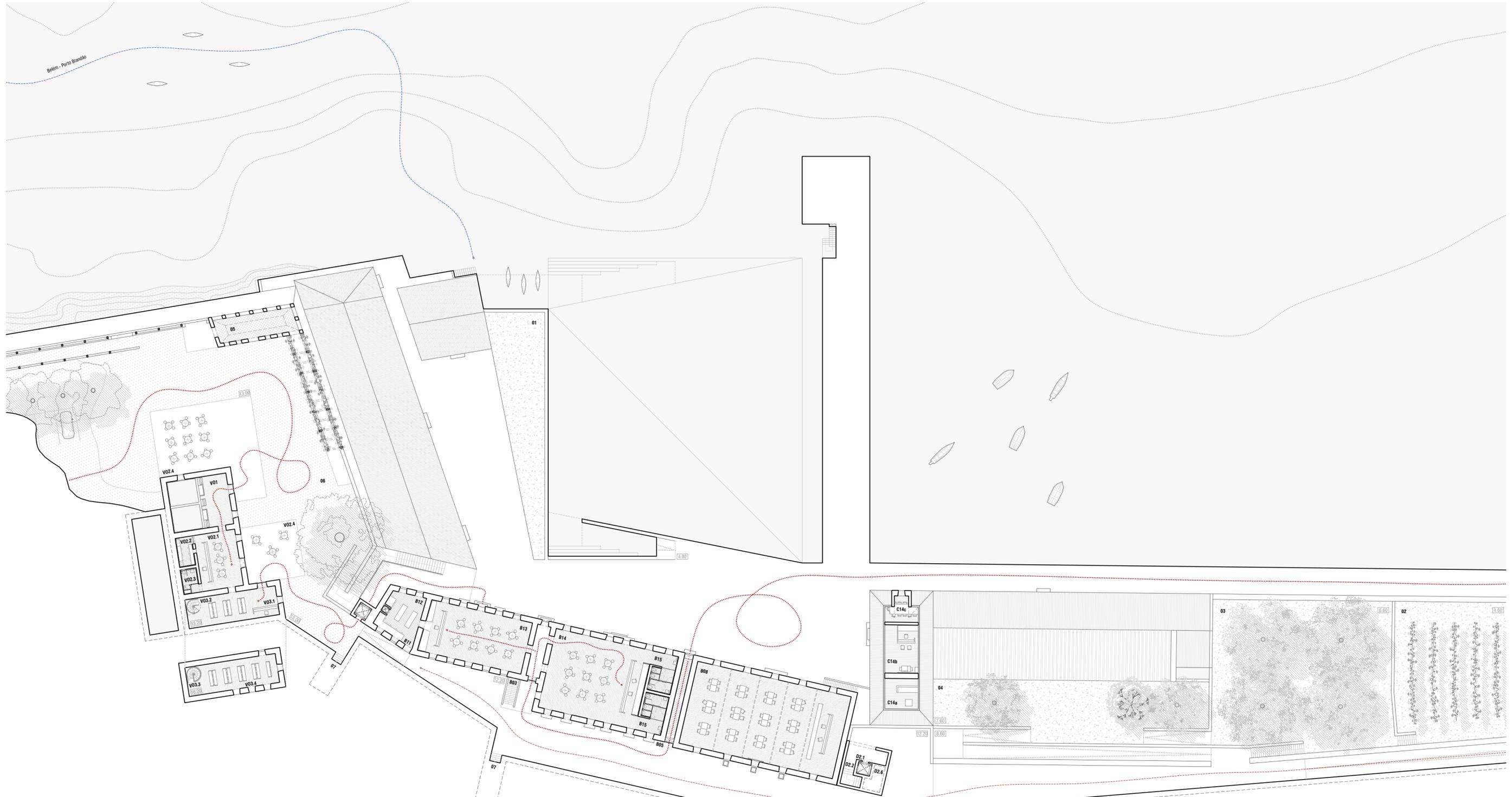
- 01** Jardim do Rio
- 02** Vinha
- 03** Recreio
- 04** Pátio

— LINHA DE COSTA - NÍVEL MÉDIO DAS ÁGUAS +2.30
 - - - CURVAS ALTIMÉTRICAS DE 1 M
 CURVAS BATIMÉTRICAS DE 5 M
 [0.00] COTAS ALTIMÉTRICAS, APRESENTADAS EM M

— ACESSO FLUVIAL
 ● PORTO DE RECREIO / SERVIÇOS

- - - PERCURSO TÉCNICO
 PERCURSO PÚBLICO

0 5 25 m



VO - Volume Oeste

- V01 Espaço de fresco
- V02 Cafeteria
- V02.1 Café
- V02.2 Cozinha
- V02.3 I.S.
- V02.4 Esplanada
- V03 Loja
- V03.1 Balcão
- V03.2 Acesso piso 1 + 16.20
- V03.3 Acesso piso 0 + 13.20
- V03.4 Acesso Jardim da Arriba + 16.00

Núcleo B. RESTAURAÇÃO

- B03 Acesso piso 1 + 8.60
Reservado a funcionários
- B05 Acesso piso 0 + 4.20
- B08 Sala de refeições 2
- B11 Recepção de mercadorias
cargas e descargas
- B12 Armazém de bebidas
- B13 Bar Oeste
- B14 Bar Este
- B15 I.S.

Núcleo C. EDUCAÇÃO

- C14 Administração
- C14a Zona de espera
- C14b Gabinete administração
- C14c Sala de reuniões

Núcleo D2. Peça Vertical

- D2.1 Elevador de acesso
piso 0 + 4.20
piso 1 + 8.60
- D2.2 Escadas de acesso
piso 0 + 4.20
piso 1 + 8.60
- D2.6 Zona técnica

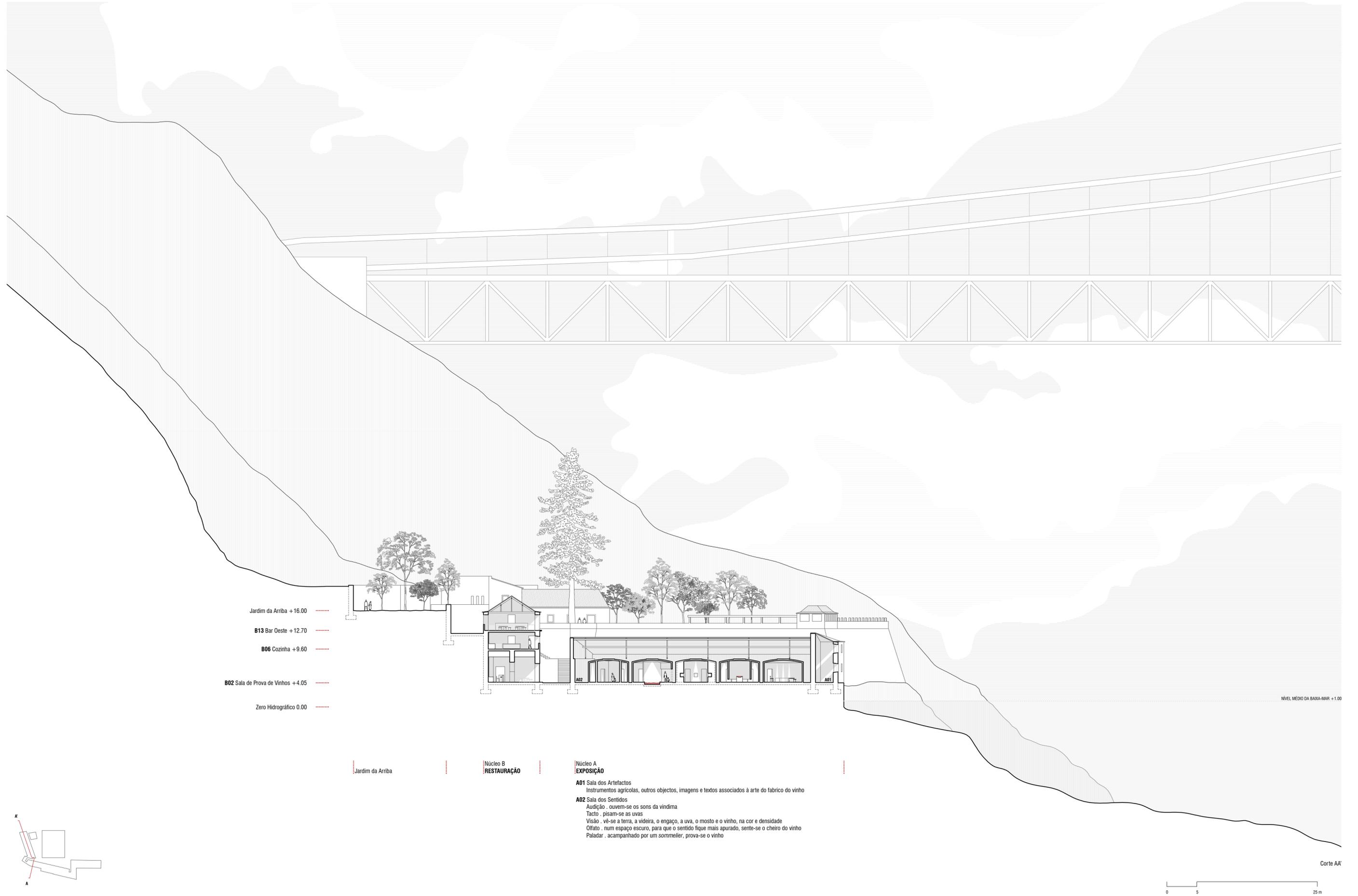
- 01 Jardim do Rio
- 02 Vinha
- 03 Recreio
- 04 Pátio
- 05 Miradouro
- 06 Jardim do Cipestre
- 07 Jardim da Arriba + 16.00
acesso

— LINHA DE COSTA - NÍVEL MÉDIO DA PREIA-MAR + 3.60
 — CURVAS ALTIMÉTRICAS DE 1 M
 - - - CURVAS BATIMÉTRICAS DE 5 M
 [0.00] COTAS ALTIMÉTRICAS, APRESENTADAS EM M

— ACESSO FLUVIAL
 ● PORTO DE RECREIO / SERVIÇOS

- - - ACESSO AUTOMÓVEL CONDIIONADO
 - - - PERCURSO PÚBLICO

0 5 25 m



Jardim da Arriba +16.00
 B13 Bar Oeste +12.70
 B06 Cozinha +9.60
 B02 Sala de Prova de Vinhos +4.05
 Zero Hidrográfico 0.00

NÍVEL MEDIO DA BAIXA-MAR +1.00

Jardim da Arriba

Núcleo B
RESTAURAÇÃO

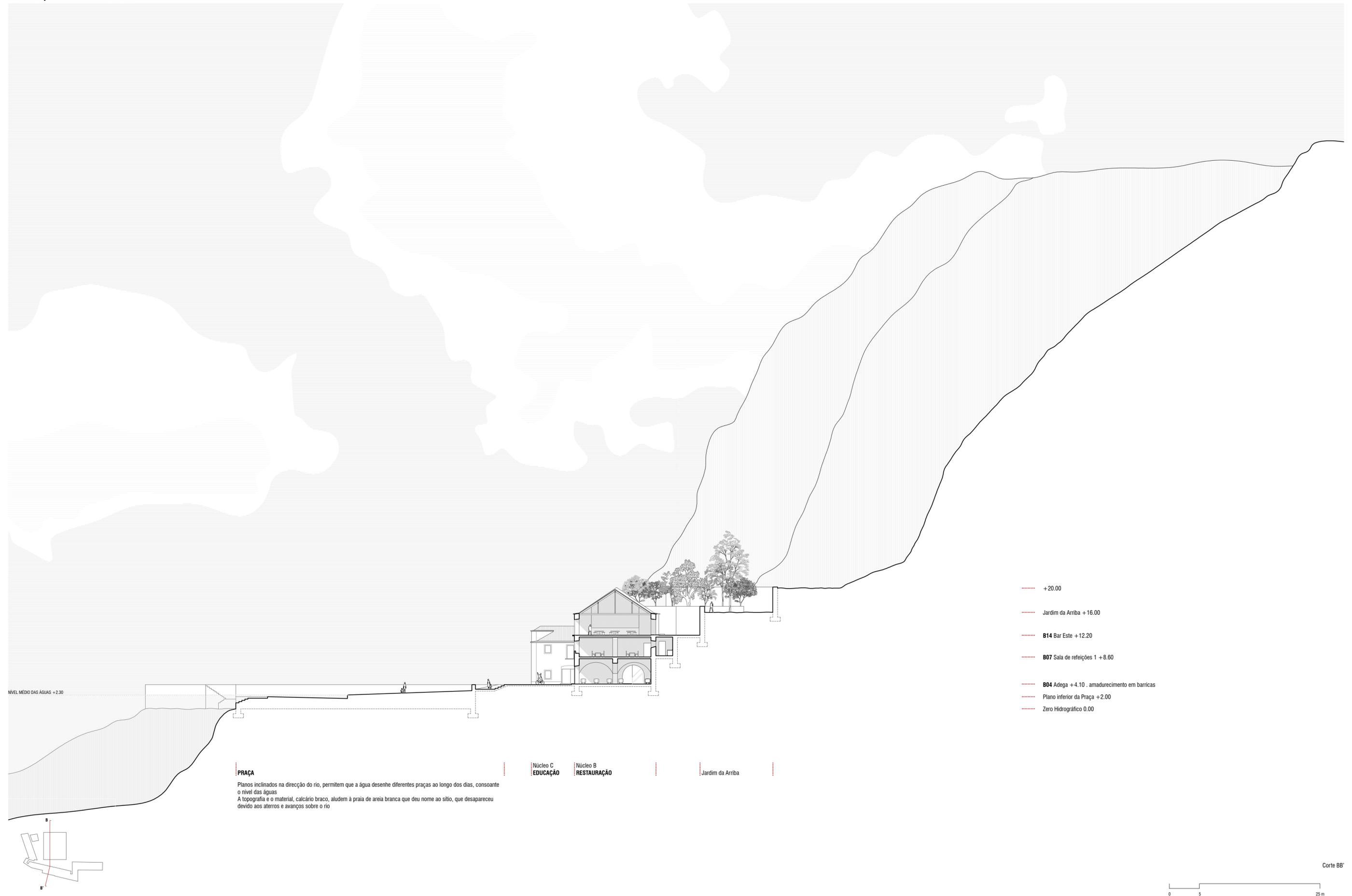
Núcleo A
EXPOSIÇÃO

A01 Sala dos Artefactos
 Instrumentos agrícolas, outros objectos, imagens e textos associados à arte do fabrico do vinho

A02 Sala dos Sentidos
 Audição . ouvem-se os sons da vindima
 Tacto . pisam-se as uvas
 Visão . vê-se a terra, a videira, o engarço, a uva, o mosto e o vinho, na cor e densidade
 Olfato . num espaço escuro, para que o sentido fique mais apurado, sente-se o cheiro do vinho
 Paladar . acompanhado por um *sommelier*, prova-se o vinho

Corte AA'



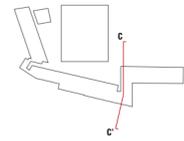




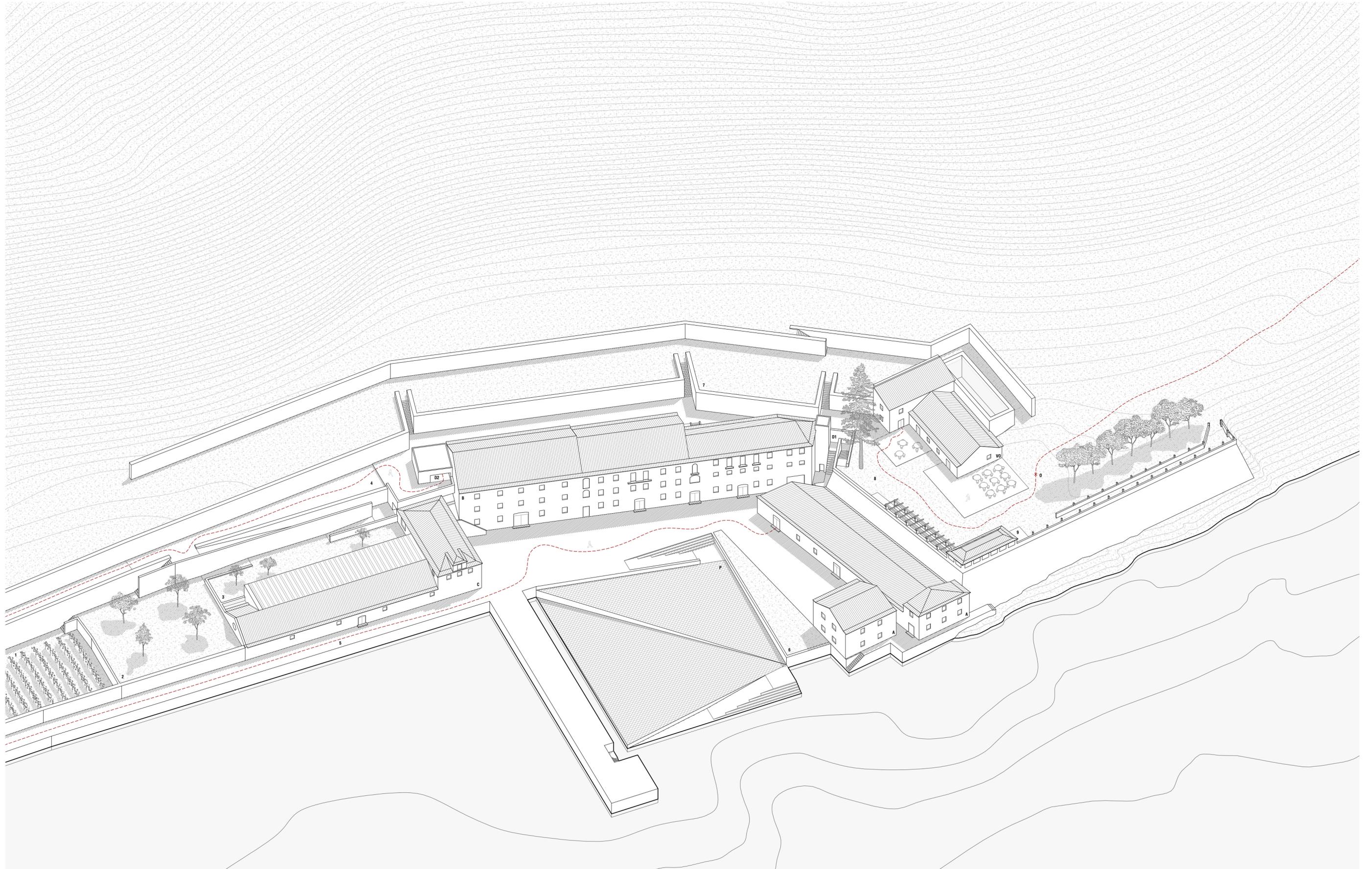
NÍVEL MÉDIO DA PREIA-MAR +3.60

- +20.00
- Jardim da Arriba +16.00
- Percurso superior +12.20
- C14 Administração +8.60
- C01 Átrio e Recepção +4.20
- Zero Hidrográfico 0.00

- Cais
- Núcleo C
EDUCAÇÃO
- Núcleo D2
Peça Vertical
Elevador e escadas de
acesso entre pisos
piso 0 +4.20
piso 1 +8.60
piso 2 +12.20
- Acesso ao Jardim da Arriba



Corte CC'



- | | | | | |
|---------------------------------|-------------------------------------|------------------------|-----------------------------------|------------------------------------|
| A NÚCLEO A - EXPOSIÇÃO | D1 NÚCLEO D1 - PEÇA VERTICAL | 1 VINHA +4.60 | 4 PERCURSO SUPERIOR +12.20 | 7 JARDIM DA ARRIBA +16.00 |
| B NÚCLEO B - RESTAURAÇÃO | D2 NÚCLEO D2 - PEÇA VERTICAL | 2 RECREIO +6.60 | 5 PERCURSO CAS +4.00 | 8 JARDIM DO CIPESTRE +13.00 |
| C NÚCLEO C - EDUCAÇÃO | P PRAÇA | 3 PATIO +7.60 | 6 JARDIM DO RIO +4.00 | 9 MIRADOURO +13.00 |

- | |
|---|
| VO VOLUME OESTE - LOJA E CAFETARIA |
| O ZONA DE CHEGADA OESTE +13.00 |

- | | |
|---|--------------------------|
| — LINHA DE COSTA - NÍVEL MÉDIO DA BAIXA-MAR +1.00 | - - - PERCURSO PEDONAL |
| — CURVAS BATIMÉTRICAS DE 5 M | - - - ACESSO AUTOMÓVEL |
| ▨ PAVIMENTO DA PRAÇA | × ZONA DE ESTACIONAMENTO |



pisso 2 +12.20
B11 Recepção de mercadorias
 cargas e descargas
B12 Armazém de bebidas
B13 Bar Oeste
B14 Bar Este
B15 I.S.

pisso 1 +8.60
B06 Cozinha
B06a Armazém de secos
B06b Câmara frigorífica
B07 Sala de refeições 1
B08 Sala de refeições 2
C09 Recepção mezanino
C10 Zona de leitura
C11 Zona de multimédia
C12 Zona de consulta / Arquivo
C14 Administração
D2.4 I.S.

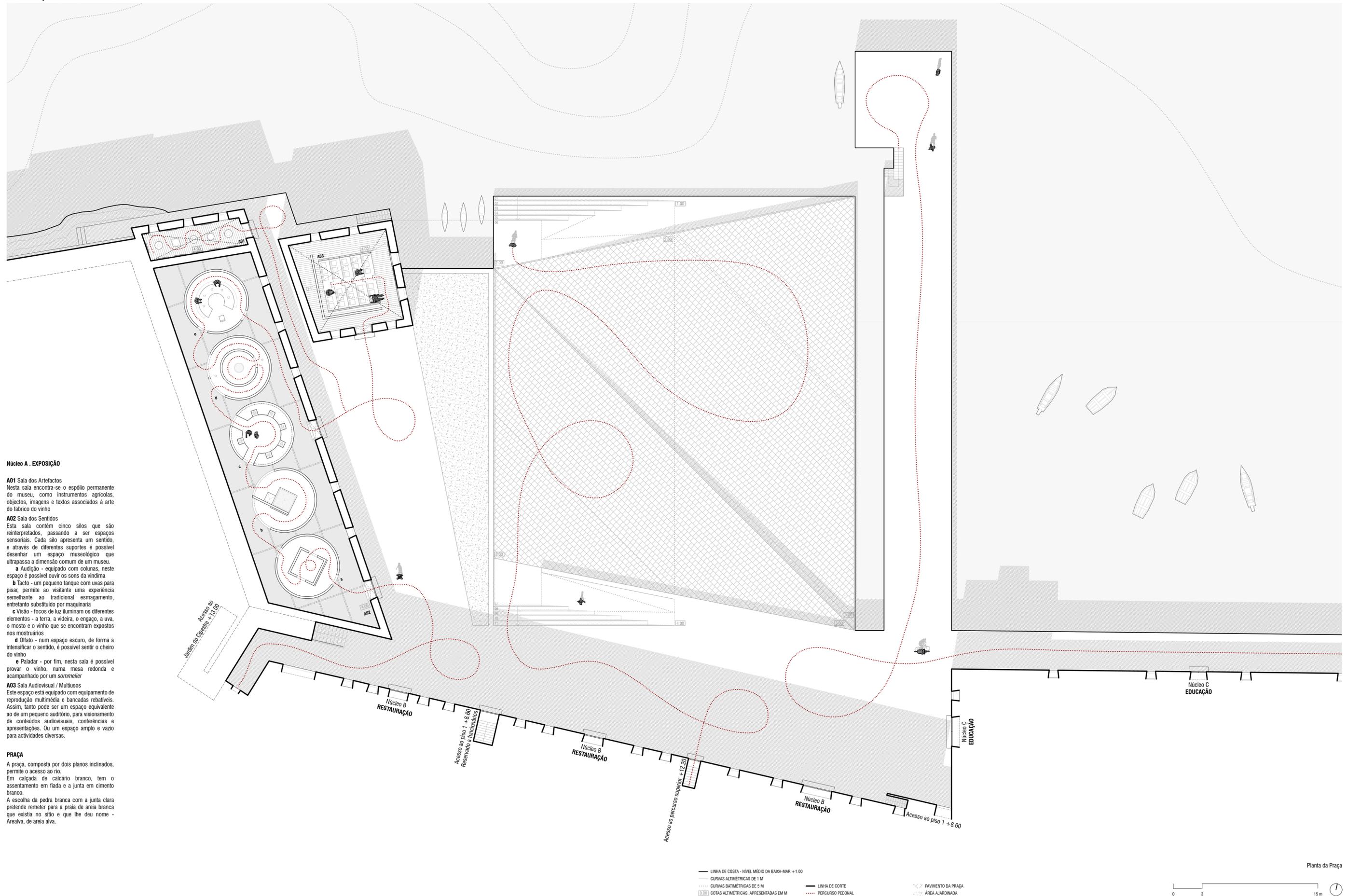
pisso 0 +4.00
A01 Sala dos Artefactos
A02 Sala dos Sentidos
A03 Sala Audiovisual / Multíusos
B01 Cozinha de apoio
B02 Sala de Prova de Vinhos
B04 Adega
C01 Atrio e Recepção
C02 Arrumos / Depósito
C03 Acesso mezanino
C04 Sala de trabalho colectivo
C05 Sala audiovisual
C06 Laboratório
C07 I.S.
D2.1 Elevador de acesso entre pisos
D2.3 I.S. / Banheário

VO - Volume Oeste
VO1 Espaço de fresco
VO2 Cafeteria
VO3 Loja

Miradouro

Núcleo D1
Peça Vertical

Elevador e escadas exteriores
 que permitem o acesso entre
 o Cais +4.00
 e o Jardim do Cipreste +13.00
 esta peça permite a continuidade
 do passeio ribeirinho



Núcleo A . EXPOSIÇÃO

A01 Sala dos Artefactos
Nesta sala encontra-se o espólio permanente do museu, como instrumentos agrícolas, objectos, imagens e textos associados à arte do fabrico do vinho

A02 Sala dos Sentidos
Esta sala contém cinco silos que são reinterpretados, passando a ser espaços sensoriais. Cada silo apresenta um sentido, e através de diferentes suportes é possível desenhar um espaço museológico que ultrapassa a dimensão comum de um museu.

a **Audição** - equipado com colunas, neste espaço é possível ouvir os sons da vindima

b **Tacto** - um pequeno tanque com uvas para pisar, permite ao visitante uma experiência semelhante ao tradicional esmagamento, entretanto substituído por maquinaria

c **Visão** - focos de luz iluminam os diferentes elementos - a terra, a videira, o engajo, a uva, o mosto e o vinho que se encontram expostos nos mostruários

d **Olfato** - num espaço escuro, de forma a intensificar o sentido, é possível sentir o cheiro do vinho

e **Paladar** - por fim, nesta sala é possível provar o vinho, numa mesa redonda e acompanhado por um *sommelier*

A03 Sala Audiovisual / Multusos

Este espaço está equipado com equipamento de reprodução multimédia e bancadas rebatíveis. Assim, tanto pode ser um espaço equivalente ao de um pequeno auditório, para visionamento de conteúdos audiovisuais, conferências e apresentações. Ou um espaço amplo e vazio para actividades diversas.

PRAÇA

A praça, composta por dois planos inclinados, permite o acesso ao rio.

Em calçada de calcário branco, tem o assentamento em fiada e a junta em cimento branco.

A escolha da pedra branca com a junta clara pretende remeter para a praia de areia branca que existia no sítio e que lhe deu nome - Arealva, de areia alva.



Jardim do Cipreste
Espanada da Cafeteria
Miradouro

Núcleo A
EXPOSIÇÃO
Sala dos Sentidos
Silo do sentido da visão

Núcleo A
EXPOSIÇÃO

Jardim do Rio

PRAÇA
Plataforma superior - plano inclinado no sentido do rio, descendente de sul para norte, permite o acesso ao rio, com maré alta, ou às escadas e rampa na frente de água, quando está maré baixa
Une a cota +3.00 à +2.00

PRAÇA
Plataforma inferior - plano que também permite o acesso ao rio, mas protegido das marés, pois este é descendente no sentido de norte para sul
Assim, nos dias de maior calor, este espaço pode tornar-se um espaço de fresco, onde é possível dar mergulhos, ou molhar os pés
Este plano une a cota +2.00 à +1.00 (nível médio da baixa-mar)

Cais

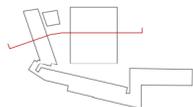
Jardim do Cipreste +13.00

Cais +4.00

Plataforma inferior da Praça +2.00

Zero Hidrográfico 0.00

NÍVEL MÉDIO DA BAIXA-MAR +1.00



Corte da Praça





43 A Praça e o alçado do Núcleo de Restauração vistos do rio



44 As Barricas de Amadurecimento, na Adega



45 O Núcleo de Educação e o pátio vistos do espaço de recreio



46 Bar Este do Núcleo de Restauração



47 O edifício da Sala Multíusos do Núcleo de Exposição e vista para Lisboa



48 Os edifícios do Núcleo de Exposição, a Praça, o Cais, e a vista para Lisboa



REFERÊNCIAS

O presente capítulo – Referências é composto por: Bibliografia e Índice de Imagens.

O modelo de referência bibliográfica adoptado para a presente dissertação foi a Norma Portuguesa NP 405.

Para uma consulta mais prática das referências bibliográficas e fontes documentais citadas, optou-se pela sua organização em diferentes categorias – Documentos Impressos, Internet, Mapas e Cartografia, e Exposições.

O índice de imagens é apresentado de forma sequencial, seguindo a ordem com que os elementos se encontram dispostos ao longo do trabalho. Consideram-se fotografias, gravuras, ortofotomapas, esquemas, plantas, cortes, axonometrias e imagens 3D.

Os elementos são representados da seguinte forma:

Número. Legenda

Nome original

Autor, data

Fonte

Disponibilizado online / Referência / Cota

As imagens com Fonte não referida, foram cedidas pelo autor ou instituição.

Todas as imagens foram editadas pela autora, de forma a uniformizar o documento.

BIBLIOGRAFIA

DOCUMENTOS IMPRESSOS

AA.VV., *Almada e o Tejo, entre o passado e o futuro*. Almada Boletim. Almada. n.º 217 (2015). p. 18-22.

AA.VV., *Carta de Nizhny Tagil Sobre o Património Industrial*. The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage (TICCIH), 2003. Tradução da responsabilidade da APPI – Associação Portuguesa para o Património Industrial.

AA.VV., *Vocabulário do Ordenamento do Território*. Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, 2004.

AMARAL, Francisco K. e SANTA-BÁRBARA, José, *Mobiliário dos Espaços Urbanos em Portugal*. Mirandela: João Azevedo Editor, 2002.

ATKINS; PARTNERSHIP, Richard Rogers; ARQUITECTOS, Santa-Rita, *Almada nascente = Eastern Almada*. Almada: Câmara Municipal, 2006.

ATKINS; PARTNERSHIP, Richard Rogers; ARQUITECTOS, Santa-Rita, *Plano de Urbanização de Almada Nascente. Relatório dos Estudos de Base*. Almada: Câmara Municipal, 2009.

BUSQUETS, Joan, *Los Waterfront de nuevo una prioridad urbanística*. Mediterráneo. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. nº 10/11 (1997). p.35-46.

CASTRO, Alexandra, *Espaços Públicos, Coexistência Social e Civilidade: Contributos para uma Reflexão sobre os Espaços Públicos Urbanos*. CIDADES, Comunidades e Territórios. nº5. Lisboa: CET-ISCTE, 2002. p.53-67.

CASTRO, João Baptista de, *Mappa de Portugal antigo e moderno*. Lisboa: Off de Francisco Luiz Ameno, 1762-1763.

CHOAY, Françoise, *Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70, 2006.

CMA, *Revisão Plano Director Municipal de Almada – Estudos de Caracterização do Território Municipal. Caderno 2 – Sistema Ambiental*. Almada: Câmara Municipal - Departamento de Planeamento Urbanístico, 2011.

CMA, *Revisão Plano Director Municipal de Almada – Estudos de Caracterização do Território Municipal. Caderno 4 – Sistema Social e Económico*. Almada: Câmara Municipal - Departamento de Planeamento Urbanístico, 2011.

CMA, *Revisão Plano Director Municipal de Almada – Estudos de Caracterização do Território Municipal. Caderno 5 – Sistema Urbano*. Almada: Câmara Municipal - Departamento de Planeamento Urbanístico, 2011.

CUSTÓDIO, Jorge, *A indústria portuguesa época do Movimento moderno, 1925-1965*. A arquitectura da indústria, 1925-1965 - registo Docomomo Ibérico. Barcelona: Fundação DOCOMOMO Ibérico. (2005). p. 14-35.

CUSTÓDIO, Jorge, *Almada Mineira, Manufactureira e Industrial*. Al-Madan. Almada: Centro de Arqueologia. IIª série, n.º 4 (1995). p.128-139.

DECRETO-LEI n.º 342/87. *Diário da República, 1ª Série*. N.º 248 (87-10-28), Ministério do Planeamento e da Administração do Território, p.3822.

DGOTDU, *Normas para a programação e caracterização de equipamentos colectivos – Colecção Informação 6*. Lisboa: Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, 2002.

DOMINGUES, Álvaro, *Património Industrial e Requalificação Urbana*, in SAMPAIO, Maria da Luz (coord. ed.), Reversão e Musealização de Espaços Industriais. Actas do Colóquio de Museologia Industrial. 17 e 18 de Outubro de 2002. Porto: Associação para o Museu da Ciência e Indústria, 2003. p. 121-132.

FERNANDES, José Manuel, *Arquitectura e Indústria em Portugal no século XX*. Lisboa: Secil, 2003.

FLORES, Alexandre, *Almada: das origens à elevação a cidade*. Almada: [s.n.], 1994.

GEHL, Jan e GEMZOE Lars, *Novos Espaços Urbanos*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2002.

GONÇALVES, Elisabete, *Memórias do Ginjal*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada, 2000.

GUIMARÃES, F. João, *Cidade Portuária, o Porto e as suas Constantes Mutações*. Lisboa: Parquexpo, 2007.

HENRIQUES, António, MOURA, António e SANTOS, Francisco, *Manual da Calçada Portuguesa*. Lisboa: Direcção Geral de Energia e Geologia, 2009.

LAMAS, José M. Ressano Garcia, *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.

LEI n.º 11-A/2013. *Diário da República, 1º Suplemento, 1ª Série*. N.º 19 (13-01-28), Assembleia da República, p.552-(2) a 552-(147).

MENDES, José Amado, *Industrialização e património industrial: desenvolvimento e cultura*. Viver a Natureza. Pensar o Desenvolvimento: Actas do VIII Curso de Verão da Ericeira 24 de Junho / 20, 21 e 22 de Julho de 2006, Instituto de Cultura Europeia e Atlântica, 2006.

MEROLA, Victoria Rabal, *Reflexiones sobre la rehabilitación y musealización de los espacios industriales*, in SAMPAIO, Maria da Luz (coord. ed.), Reversão e Musealização de Espaços Industriais. Actas do Colóquio de Museologia Industrial. 17 e 18 de Outubro de 2002. Porto: Associação para o Museu da Ciência e Indústria, 2003. pp. 35-42.

MEYER, Han, *City and Port, Urban Planning as a Cultural Venture in London, Barcelona, New York, and Rotterdam*. Internacional Books, 1999.

PEREIRA, J. Paulino, *O Pavimento e sua Evolução*. Pedra & Cal. nº19. Lisboa: Geocorpa, 2003.

PESSOA, Fernando, *Poesias de Álvaro de Campos*. Lisboa: Edições Ática, 1978.

PIRES, Amílcar Gil, *A Villa Renascentista: Arquitetura, Jardins e Paisagem: Visão Pluridisciplinar dos Espaços e Vivências da Quinta de Recreio de Coceção Renascentista*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2016.

PORTAS, Nuno, *Cidades e Frentes de Água / Cities and Waterfronts*. Porto: FAUP Publicações, 1998.

REMESAR, Antoni, *Do Projecto ao Objecto: Manual de Boas Práticas de Mobiliário Urbano em Centros Históricos*. Lisboa: Centro Português de Design, 2005.

SALGADO, Manuel, *Espaços Públicos*, in Gestão Urbana, Lisboa: Parque EXPO 98, 2002. p. 90-101.

SANTOS, Eugénia e MATOS, Madalena Cunha, *Estruturas Industriais Correntes em Desuso - Reutilização ou Ruína?* in AA.VV., II Congresso Internacional Sobre Património Industrial. Porto: Associação Portuguesa para o Património Industrial, 2017. p.307-316.

SARAIVA, Maria da Graça, *Cidades e Rios, Perspectivas para uma relação sustentável*. Lisboa: Parquexpo, 2009.

SILVA, Fernando Nunes, *Cais do Ginjal: uma renovação urbana com futuro*. Al-Madan. Almada: Centro de Arqueologia. IIª série, n.º 3 (1994). p.132-134.

SOEIRO, João, *Areaiva: memórias dispersas no tempo*. Almada: Junta de Freguesias, 2009.

SÓUSA, Raul Pereira de, *Almada. Toponímia e história das freguesias urbanas*. Almada: Câmara Municipal, 1985.

SÓUSA, Raul Pereira de, *Fortalezas de Almada e seu termo*. Almada: Arquivo Histórico da Câmara Municipal, 1981.

VIEGAS, Luís, BRANCO, Miguel, GRANDE, Nuno, *Contexto, cenário e impacto das operações de reconversão urbana em “frentes de água”*. Mediterrâneo. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. nº 10/11 (1997). p.9-19.

INTERNET

CIOB – Associação do Complexo Industrial do Olho de Boi, *Início* [Em linha]. [Consult. 23 Out. 2018]. Disponível em www:<URL: <https://ciob.weebly.com/>.

CMA – Câmara Municipal de Almada, *História* [Em linha]. [Consult. 28 Out. 2018]. Disponível em www:<URL: https://www.m-almada.pt/xportal/xmain?xpid=cmav2&xpgid=genericMenuContent&menu_title_generic_qry=BOUI=17103643&menu_generic_qry=BOUI=17103643&genericContentPage_qry=BOUI=22086077&actualmenu=17103643.

CMA – Câmara Municipal de Almada, *Planos em Vigor* [Em linha]. [Consult. 29 Out. 2018]. Disponível em www:<URL: http://www.m-almada.pt/xportal/xmain?xpid=cmav2&xpgid=genericMenu&menu_title_generic_qry=BOUI=325892306&menu_generic_qry=BOUI=325892306&actualmenu=325892306.

CMA – Câmara Municipal de Almada, *Projectos Estratégicos* [Em linha]. [Consult. 29 Out. 2018]. Disponível em www:<URL: https://www.m-almada.pt/xportal/xmain?xpid=cmav2&xpgid=genericMenu&menu_title_generic_qry=BOUI=17103506&menu_generic_qry=BOUI=17103506&actualmenu=17103506.

CNA – Clube Náutico de Almada, *Quem somos* [Em linha]. [Consult. 30 Out. 2018]. Disponível em www:<URL: <https://www.cnalmada.com/>.

DGPC – Direcção Geral do Património Cultural, *Património Arquitectónico* [Em linha]. [Consult. 27 Out. 2018]. Disponível em www:<URL: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/patrimonio/patrimonio-imovel/patrimonio-arquitetonico/>.

EUROPAN PORTUGAL, *Quem somos* [Em linha]. [Consult. 25 Out. 2018]. Disponível em www:<URL: <http://europeanportugal.pt/quemsomos.htm>.

INE – Instituto Nacional de Estatística, *Censos 2011, Estimativas Anuais da População Residente* [Em linha]. [Consult. 25 Out. 2018]. Disponível em www:<URL: https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos_quadros.

JN – Jornal de Notícias, *Submarino Barracuda fez última viagem até Cacilhas* [Em linha]. [Consult. 30 Out. 2018]. Disponível em www:<URL: <https://www.jn.pt/sociedade/interior/submarino-barracuda-fez-ultima-viagem-ate-cacilhas-3343073.html>.

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico, *Pesquisar Património* [Em linha]. [Consult. 28 Out. 2018]. Disponível em www:<URL: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPASearch.aspx?id=0c69a68c-2a18-4788-9300-11ff2619a4d2.

VINHOS ONLINE - Vinhos Portugueses, *J. Serra & Sons., Lda* [Em linha]. [Consult. 3 Nov. 2018]. Disponível em www:<URL: <http://www.vinhos.online.pt/def.asp?id=337>.

Norwegian National Opera and Ballet
Snøhetta
<https://snohetta.com/project/42-norwegian-national-opera-and-ballet>

Olympic Sculpture Park
WEISS/MANFREDI
<http://www.weissmanfredi.com/project/seattle-art-museum-olympic-sculpture-park>

Ribeira das Naus
PROAP – Estudos e Projectos de Arquitectura Paisagista
<http://www.proap.pt/pt-pt/projecto/requalificacao-do-espaco-publico-da-ribeira-das-naus/>
Global, Arquitectura Paisagista
<http://www.gap.pt/project/ribeira-das-naus/>

Sesc Pompeia
Sesc São Paulo
https://www.sescsp.org.br/unidades/11_POMPEIA/#/content=tudo-sobre-a-unidade

Nave 16
Matadero Madrid - Centro de creación contemporánea
<https://www.mataderomadrid.org/arquitectura#enlace-ancla-7>

Central Tejo
Fundação EDP
<https://www.fundacaoedp.pt/pt/conteudo/central>
Direcção-Geral do Património Cultural
<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/73123>
SIPA - Sistema de Informação para o Património Arquitectónico
http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4306

Place Pietri
(O+C) Oualalou + Choi
http://www.oualalouchoi.com/portfolio_page/place-pietri-rabat/

Calçada de Copacabana
ArqGuia
<http://arqguia.com/obra/calcada-de-copacabana/?lang=ptbr>

Praça do Município
ROC2C Portuguese Pavement
<https://roc2c.blogspot.com/2017/12/praca-do-municipio-lisboa-municipal.html>

MAPAS E CARTOGRAFIA

CMA, *Plano Director Municipal – Carta de Ordenamento* [Material Cartográfico]. – Escala 1:10 000. Almada: Câmara Municipal, 1992.

CMA, *Carta Geológica do Concelho de Almada* [Material Cartográfico]. – Escala 1:20 000. Almada: Câmara Municipal - Departamento de Estratégica e Gestão Ambiental Sustentável, 2005.

EXPOSIÇÕES

A indústria naval em Almada [Exposição]. Almada: Museu Naval, 2018.

O Passado como Expressão do Presente [Exposição]. Almada: Museu Medieval de Almada Velha, 2018.

Ver Almada Crescer [Exposição]. Almada: Museu da Cidade, 2018.

17. Azáfama nos armazéns do Teotónio Pereira
Centenas de trabalhadores davam vida ao cais todos os dias
Desconhecido, s.d.

Arquivo Centro Arqueologia Almada / Família Teotónio Pereira
<https://observador.pt/especiais/cais-do-ginjal-da-fortuna-decadencia/>

Planta das indústrias e actividades da frente ribeirinha
Desenho produzido pela autora, 2019
Baseado na planta fornecida pela Câmara Municipal de Almada e nas datas de laboração de cada empresa, obtidas no Centro de Documentação do Centro de Arqueologia de Almada

18. As estruturas abandonadas, a cada dia mais degradadas
© Elisabete Nascimento, 2019

19. Vista para oeste, a arriba, a frente de água e a ponte 25 de Abril
© Gabriel Oliveira, 2017

Planta dos acessos e sítios da frente ribeirinha
Desenho produzido pela autora, 2019
Baseado na planta fornecida pela Câmara Municipal de Almada e levantamento *in situ*

20. Vista para o interface, chegada do Cacilheiro
© Elisabete Nascimento, 2019

Planta do Pontal de Cacilhas
Desenho produzido pela autora, 2019

21. Estado actual do Cais do Ginjal, edifícios da família Teotónio Pereira
© Elisabete Nascimento, 2019

Planta do Cais do Ginjal
Desenho produzido pela autora, 2019

22. Vista para o Jardim do Rio
© Elisabete Nascimento, 2019

Planta da Boca do Vento
Desenho produzido pela autora, 2019

23. Bairro do Olho de Boi
© Gabriel Oliveira, 2017

Planta do Olho de Boi
Desenho produzido pela autora, 2019

24. Quinta da Arealva
© Elisabete Nascimento, 2019

Planta da Arealva
Desenho produzido pela autora, 2019

25. A Quinta da Arealva entre a arriba e o rio
© Pedro Pacheco, 2017

26. Quinta da Arealva no início da década de 1990
© Margarida Bico, 1992
Mapio.net
<https://mapio.net/pic/p-120852001/>

Esquema da Evolução Morfológica da Arealva
Desenho produzido pela autora, 2019
Baseado na planta fornecida pela Câmara Municipal de Almada e na investigação teórica

27. Edifício da época de Quinta, encaixado na topografia à cota do cais
© Elisabete Nascimento, 2019

28. Edifício dos silos
© Elisabete Nascimento, 2019

29. Edifício principal de três pisos
© Elisabete Nascimento, 2019

Plantas da Quinta da Arealva
Desenhos produzidos pela autora, 2019
Baseados na planta fornecida pela Câmara Municipal de Almada e no levantamento *in situ*

Cortes da Quinta da Arealva
Desenhos produzidos pela autora, 2019
Baseados no levantamento *in situ*

30. Quinta da Arealva no momento actual, num avançado estado de degradação
© João Vaz, 2020

03 O PROJECTO

31. O Cristo Rei no topo da arriba e a Quinda da Arealva no sopé, junto ao rio
© João Vaz, 2020

32. Norwegian National Opera and Ballet
© Jens Passoth, s.d.
Snøhetta
<https://snohetta.com/project/42-norwegian-national-opera-and-ballet>

33. Olympic Sculpture Park
Desconhecido, s.d.
WEISS / MANFREDI
<http://www.weissmanfredi.com/project/seattle-art-museum-olympic-sculpture-park>

34. Ribeira das Naus
© Stefano Serventi, s.d.
Global, Arquitectura Paisagista Lda.
<http://www.gap.pt/project/ribeira-das-naus/>

35. SESC Pompeia
© María González, 2019
ArchDaily
<https://www.archdaily.com.br/br/922137/tijolo-por-tijolo-conheca-a-historia-por-tras-do-sesc-pompeia-de-lina-bo-bardi>

36. Nave 16
© Iñaqüi Carnicero Arquitectura, s.d.
ArchDaily
<https://www.plataformaarquitectura.cl/cl/02-209303/nave-16-inaqui-carnicero-arquitectura>

37. Central Tejo
© Fundação EDP, s.d.
Trienal de Arquitectura de Lisboa
<https://www.trienaldelisboa.com/oh/espaco/maat-central-tejo/>

38. Mar Largo
Pavimento de calçada portuguesa em frente à Câmara Municipal de Cascais
© António Pedro Santos, s.d.
Global Imagens
<https://static.globalnoticias.pt/dv/image.aspx?brand=DV&type=generate&guid=710932c2-3033-4732-b830-fa14fb07515&w=800&h=450&t=20210108131401>

39. Place Pietri
Desconhecido, s.d.
OUALALOU + CHOI
http://www.oualalouchoi.com/portfolio_page/place-pietri-rabat/

40. Calçada de Copacabana
© David Heald, s.d.
HABITA
<https://studiohabita.com/blogs/news/home-inspiration-latin-american-modern>

41. Praça do Município
© João Ferrand, s.d.
Fundação Calouste Gulbenkian
<http://www.jffprv.eu/web0/links/index0144fcgfinal1.html>

42. Quinta da Arealva, entre a arriba e o rio
© João Vaz, 2020

Esquema da Estratégia
Desenho produzido pela autora, 2020

Esquema da Implantação
Desenho produzido pela autora, 2020

Esquema do Programa
Desenho produzido pela autora, 2020

Planta Geral do Conjunto
Desenho produzido pela autora, 2020

Corte Transversal do Conjunto
Desenho produzido pela autora, 2020

Plantas dos Edifícios à cota +6.00
Desenho produzido pela autora, 2020

Plantas dos Edifícios à cota +9.60
Desenho produzido pela autora, 2020

Plantas dos Edifícios à cota +13.20
Desenho produzido pela autora, 2020

Corte AA'
Desenho produzido pela autora, 2020

Corte BB'
Desenho produzido pela autora, 2020

Corte CC'
Desenho produzido pela autora, 2020

Axonometria dos Edifícios
Desenho produzido pela autora, 2020

Axonometria explodida dos Edifícios
Desenho produzido pela autora, 2020

Planta da Praça
Desenho produzido pela autora, 2020

Corte da Praça
Desenho produzido pela autora, 2020

43. A Praça e o alçado do Núcleo de Restauração vistos do rio
Modelo 3D: Elisabete Nascimento
Render: Paulo Monteiro

44. As Barricas de Amadurecimento, na Adega
Modelo 3D: Elisabete Nascimento
Render: Paulo Monteiro

45. O Núcleo de Educação e o pátio vistos do espaço de recreio
Modelo 3D: Elisabete Nascimento
Render: Paulo Monteiro

46. Bar Este do Núcleo de Restauração
Modelo 3D: Elisabete Nascimento
Render: Paulo Monteiro

47. O edifício da Sala Multiusos do Núcleo de Exposição e vista para Lisboa
Modelo 3D: Elisabete Nascimento
Render: Paulo Monteiro
Fotografia: João Vaz

48. Os edifícios do Núcleo de Exposição, a Praça, o Cais, e a vista para Lisboa
Modelo 3D: Elisabete Nascimento
Render: Paulo Monteiro
Fotografia: João Vaz

49. A Quinta da Arealva, entre a arriba e o rio
Modelo 3D: Elisabete Nascimento
Render: Paulo Monteiro
Fotografia: João Vaz